



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



APRESENTAÇÃO

Miguel Rodrigues de Sousa Neto¹

Aguinaldo Rodrigues Gomes²

Diego Ap. Cafola³

O I Congresso Nacional de Estudos Culturais: sujeitos, alteridades & democracia no século XXI foi proposto com vistas a fomentar a reflexão acadêmica e o diálogo sobre os múltiplos sujeitos (individuais e coletivos) e sua atuação nas democracias contemporâneas, considerando a postura alteritária como aquela a ser buscada nas relações, nos diálogos e na reflexão.

A produção de conhecimento no campo dos Estudos Culturais caracteriza-se pela trans e interdisciplinaridade, em uma situação de fronteira, o que, espera-se impacte de modo profundo a comunidade acadêmica, especialmente na pesquisa e no ensino de Graduação e de Pós-Graduação. Este evento foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais do CPAQ, apoiado pelo Colegiado de Curso do Curso de História da mesma UAS.

O presente evento relacionou-se com os grupos de pesquisa coordenados pelos/as docentes do PPGCult, servindo para sua publicização e incentivou a participação de discentes e docentes em grupos e projetos de pesquisa. Sendo evento acadêmico que buscou reunir expoentes dos Estudos Culturais e divulgar teorias e métodos científicos de fronteira, esta ação coadunou com a elevação da quantidade e da qualidade das ações de extensão realizadas no Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Os Estudos Culturais são, desde sua fundação e em toda sua trajetória até os dias atuais, interdisciplinares. Do ponto de vista de seu engajamento, ele se dá pela noção de universalidade

¹ Historiador, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana.

² Historiador e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da UFMS/CPAQ e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis.

³ Turismólogo e Historiador. Especialista em História da América. Mestrado em Estudos Culturais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



do conhecimento. Visamos a integração dos cursos de graduação e pós-graduação em Mato Grosso do Sul e com a educação básica, uma vez que nosso público é formado basicamente por docentes e discentes dos cursos de graduação e pós-graduação do CPAQ, das demais instituições de ensino superior da cidade e região que possuem cursos das áreas das humanidades, das ciências sociais, das letras e das artes, e, finalmente, de docentes das redes de educação básica, que, participando de mesas-redondas, cursos, conferências e simpósios temáticos dão continuidade à sua capacitação

Os presentes Anais são oriundos dos Simpósios Temáticos que agregaram as exposições de pesquisas, em andamento ou concluídas, realizadas durante o I Congresso Nacional de Estudos Culturais do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, nos dias 15, 16 e 17 de outubro de 2019.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



SUMÁRIO

Alessandra Laudelino Neto & Liliana Andolpho Magalhães Guimarães Saúde no contexto do campo, da floresta e das águas: intervenções possíveis	4
Alice Pereira Fanhani & Iára Quelho de Castro Os Terena no Movimento Indígena: a constituição de sujeitos políticos em situação de alteridade e adversidades	13
Ana Fábila Damasceno Silva Brunet; Edson Pereira de Souza & Icléia Albuquerque de Vargas Representação Social: um olhar do professor indígena	29
Gisele Paquer Camargo & Diego Ap. Cafola Políticas Públicas Trans: direitos e desafios	42
José Antonio Toledo de Castro & Luar Nogueira Maia Carvalho Lei 13.871/19: alterações implementadas na Lei Maria da Penha	57
Juliane Antunes Martins Ribeiro Significação de aspectos socioculturais, territoriais e violência em presidiários do estabelecimento penal de Aquidauana - MS	72
Kátia Rosana Hernandez A opressão das mulheres no Oriente e no Ocidente	85
Laura Marin Lugo Magdalena & Janaina Nogueira Maia Carvalho Crianças pantaneiras: re (inventando) a infância por meio das poesias do poeta Manoel de Barros	95
Marcia Capellini A Educação Especial nas Escolas Pantaneiras: construindo narrativas, descobrindo caminhos	108
Onilda Sanches Nincao A história da produção de um texto em língua Terena	119
Rogério Leão Ferreira & Fábio da Silva Sousa Racismo e alienação: um diálogo entre Djonga e Frantz Fanon	125
Taynara Martins de Moraes & Juliana Cristina Ribeiro da Silva Das epistemologias pantaneiras: mulher tocando boiada e mulher coletando iscas	142
Taynara Martins de Moraes & Patrícia Zaczuk Bassinello Que vozes ecoam do Pantanal e suas culturas?	151
Valquíria Terezinha Franco & Helen Paola Vieira Bueno As principais causas de afastamento do trabalho de professores das escolas municipais de Aquidauana/MS	160
Viviane Gonçalves da Silva O diálogo interior nas inter (relações) entre as palavras faladas nas palavras escritas: o passado e o problema da circularidade cultural na literatura histórica de Dunga Rodrigues	172
Amanda Ximenes da Silva & Vera Lúcia Ferreira Vargas A contribuição dos Estudos Culturais para a História Indígena: novos olhares e diferentes enfoques - os pesquisadores indígenas em Mato Grosso do Sul	189
Katicilayne Roberta de Alcântara & Antônio Firmino de Oliveira Neto As fronteiras da acessibilidade cultural para os surdos: dos avanços tecnológicos à visibilidade	



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



SAÚDE NO CONTEXTO DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS: INTERVENÇÕES POSSÍVEIS

Alessandra Laudelino Neto⁴

Liliana Andolpho Magalhães Guimarães⁵

O estudo intitulado ‘Global Evidence On Inequities In Rural Health Protection’ da Organização Internacional do Trabalho - OIT (2015), informa que, mundialmente, as populações rurais continuam a viver e trabalhar sem o acesso aos serviços essenciais de saúde. Os dados apresentam que 56% das pessoas que vivem nas áreas rurais e/ou remotas permanecem excluídas dos cuidados básicos de saúde, contra 22% das que habitam em áreas urbanas. Em casos extremos, como no continente africano, a percentagem chega a 83%.

Em 2016, a Organização Internacional do Trabalho - OIT apresentou mais um estudo neste segmento, denominado ‘Trabajar En El Campo En El Siglo XXI: Realidad Y Perspectivas Del Empleo Rural En América Latina Y El Caribe’, em que demonstra que mais da metade dos 52 milhões de trabalhadores de áreas rurais e remotas da América Latina e Caribe estão em estado de vulnerabilidade, evidenciando a predominância da pobreza e poucas proteções sociais, em contraste com o aumento da produtividade do campo. O relatório, baseado em dados estatísticos disponíveis em 14 países, informa, entre outras questões, a ausência ou redução em investimentos públicos e privados em infraestruturas sociais, como na saúde, influenciando nos índices de desigualdades entre áreas rurais e urbanas. Nesse aspecto, relacionado à saúde das populações rurais, apesar de apresentar avanços no período de 2005-2014, apenas 37% da população rural teve acesso à saúde na comparação com 62% nas zonas urbanas.

⁴ Psicóloga; Doutoranda e Mestre em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Contato: alessandraneto.psico@gmail.com.

⁵ Psicóloga; Pós-doutora em Saúde Mental pela UNICAMP- FCM/DPMP e em Medicina do Estresse pelo Instituto Karolinska, Estocolmo, Suécia; Doutora em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP; Especialista em Psicologia Hospitalar e em Administração Hospitalar.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



O relatório da OIT (2016) aponta, ainda, lacunas nas informações, propiciando uma difícil quantificação e avaliação da real extensão dos déficits experimentados pelas populações rurais e de áreas remotas em relação à equidade na saúde e proteção social. Tais hiatos se apresentam sob a forma de dados desagregados, informações insuficientes, vagas, e, em alguns casos, fragmentadas, comumente limitadas a microdados. Pessoa, Almeida e Carneiro (2018), indicam que a delimitação imprecisa adotada no Brasil para determinação de áreas rurais e urbanas, fundamentada em critérios legais ou político-administrativos, sendo os perímetros urbanos e os rurais demarcados por deliberação legislativa dos municípios, tende a contribuir para essas lacunas superestimando a população urbana. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, apontam 60,4% dos municípios brasileiros como predominantemente rurais. Pessoa, Almeida, e Carneiro (2018), complementam que:

Países e organizações europeias utilizam outros critérios na definição de áreas rurais e urbanas, como: tamanho da população, densidade demográfica, oferta de serviços, participação da agricultura, divisão administrativa, o uso do solo, aglomeração de habitações e até a distância rodoviária percorrida aos centros de serviços mais próximo. No Canadá e nos Estados Unidos, embora considerem o rural como um subproduto ou resíduo do urbano, a tendência das últimas décadas é pela busca de alternativas não dicotômicas e reducionistas, por meio do investimento em classificações mais refinadas (p. 304).

Com efeito, conhecer o Brasil rural se torna essencial para intervir em saúde no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) no Sistema Único de Saúde (SUS). Tais pressupostos são fundamentais para amparar ações e estratégias vinculadas aos determinantes sociais de saúde desse universo rural, que apresentam suas singularidades e especificidades (LAUDELINO NETO, GUIMARÃES, 2018; PESSOA, ALMEIDA, CARNEIRO, 2018). Considera-se, ainda, a apresentação de queda na taxa de participação rural ocorrida em 4 dos 14 países da América do Sul (Brasil, Equador, Paraguai e Peru) no estudo oficializado pela OIT (2016), sendo marcadamente influenciado por indicadores brasileiros (Quadro 1). Pesquisa do DIEESE (2014) indica um crescimento entre 1950-1985 no número de trabalhadores nas áreas rurais do Brasil, mas a partir de 1985 houve um grande êxodo rural, sobretudo de jovens, com a redução de demanda proveniente da modernização agrícola.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Quadro 1. América Latina (14 países): principais indicadores do mercado de trabalho segundo o âmbito geográfico. Ano 2005 e 2014 (percentagens)

Ano	Âmbito	Taxa de Participação	Taxa de Ocupação	Taxa de Desocupação
América Latina				
2005	Nacional	61,4	56,7	7,7
	Urbano	60,7	55,3	9,0
	Rural	63,7	61,7	3,1
2014	Nacional	61,6	57,8	6,2
	Urbano	61,7	57,4	6,9
	Rural	61,5	59,6	3,1
América do Sul				
2005	Nacional	62,9	57,2	9,0
	Urbano	61,4	54,9	10,5
	Rural	69,0	66,8	3,2
2014	Nacional	62,6	58,5	6,6
	Urbano	62,1	57,5	7,4
	Rural	64,7	62,8	2,9
América Central e México				
2005	Nacional	57,6	55,2	4,2
	Urbano	59,0	56,3	4,6
	Rural	53,5	52,0	2,8
2014	Nacional	59,3	56,2	5,2
	Urbano	60,5	57,0	5,7
	Rural	55,8	53,9	3,5

Notas: A taxa de participação é calculada dividindo a população economicamente ativa ou força de trabalho entre a população em idade ativa, que inclui todas as pessoas empregadas ou desempregadas.

Fonte: Estimativas da OIT (2016) baseadas em informações de pesquisas domiciliares de 14 países, p. 35-36.

A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA)

No intuito de reduzir as vulnerabilidades e minimizar os impactos dos determinantes sociais da saúde das populações rurais e/ou áreas remotas, foi instituído no SUS um conjunto de políticas de equidade em saúde, entre elas, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA) (BRASIL, 2014). A Política Nacional de Saúde



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA) reforça que as populações rurais não são grupos populacionais homogêneos, sendo um conceito contemporâneo dos movimentos sociais e populares brasileiros, e que integra a luta contra a invisibilidade destas populações dentro do setor saúde (PESSOA, ALMEIDA, CARNEIRO, 2018).

Essa estreita ligação com o território e/ou ambiente denominado na Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA) define a própria identidade dessas populações, como elas se reconhecem, seus modos de vida, produção e reprodução social, expondo a pluralidade, a singularidade, a diversidade e a heterogeneidade dessas populações que vivem espalhadas em todas as regiões rurais brasileiras com seu modo de viver. Dessa forma, destaca-se o conceito de territorialidade, amplificada ao espaço geográfico e delimitação dos limites de suas terras, ou seja, a territorialidade está, do mesmo modo, ligada ao pertencimento histórico e cultural ao lugar (BRASIL, 2013). Sendo um:

“Espaço que possui tecido social, trama complexa de relações com raízes históricas e culturais, configurações políticas e identidades, cujos sujeitos sociais podem protagonizar um compromisso para o desenvolvimento local sustentável” (BRASIL, 2013, p. 23).

Isto posto, a partir dessa concepção de território, que transcende os limites simplesmente geográficos, é que as estratégias vinculadas a gestão em saúde deveriam atuar. No entanto, entraves vinculados ao acesso e a acessibilidade da População do Campo, das Florestas e das Águas às equipes da Estratégia da Saúde da Família, do Sistema Único de Saúde, extrapolam a existência dessa porta de entrada no território. Tais hiatos apresentam-se vinculados às condicionalidades, sendo as geodemográficas as mais acentuadas, tais como: a distância e más condições de acesso; a presença de barreiras geográficas; a locomoção das equipes de saúde às localidades rurais; a ausência de transporte público; a falta de ponto de apoio adequado para o atendimento em saúde dos usuários em suas localidades, entre outras. Porém, verifica-se, também, a ausência de integração nas estratégias de atenção às questões ambientais e práticas tradicionais das populações; entre tantos outros dificultadores (LAUDELINO NETO, GUIMARÃES, 2018; PESSOA, ALMEIDA, CARNEIRO, 2018).



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A Organização Internacional do Trabalho (2015), a partir desses dificultadores elencados anteriormente, expôs que nos países com projetos descentralizados de proteção à saúde o governo local (municipal e estadual) podem agir como intermediários entre os serviços prestados, os usuários e o governo central, ou seja, contratando e monitorando o trabalho de agentes comunitários e capacitando a população para exigir e responsabilizar as autoridades em caso de omissão, por exemplo. Nesse sentido, apresentou o Programa de Agente de Saúde do estado do Ceará no Brasil, em que o departamento de saúde definiu e monitorou procedimentos de recrutamento para saúde comunitária, e as autoridades locais recrutaram os trabalhadores da comunidade, o que os colocou na posição de prestar contas ao governo do estado e aos cidadãos locais.

Estudo de Laudelino Neto e Guimarães (2018) mostra que as lacunas de intervenção e acesso à saúde em áreas rurais e remotas são mais amplas, em relação à áreas urbanas, por diversos motivos, sendo os geodemográficos também os mais citados na literatura ao longo do tempo e expõem alguns exemplos de intervenções culturalmente adaptadas e com resultados eficazes, apresentados no quadro 2. Com efeito, o Ministério da Saúde (2013), por meio da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), instituída pela Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011, e pactuada pela Comissão de Intergestores Tripartite (CIT), conforme Resolução nº 3, do dia 6 de dezembro de 2011, que orienta o seu Plano Operativo, salienta que:

O grande desafio é materializar esses propósitos, concentrando os esforços das três esferas de governo e da sociedade civil na promoção, na atenção e no cuidado em saúde, priorizando a redução das desigualdades de acesso às ações e aos serviços do SUS para essas populações (p. 7).



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Quadro 2. Exemplos de programas e intervenções em áreas rurais e/ou remotas, implementados e com resultados eficazes.

Programa	Necessidade	Intervenção	Resultados
Equipes Volantes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Brasil.	Realizar uma busca ativa das famílias que vivem em territórios isolados, áreas rurais e de difícil acesso. Desenvolver demais serviços de Proteção Básica, sendo adaptados às condições locais específicas, com respeito seus objetivos.	Consiste em uma equipe que integra um CRAS em funcionamento. Seu objetivo é prestar serviços de Proteção Social Básica em territórios extensos, isolados, áreas rurais e de difícil acesso (Resolução CIT no 6, de 31 de Agosto de 2011).	Nos locais em que ocorreu a implementação, o CRAS com equipe adicional acompanharam um número maior de famílias, inseriram famílias novas, e realizaram mais atendimentos do que os CRAS com apenas a equipe de referência.
County Health Rankings & Roadmaps University of Wisconsin	Criar lugares saudáveis para viver, aprender, trabalhar etc., com análise aprofundada das diferenças na saúde entre municípios rurais e urbanos	Ajuda as comunidades a identificar e implementar soluções que tornam mais fácil para as pessoas a serem saudáveis em seus bairros, escolas e locais de trabalho	Políticas e programas que foram testados, com bons resultados, em comunidades rurais.
Wyoming Trauma Telehealth Treatment Clinic Universidade de Wyoming. EUA.	Proporcionar psicoterapia a vítimas de violência doméstica e agressão sexual em áreas rurais e/ou remotas	Psicoterapia por meio de videoconferência a clientes de centros de crise em dois locais rurais pela Clínica de Tratamento de Telessaúde do Wyoming Trauma (WTTTC). Efetuado por estudantes de Doutorado.	Os alunos ganham experiência valiosa, enquanto os pacientes recebem a terapia necessária. As sessões de terapia são gratuitas. O centro de crises ficaram satisfeitos com a qualidade dos serviços, e os pacientes relataram sintomas reduzidos de depressão e TEPT.
Madison Outreach and Services through Telehealth (MOST) Texas, USA.	Serviços de prevenção e tratamento de saúde mental e abuso de substâncias no Texas rural, onde a unidade médica mais próxima fica a 40 quilômetros de distância para a maioria dos residentes.	Uma rede foi formada para levar serviços de aconselhamento em inglês e espanhol por meio de sistemas de telessaúde (por telefone ou televídeo) e agentes comunitários de saúde para o Vale do Brazos, no Texas.	As avaliações mostraram que os serviços de saúde mental baseados em telessaúde melhoraram a saúde mental geral entre os atendidos. Os agentes comunitários de saúde são membros da comunidade treinados para direcionar a saúde geral, sendo que



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



			compartilham etnia, idioma, status socioeconômico e experiências de vida.
STAIR (Skills Training in Affective and Interpersonal Regulation) VA Palo Alto Health Care System (VAPAHCs) Califórnia, USA.	Aumentar o acesso a serviços de saúde sexual para mulheres veteranas rurais com histórico de trauma sexuais militares e outros traumas militares.	O Treinamento de Habilidades em Regulamentação Afetiva e Interpessoal é um programa de 10 semanas projetado para reduzir os sintomas de TEPT e depressão e aumentar a regulação emocional e o funcionamento social.	Os terapeutas relataram que os clientes participaram de mais sessões quando oferecidos via teleconferência, e os clientes relataram satisfação com o programa.
Capacitação para cuidados de saúde comunitária no Malawi rural África Oriental (Wright, Chiwandira, 2016.)	Estabelecer e sustentar uma intervenção de partilha de tarefas em saúde de trabalhadores de saúde em aldeias no sul do Malauí.	O serviço de saúde foi estabelecido entre o centro de saúde e a comunidade.	Os trabalhadores reconheceram às necessidades das pessoas que vivenciaram problemas de saúde comuns e graves e facilitaram 850 eventos de promoção da saúde para mais de 40.000 pessoas dentro de suas casas no Malawi rural.
Life Story Intervention” (LSI) (Haight, W., Black, J. e Sheridan, K., 2010). EUA	Ações de saúde mental adaptada para crianças rurais (entre 7 e 17 anos) afetadas por abuso de metanfetaminas.	Intervenção narrativa e baseada em relacionamentos administrada dentro e ao redor das casas das crianças por profissionais com experiência em trabalhar com crianças, por exemplo, professores e conselheiros.	A maioria das crianças foi capaz de formar relacionamentos significativos com os profissionais da comunidade e a refletirem sobre suas experiências passadas por meio das narrativas pessoais.
National Schizophrenia Fellowship Grã-Bretanha	Destina-se a explicar melhor a doença para reduzir estresse e aliviar o peso do cuidado, bem como para melhorar as habilidades de comunicação em áreas remotas.	Voluntários da (National Schizophrenia Fellowship) que forma os membros da família para multiplicar os conhecimentos com outras famílias (Projeto de Educação e Apoio aos Cuidadores).	Embora não tenha sido totalmente avaliada, esta estratégia de trabalhar com as famílias apresenta resultados eficazes quando levadas em consideração as culturas locais.

Fontes: Haight, Black e Sheridan, K (2010); Brasil, (2014); Wright, Chiwandir (2016); RHlhub (2018). Tabela Retirada de Laudelino Neto e Guimarães (2018), p. 184-186.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Verifica-se, nos estudos apresentados, a utilização de novas tecnologias para romper as barreiras geodemográficas (adequação de transporte e distância a ser percorrida) e dificuldades do acesso aos serviços de saúde (barreiras de linguagem ou culturais à comunicação), além de privilegiarem o desenvolvimento e educação em saúde de equipes dentro das comunidades ou equipes volantes, com o intuito de agenciar maior adesão da população. É importante a priorização da saúde vinculada ao modo de viver e produzir, dialogando com as práticas socioculturais e tradicionais (LAUDELINO NETO, GUIMARÃES, 2018; PESSOA, ALMEIDA, CARNEIRO, 2018).

Considerações finais

Conclui-se ser fundamental um olhar diferenciado para as populações rurais e de áreas remotas, denominadas como do Campo, da Floresta e das Águas, por exemplo, o Pantanal, com a inclusão de vertentes culturalmente adaptadas que possibilitem o princípio da equidade com base nas singularidades e especificidades que condicionam ou determinam o acesso à saúde. Para tanto, faz-se necessário o conhecimento e a apropriação das especificidades e as características dessas populações, inclusive com a participação ativa delas para orientar o planejamento e a forma estratégica ao enfrentamento dos dificultadores, além de implementações das intervenções adotadas.

Investir em saúde no âmbito rural como parte integrante de um sistema nacional de saúde, com vertentes culturalmente adaptadas que possibilitem o princípio da equidade com base nas singularidades e especificidades que condicionam ou determinam o acesso à saúde, como o proposto pela Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCFA) e reafirmado pelos estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), proporciona retornos econômicos e sociais significativos ao território.

Referências

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 1. ed.; 1. reimp. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Vigilância Socioassistencial. Brasília: Boletim de responsabilidade da CGVIS/DGSUAS/SNAS/MDS, 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. 68 VI. Bibliografia Estudos pesquisas N° 74. 2014.

HAIGHT W., BLACK J., SHERIDAN, K. **Uma Intervenção em Saúde Mental para Crianças em Situação Rural, Famílias Envolvidas com Metanfetaminas**: Avaliação Experimental com Elaboração Qualitativa. Revisão dos Serviços para Crianças e Jovens, 32 (10), 1146–1457. 2010. <http://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2010.06.024>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação [internet]. 2017. Acessado em 14 nov 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Global evidence on inequities in rural health protection**: new data on rural deficits in health coverage for 174 countries / Xenia Scheil-Adlung, (Ed.); International Labour Office, Social Protection Department. - Geneva: ILO, 2015.

LAUDELINO NETO, A., GUIMARÃES, L.A.M. Saúde no contexto rural e/ou áreas remotas: Intervenções possíveis? In. GUIMARÃES, L.A.M., CERCHIARI, E.A.N. (Orgs.). **Saúde do trabalhador do pantanal de Aquidauana, MS, Brasil**: Diagnóstico e propostas de Intervenções. Campo Grande, MS: Ed. UCDB, 2018.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **Panorama Laboral Temático 3**: Trabajar en el campo en el siglo XXI. Realidad y perspectivas del empleo rural en América Latina y el Caribe (Versión revisada) Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2016.

PESSOA, V. M., ALMEIDA, M. M., CARNEIRO, F. F. Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil? **Saúde em Debate**. 2018. doi.org/10.1590/0103-11042018S120

RURAL HEALTH INFORMATION HUB (RHIHUB). **Center for Rural Health. University of North Dakota. School of Medicine & Health Sciences**. 2018. Acesso em: <https://ruralhealth.und.edu/projects/rhihub>.

WRIGHT J 1, CHIWANDIRA C. **Int J Soc Psychiatry**. 62 (6): 589-96. Epub. 2016. doi: 10.1177 / 0020764016657112



OS TERENA NO MOVIMENTO INDÍGENA: A CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS POLÍTICOS EM SITUAÇÃO DE ALTERIDADE E ADVERSIDADES

Alice Pereira Fanhani⁶

Iara Quelho Castro⁷

Introdução

Esse artigo tem como objetivo apresentar as primeiras reflexões desenvolvidas no projeto de pesquisa que estamos realizando no Programa de Mestrado em Estudos Culturais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, e que tem por finalidade analisar e problematizar os Documentos Finais produzidos pelos Terena. Essa etnia constitui o segundo maior grupo indígena da região sul-mato-grossense e a quarta do universo indígena brasileiro, destacando-se pela sua ativa participação no Movimento indígena do Brasil e pela produção de registros escritos sobre sua atuação política no interior da sociedade brasileira.

Sob uma ótica menos dualista e binária do mundo e dos grupos humanos que o compõe orientada pelos Estudos Culturais e a Nova História Indígena o artigo procura refletir sobre ações e decisões dos povos de etnia Terena através do tempo-espço que ocupam, sendo realizada uma leitura e interpretação de documentos produzidos por eles e denominados Documentos Finais, que demonstram algumas questões importantes na construção do sujeito indígena político Terena e apontam para a criação de redes extensas de negociação e organização dentro e fora de sua comunidade, redes que perpassam os mais variados segmentos da sociedade e demonstram o caráter interétnico dessas negociações.

Os Terena são indígenas localizados na região sul de Mato Grosso do Sul, apresentando uma história de contato muito antigo com a sociedade não indígena, alguns registros datam desde

⁶ Alice Pereira Fanhani é formada em História Licenciatura pela Universidade Federal de Mato grosso do Sul, atualmente é acadêmica e bolsista CAPES no Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Aquidauana, tendo como orientadora a professora Dr^a Iara Quelho Castro, trabalham a temática da História Indígena. E-mail: alicefanhani@hotmail.com.

⁷ Professora do Curso de História, e do Mestrado em Estudos Culturais, UFMS, Campus de Aquidauana, doutorado em Ciências Sociais, Etnologia Indígena, coordenadora do Laboratório de História Indígena (UFMS/CPAQ), pesquisadora da temática indígena. E-mail: iqcastro@uol.com.br



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



a colonização luso-espanhola (VARGAS, 2011:60) formando séculos de experiências por vezes amistosas e por vezes conflituosas, quando se tratava de seus territórios. Etnograficamente, os Terena foram caracterizados por sua forma de lutas e negociações baseadas ora na diplomacia e em possíveis diálogos com os não indígenas, ora no enfrentamento direto e no conflito performedo pelo guerreiro. (PEREIRA, 2009:123-152)

Por meio de uma leitura preliminar dos Documentos Finais percebemos que uma característica presente nos Terena é a apropriação e ressignificação de códigos institucionais da sociedade, essa apropriação perpassa muitos campos indo desde a escolarização até a utilização de normas jurídicas e legais.

No campo da apropriação da escolarização percebe-se que essa constitui uma das mais antigas reivindicações dos Terena, apresentando-se atualmente de maneira bastante ampliada, existindo praticamente em todas as suas aldeias, além do expressivo número de indígenas que frequentam, ou já passaram, as universidades brasileiras, sobretudo a partir da década de 1990 quando se verificou uma maior democratização do acesso tanto ao ensino básico como ao superior. Dessa forma, percebemos a formação de diversos profissionais indígenas, essa formação também contribui para o nascimento de novas lideranças políticas.

Nesse contexto, a educação escolar e, mais especificamente, os instrumentos legais pertinentes, exprimem um novo papel que a escola pode, em perspectiva, assumir, como instrumento de reafirmação étnica e cultural, num processo de diálogo intercultural e bilíngue, no qual os indígenas são acolhidos na condição de sujeitos autônomos com suas identidades étnicas reconhecidas. (CAMPOS, Rogério Cunha. *Pensando os Movimentos Indígenas como sujeitos socioculturais: a luta por educação*. UNICAMP, Campinas, SP, 2003. p. 5.)

A presença de uma apropriação da cultura hegemônica pelos Terena, como forma de afirmação e resistência, é parte de uma estratégia de luta e manutenção de seus direitos, sendo evidenciada no Movimento Indígena. Observa-se que essa apropriação da cultura hegemônica e sua utilização como meio de visibilidade é estratégia de muitas etnias que por anos lutam para a consolidação de direitos e manutenção deles, uma vez que mesmo assegurados pela Constituição Brasileira formam uma teia muito instável de promessas e palavras que se localizam no papel e



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



em parte nos discursos feitos por governantes e líderes de governo mas que na prática são se cumprem. (BICALHO, 2010, BITTENCOURT, 2013)

A apropriação de métodos e signos da cultura hegemônica se constitui como uma estratégia de luta para que os Terena possam alcançar os objetivos traçados pela comunidade, cujo alcance não raro se realiza de maneira muito conflitante e adversa, muitas vezes em situação de desvantagem são eliminados fisicamente e/ou suas vozes e ações são silenciadas através de uma cultura violenta por parte do Estado brasileiro. Desse modo, a apropriação e a de uma linguagem jurídica e técnica que compõe os Documentos Finais, apontando para uma aquisição que os habilitam a um diálogo menos desigual em termos de conhecimento das regras que regulam seus direitos. Esse modo de atuar baseado em linguagens mais formais e utilização de normas técnicas e jurídicas está se tornando parte do que é ser Terena. Certamente, não é uma exclusividade desses indígenas, uma vez que:

(...) povos de natureza não hegemônicos, ou seja, aqueles que não estão no comando dos processos decisórios do Estado Moderno ou dos mercados globais, como os povos indígenas, começam a manejar e a se apropriar de determinados conhecimentos para que possam obter vantagens em futuras disputas pelo poder e, conseqüentemente, pela sobrevivência do grupo (MELLO, 2017:98).

Trata-se, portanto, de estratégias desenvolvidas por povos não hegemônicos e que se encontram presente de forma ativa entre os Terena.

Pressupostos teóricos

A partir da proposição feita pelos Estudos Culturais e a Nova História Indígena, ambas formas de ler e compreender o mundo e o Outro, que contribuem para a perspectiva de emancipação do subalterno,⁸ através do seu protagonismo no desenvolver da história. Considera-se aqui o subalterno todo aquele que foi inferiorizado e silenciado através do discurso do Outro pela instituição do colonialismo.

⁸ Utiliza-se aqui o conceito de subalterno desenvolvido por Antônio Gramsci ao longo de seus escritos, mais precisamente em *Cadernos do Cárcere 2* onde o conceito de subalternidade é desenvolvido com mais clareza.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Sob a perspectiva do pós-colonialismo se forjam contradiscursos, daqueles que foram objeto da dominação colonial e que se elabora no interior da cultura hegemônica, constituindo-se discursivamente o seu protagonismo, nesse sentido consideramos as fontes desta pesquisa e seus autores, isto é, os Terena. Para isso investiga-se a filiação entre a escrita dos documentos finais, as instituições da sociedade envolvente, como o Estado e as organizações não governamentais, as redes de relações interétnicas e as relações de poder, nos quais se situam os sujeitos desta pesquisa.

Boaventura de Sousa Santos através de seu texto *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes* nos propõe fazer uma análise que não esteja alinhada com o pensamento hegemônico. Ao longo do texto ele caracteriza o que seria o pensamento abissal em sua visão e as alternativas a esse pensamento excludente. Pelo conceito de ecologia dos saberes ele define uma gama de conhecimentos e ideias que ao longo dos séculos a cultura hegemônica considerou como desprezíveis por não estarem necessariamente baseados em teorias científicas e epistemologicamente não estarem localizados nos centros de produção científica. Santos, vai propor mais a frente, em suas alternativas contra hegemônicas, que nenhum conhecimento seja universal e hierarquizante, mas que todo conhecimento seja válido.

Pelo que Boaventura apresenta como pensamento abissal compreende-se todo pensamento cientificamente humanista que surge a partir do século XVI, com as grandes navegações, a descoberta de novos mundos e outros humanos. A lógica científica estabelecida fez com que surgisse uma diferenciação entre o selvagem e não civilizado

A primeira linha global moderna foi, provavelmente, o Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha (1494),⁹ mas as verdadeiras linhas abissais emergem em meados do século XVI com as *amity lines* (linhas de amizade).¹⁰ O seu carácter abissal manifesta-se no elaborado trabalho cartográfico investido na sua definição, na extrema precisão exigida a cartógrafos, fabricantes de globos terrestres e pilotos, no policiamento vigilante e nas duras punições das violações. Na sua constituição moderna, o colonial representa, não o legal ou o ilegal, mas antes o sem lei. Uma máxima que então se populariza, “para além do Equador não há pecados”, (...). (SANTOS, 2007:5-6).

Segundo (SANTOS 2007), o tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha irá definir através das relações coloniais totalmente desiguais a concepção de novo mundo além de definir



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



os princípios de civilidade. Dessa maneira, os povos indígenas e os tantos “outros” foram pensados por meio de uma lógica universalista e homogeneizadora, por terem uma proximidade com a natureza, com ela se relacionando fora dos parâmetros de dominação e comercialização. Da mesma maneira, todo o conhecimento gerado por esses “outros” foram desconsiderados ou tidos como simples místicas de seres selvagens

Do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjectivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objectos ou matéria-prima para a inquirição científica. Assim, a linha visível que separa a ciência dos seus “outros” modernos está assente na linha abissal invisível que separa de um lado, ciência, filosofia e teologia e, do outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem, nem aos critérios científicos de verdade, nem aos dos conhecimentos, reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia. (SANTOS, 2007:5-6).

Ao longo dos séculos esse pensamento abissal causa marcas profundas na relação eu x outro e homem x natureza, essas marcas pautadas sobretudo em um viés econômico mercadológico transformaram as relações humanas e sua relação com a natureza, tudo passou a um sentido comercial e valorável. Aliado a um discurso neoliberal essas marcas além de se tornarem profundas nas relações cotidianas trouxeram a normalização da exclusão, racismo, desigualdade social e econômica fazendo com que a linha do que Santos chama de abissal seja cada vez mais nítida e evidente.

É através desses essencialismo que os povos indígenas foram pensados através dos séculos, povos sem história que estavam fadados a integração linear no âmbito da nação. A partir de conceitos como o *agency* e *protagonismo* ambos de áreas diferentes, mas que conversam entre si podem nos ajudar a reescrever capítulos dentro da história do Brasil. A construção de conceito de pós-colonialismo indica a escrita da história baseada nessa nova epistemologia do protagonismo subalterno que se torna a alternativa a lógica colonial e imperialista. Santos, continua com sua proposição do cosmopolitismo subalterno



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



O cosmopolitismo subalterno contém uma promessa real apesar de o seu carácter ser de momento claramente embrionário. De facto, para captá-lo é necessário realizar o que chamo sociologia das emergências (Santos, 2004). Esta consiste numa amplificação simbólica de sinais, pistas e tendências latentes que, embora dispersas, embrionárias e fragmentadas, apontam para novas de sentido tanto no que respeita à compreensão como à transformação do mundo. O cosmopolitismo subalterno manifesta-se através das iniciativas e movimentos que constituem a globalização contra-hegemónica. Consiste num vasto conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra a exclusão económica, social, política e cultural gerada pela mais recente encarnação do capitalismo global, conhecido como globalização neoliberal (Santos, 2001, 2006b, 2006c). (SANTOS, 2007:20-21).

Esses essencialismos não permitem entender a cultura como algo processual, a construção do sujeito outro está sempre envolvida em inferior/superior, atrasado/evoluído, pensar a cultura como algo em constante movimento, como algo fluído e flexível que através dos contatos interétnicos não só se transformam mas também se ressignificam, assim fazendo com que o sujeito se ressignifique e se torne híbrido.

Esse sujeito híbrido é discutido por Nestor Canclini em seu livro intitulado: *Culturas Híbridas Estratégias para entrar y salir de la modernidade*. Ao longo do texto o autor analisa a América Latina de uma maneira pós-colonial, como objeto de análise fotografias e arte o autor faz um mapeamento do nascimento da hibridação cultural, através da introdução do modelo colonial e expropriador surgem sujeitos que formam uma massa que culturalmente não são definidos, ora são considerados sujeitos subsumidos pela cultura colonial, ora surgem como resistência a esse modelo.

Ao longo do processo de colonização o aspecto fronteiro está marcado, não apenas como uma fronteira fixa em que apenas um dos lados não pode ultrapassar e/ou voltar. Mas, fronteiras como espaços de entrecruzamento e disputas de poder, ainda que os povos indígenas estejam em desvantagem essa fronteira não-fixa permite a eles a renegociação e a ressignificação cultural, ainda que esse movimento signifique adotar posições e medidas da cultura hegemónica.

Stuart Hall (1997) aponta os recursos que, ao longo do processo de expansão colonial, vão constituindo o discurso *West/Rest*, discurso que cria o conceito de nós/resto do mundo, tais como os conhecimentos clássicos, as fontes bíblicas e religiosas, as mitologias, além dos relatos de



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



viajantes. A partir dessas fontes constituem-se as polaridades entre o Ocidente – civilizado, adiantado, desenvolvido, bom – e o resto – selvagem, primitivo, atrasado. Uma vez constituídos, esses binarismos tornam-se recursos para pensar e analisar a realidade. Essa foi a lógica exportada para um mundo que se globalizava, via colonização, aí se incluindo o Brasil e seus povos originários.

A partir de uma lógica de compreensão alternativa da realidade busca-se situar os povos indígenas, dialogando-se com a análise de John Manuel Monteiro, que mostra uma historiografia brasileira que trata o indígena como “mero sobrevivente de uma cultura destroçada e empobrecida pela colonização pós conquista”, o “índio colonial”, isto é, aquele concebido pela lógica colonialista (MONTEIRO, 2001). No Brasil, desde a criação do IHGB, no século XIX, até meados do século XX predominou uma perspectiva tradicional que considerava os povos indígenas como inferiores e destituídos de história, o Outro que precisava ser destruído.

O conceito de cultura desenvolvido por (CUNHA, 2009) como algo em constante transformação e diferente significado para os povos indígenas indica que as práticas culturais são flexíveis e adaptáveis ao longo do curso das situações e enfrentamentos que esses povos passam, em uma perspectiva similar à de (CANCLINI, 1989).

Os Terena contemporâneos, sujeitos dessa pesquisa, compreendendo as exigências de apresentarem suas credenciais étnicas celebram sua cultura, e exibem seus paramentos e símbolos da sua diferença em situações públicas quando, por exemplo, estão frente a autoridades governamentais, apresentando-se paramentados de acordo com sua etnia:

...vários povos estão mais do que nunca celebrando sua “cultura” e utilizando-a como sucesso para obter reparações por danos políticos. A política acadêmica e a política étnica caminham em direções contrárias. Mas a academia não pode ignorar que a “cultura” está ressurgindo para assombrar a teoria ocidental. (CUNHA, 2009:313)

Em *O Subalterno Pode Falar?* Gayatri Chakravorty Spivak analisa como o *modus operandi* colonial contribuiu para a criação de um pensamento excludente, também aponta a necessidade e possibilidade de os subalternos falarem por si mesmos, isso traria uma perspectiva de história



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



diferente, uma vez que a história desses subalternos seria escrita e contada por eles mesmos e não mais por correntes hegemônicas que silenciam ou ignoram a história desses outros.

Ao se entrar em contato com a atuação dos Terena de Mato Grosso do Sul percebemos que as populações indígenas não estão paradas no tempo, são atores conscientes, posicionando frente às situações que se lhes apresentam. Eles falam por si e não precisam de interlocutores para indicar suas ações, estão em movimento, criando redes e teias de conhecimento e ações para a melhoria de suas comunidades e vidas.

As *Hánaiti Ho'únevo Têrenoe* (Grandes Assembleias Terena) expressam a cristalização dessa *agency* através da construção do sujeito político, onde por meio de reuniões e participação de vários segmentos da sociedade regional e nacional eles fazem suas reivindicações, e principalmente, se posicionam frente às propostas das esferas municipais, estaduais e federais, ações que eles registram nos chamados documentos finais das *Hánaiti Ho'únevo Terenôe* (Grandes Assembleias do Povo Terena).

A *agency*, conceito desenvolvido por (SPIVAK, 2010) nos faz pensar em uma formação de identidade que através da ação consciente se constrói por meio da fala e espaços de fala, a afirmação étnica e cultural é possível e se torna um mecanismo de resistência frente a essa lógica hegemônica. Com exemplos da cultura hindu e o caso das viúvas que se imolavam SPIVAK reflete sobre a dominação opressora da colonização e a falsa noção de salvação dessas viúvas por um feminismo branco, britânico e liberal

(...)e aqueles que são oprimidos pelo capital socializado não têm necessariamente nenhum acesso sem mediação à resistência "correta", pode a ideologia do sati, vindo da história da periferia, ser negada por qualquer modelo de prática intervencionista? Já que este texto trabalha com a noção de que tais nostalgias bem definidas por origens perdidas são suspeitas, especialmente como base para a produção ideológica contra-hegemônica, (...) (SPIVAK, 2010:121-122).

SPIVAK ao longo do texto analisa como as práticas de dominação da cultura hegemônica afetaram o modo de ver e entender a cultura e as práticas religiosas do hinduísmo, criando uma concepção do que é certo e errado e o que seria prática de selvagens e práticas de civilizados. É



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



através dessas alternativas contra hegemônicas que podemos compreender que não existe nenhuma salvação no discurso utilizado pelos colonizadores.

Os Terenas e suas Grandes Assembleias

Conforme apontam os estudos de (Silva, 2000); (Lima, 2006); (Rocha e Bittencourt, 2007); (Bicalho, 2010), entre outros, a partir de 1970 foi iniciado o movimento indígena no Brasil. Esse primeiro momento se caracterizou por grandes manifestações e organizações frente ao cenário nacional, no qual os povos indígenas passaram a sofrer as consequências de uma nova onda de expansão das fronteiras, por meio de projetos estatais e privados que visavam a incorporação econômica das regiões Amazônica e Centro Oeste, com a abertura de estradas, instalação de hidrelétricas, projetos de exploração mineradora, entre outros, que atingiam os territórios indígenas.

Nas décadas seguintes o movimento foi se consolidando, surgindo inúmeras associações indígenas, sobretudo após a promulgação da atual Constituição Brasileira, conforme observa Gersem Baniwa:

A partir da década de 1990, no embalo da nova Constituição de 1988, ocorreu o fenômeno da multiplicação de organizações indígenas formais, institucionalizadas e legalizadas por todo o Brasil. Essas organizações começaram a assumir cada vez mais as funções que o Estado deixou de desempenhar diretamente, em especial nas áreas de saúde, educação e auto-sustentação. Com isso, outras discussões passaram a fazer parte da agenda das organizações indígenas, como aquelas direcionadas ao discurso étnico do desenvolvimento “etno-sustentável” e da autogestão territorial. (BANIWA, 2006:78).

Nesse contexto favorável de consolidação de espaços de representação do movimento indígena – através das suas organizações – nas esferas públicas, sobretudo a partir de 2000, que se verificou a criação do Conselho Terena, em 2012. Assim, reafirmando sua identidade étnica, os Terenas com sua política interna/externa participam ativamente de lutas por direitos, apropriando-se de recursos, materiais e simbólicos, disponibilizados pela sociedade dominante, reformulando sua identidade, sendo essa reforçada ainda mais com a realização das *Hánaiti*



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Ho'únevo Terenôe (Grande Assembleia do Povo Terena), que são coordenadas pelo Conselho Terena, organização indígena surgida no interior do movimento indígena e que está vinculada à APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), uma organização indígena de âmbito nacional.

As *Hánaiti Ho'Únevo Têrenoe* surgiram da apropriação indígena dos recursos disponibilizados pela sociedade nacional, do formato de assembleias institucionalizadas, e que são coordenadas pelo Conselho do Povo Terena, tornando-se um dos principais canais de reivindicações, consulta, debate e deliberações, como uma forma de reivindicar seus direitos e assegurar os direitos já conquistados.

Ao se entrar em contato com a atuação dos Terena de Mato Grosso do Sul percebemos que as populações indígenas não estão paradas no tempo, estão em movimento, criando redes e teias de conhecimento e ações para a melhoria de suas comunidades e vidas. As *Hánaiti Ho'únevo Têrenoe* (Grandes Assembleias do Povo Terena) expressam a cristalização desse movimento social, onde por meio de reuniões e participação de vários segmentos da sociedade regional e nacional eles fazem suas reivindicações, e principalmente, se posicionam frente às propostas das esferas municipais, estaduais e federais, ações que eles registram nos chamados documentos finais.

Os documentos produzidos no final de cada *Hánaiti Ho'Únevo Têrenoe* mostram claramente a apropriação dos recursos legais e jurídicos que regem as questões indígenas, tanto as nacionais, quanto as internacionais, como aquelas produzidas pela Organização das Nações Unidas.

O Conselho do Povo Terena convida a todos e todas para participarem da 8ª Grande Assembleia Terena a ser realizada nos dias 21 a 24 de março de 2016 na Aldeia Água Branca, Terra Indígena Nioaque, Mato Grosso do Sul. Tendo como objetivo geral congregar os caciques, lideranças de retomadas, rezadores, mulheres e a juventude indígena em torno da luta pelo território tradicional, a assembleia irá pautar ainda temas como a educação escolar indígena, sustentabilidade e meio ambiente, saúde nas comunidades e políticas públicas em geral que são afetas as comunidades indígenas.

O Conselho do Povo Terena é organização tradicional indígena formado por lideranças indígenas que nos últimos anos fizeram o enfrentamento na luta pela demarcação de terras indígenas. Além das grandes assembleias, o Conselho Terena tem atuado na defesa judicial dos direitos dos povos indígenas.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



O Conselho do Povo Terena integra a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB e tem assento na Organização das Nações Unidas – ONU.⁹

Através de alguns pressupostos desenvolvido por pesquisadores dos Estudos Culturais podemos entender as Assembleias Terena como um momento de organização social e política do povo Terena, é através dessas Assembleias que decisões são tomadas, ações que de uma maneira geral influenciam a vida da comunidade indígena. Questões como terra, saúde e educação se tornaram pautas primordiais estando presente em todas as reuniões anuais da Assembleia Terena, conforme a análise quantitativa realizada a partir de todos os documentos finais disponíveis até a presente data.¹⁰

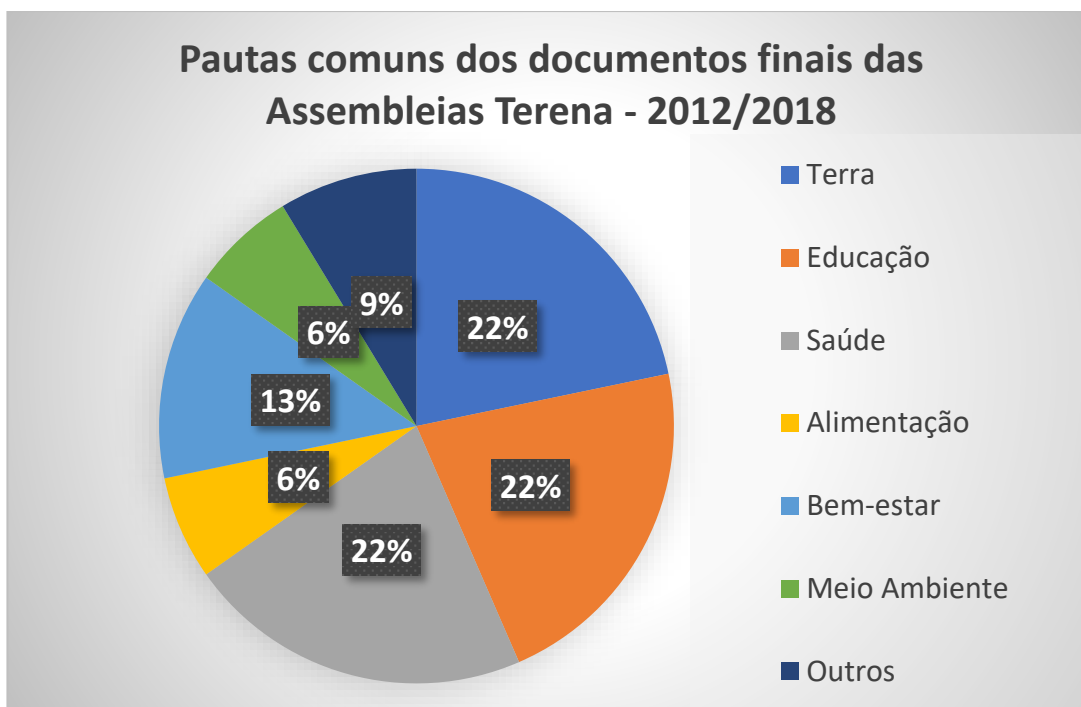
Dentre outros interesses apontados, podemos citar questão dos concursos públicos para indígenas ou cotas específicas para indígenas dentro dos concursos públicos. O 4º documento final traz uma nota de repúdio a violência cometido contra um indígena na terra de Buriti. O 5º o documento final traz outra nota de repúdio sobre a violência e pede justiça para Oziel, indígena que foi morto por disparos segundo relatos de testemunhas, vindos da Polícia Federal em um contexto de conflito por conta da retomada e demarcação de seu território na região de Dois Irmãos do Buriti. O 7º documento final traz novamente a questão dos concursos públicos para indígenas.

⁹ Trecho retirado da 8ª grande assembleia Terena, realizada entre os dias 21 a 24 de março de 2016 na aldeia Água branca na terra indígena de Nioaque.

¹⁰ Até o presente momento foram realizadas 13 Grandes Assembleias Terena e temos 13 Documentos Finais, porém as edições da 9ª, 11ª e 12ª não se encontram disponibilizados em lugares de acesso público o que impossibilitou a inclusão delas no levantamento estatístico.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Fonte: gráfico elaborado pelas autoras.

Ao analisarmos as pautas comuns a maioria das Assembleias, registradas nos documentos finais, percebemos que a porcentagem para Território, Saúde e Educação está relativamente superior as outras reivindicações, sendo assim uma das pautas principais para os Terena está relacionada com o território.

A questão territorial foi assunto e motivo de reivindicações dos Terena desde o Império Brasileiro, no século XIX

Para entendermos o conceito de território para os Terena e sua importância ao longo dos séculos retoma-se aqui algumas questões fundamentais para a compreensão do processo de territorialização Terena: constata-se que eles, assim como as demais etnias indígenas do estado, já se encontram na região muitos anos antes da Guerra do Paraguai. Concentraram-se em determinadas regiões, onde as sereias das propriedades particulares ainda não existiam, mas havia entre eles um entendimento dos seus limites territoriais. ou seja, reconheciam que, em determinados locais, não poderiam circular, porque pertenciam a outros povos indígenas. As suas ações reivindicatórias junto as autoridades brasileiras desde o final da guerra foram determinantes para as demarcações territoriais no início do século XX, em lugares em que eles já se encontram esses processos ainda hoje estão em discussões nas aldeias e tramitando na justiça pública estadual e federal. Enquanto os Terena aguardam o seu resultado, permanecem firmes no propósito de recuperarem suas antigas áreas. (VARGAS, 2011:92)



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A partir do conceito como o de *agency* que foi desenvolvido por (SPIVAK, 2010) e o de protagonismo indígena desenvolvido por (CUNHA, 1992) e (MONTEIRO, 1994) entendemos que as ações realizadas pelos Terena desde os primeiros contatos permitiram a construção de um campo político de atuação externa, apontando para a construção do protagonismo do grupo. Esse protagonismo se materializa na defesa seus territórios frente as políticas de usurpação e genocídio, como uma saída para a sobrevivência, que se realiza através de longos períodos de negociação e insistência, uma vez que algumas de suas terras foram demarcadas após longo período de lutas.

A questão territorial é de suma importância para os Terena, uma vez que do território emanaria tudo que é necessário para o bem viver da comunidade, é através da terra que se planta e se come, é através da terra que sua vida é preservada e questões como a saúde e educação, que aparecem no mesmo nível de importância nos Documentos Finais, serão resolvidas.

Esse conceito de território avesso aos valores econômicos da lógica capitalista encontra inúmeras problemáticas, destacando-se aí novas políticas governamentais da economia, baseada na produção e exportação de *commodities*, a reprimarização da economia brasileira, verificando-se ataques aos direitos indígenas que estão estreitamente articulados a interesses de crescimento econômico dirigido para a produção e a exportação de produtos agrícolas e matéria primas, que favorecem o desenvolvimento econômico predatório (BAINES, 2014).

Situação na qual a concepção de terra para os povos indígenas tem sido desrespeitada, gerando inúmeras violências, sendo parte da adversidade enfrentada pelos indígenas. Assim, torna-se necessário compreender o conceito de território dos diferentes povos indígenas como parte de um saber tradicional, que pode ter uso diversificado, diferente da lógica de mercado.

Considerações finais

Esse artigo surgiu em decorrência das primeiras reflexões acerca da política externa dos Terena, a partir da análise dos registros que produzem após cada uma das assembleias que realizam anualmente, desde 2012.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



As reflexões encontram-se orientadas pelo pensamento decolonial, pela perspectiva de desconstrução do pensamento colonial sobre os povos indígenas. Até o presente momento, podemos considerar que as proposições dos Estudos Culturais e seus autores, em diálogo com os pressupostos da nova história indígena permitem uma análise do Movimento Indígena e da atuação do povo Terena baseada e centrada na não hierarquização do conhecimento.

A proposição da ecologia dos saberes apresentada por (SANTOS, 2007) aponta uma gama de conhecimentos e ideias rejeitadas, por não estarem baseados em teorias científicas e epistemológicas eurocêntricas. Uma perspectiva não hierarquizante contribui para a desmistificação do subalterno e do inferiorizado.

Os documentos finais das assembleias mostram a consciência histórica e política dos Terena, suas ações, reivindicações e posicionamentos no interior da sociedade brasileira e, portanto, do protagonismo indígena. Essa atuação contraria o pensamento subalternizante da cultura hegemônica, que os considerou atrasados e destituídos de decisões. A partir dos Estudos Culturais podem ser compreendidos de outra forma. Um olhar através dos filtros dos Estudos Culturais permite a problematização da identidade coletiva, as formas de se construírem quanto sujeitos, e das possibilidades de proposição e realização de projetos alternativos.

Referências

BAINES, Stephen Grant. Territórios indígenas ressignificados. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Professor Associado, Departamento de Antropologia, UnB; Coordenador do Laboratório e Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (LAGERI); Pesquisador do CNPq.

BANIWA, Gersen, Constituições nacionais e povos indígenas / Alcida Rita Ramos, organizadora. Belo Horizonte Editora UFMG. 2012238 p.-Humanitas - (Humanitas) A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo, 2006, P. 78.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Protagonismo Indígena no Brasil, Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009). Tese (Doutorado em História), Brasília, UNB, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, Amílcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



CAMPOS, Rogério Cunha. Pensando os movimentos indígenas como sujeitos socioculturais: a luta por educação. UNICAMP, Campinas, SP, 2003. p. 5.

CANCLINI, Néstor García Culturas Híbridas, Estrategias para entrar y salir de la modernidade, Editorial Grijalbo, S.A. de C.V., 1989.

CORDEIRO, Mariana Prioli e SPINK, Mary Jane Paris. Por uma Psicologia Social não perspectivista: contribuições de Annemarie Moll. Arq. bras. psicol. [online]. 2013, vol. 65, n. 3, p. 338-356. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-2672013000300003&lng=pt&nrm=iso

COSTA, Sergio. Desprovincializando a sociologia. A contribuição pós-colonial. Revista brasileira de Ciências Sociais - vol. 21 nº. 60, p. 121).

CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. 1992

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania / 1ª ed. — São Paulo : Claro Enigma, 2012, p 22.

CUNHA, Manuela Carneiro. "Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: _____. Cultura com aspas. São Paulo: Cosac & Naify, 2009. p. 313.

FANHANI, Alice Pereira, Hanaiti Ho'únevo Têrenoe os documentos finais das grandes assembleias do povo terena (Trabalho de conclusão de curso), Aquidauana, MS, 2018.

HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE EPISTEMOGRAFIA, INFORMAÇÃO E INDIGENISMO Revista Conhecimento em Ação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul/dez. 2017, p. 98.

MONTEIRO, John Manuel. "Redescobrimo os índios da América Portuguesa: incursões pela história indígena e do indigenismo". IN: Tupis, Tapuias e historiadores, estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de Livre-docência em Etnologia, Departamento de Antropologia da Unicamp. Campinas, 2901, p. 53-78.

PEREIRA, Levi Marques Os Terena de Buriti : as formas organizacionais, territorialização da identidade étnica. / Levi Marques Pereira. – Dourados, MS : Editora da UFGD, 2009.

ROCHA, Leandro Mendes e BITTENCOURT, Libertad Borges. Indigenismo e Participação Política na América Latina. Goiânia: Editora da UFG, 2007.

SILVA, Rosa Helena Dias da. Movimentos Indígenas no Brasil e a questão educativa. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: UERJ: ANPED-Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, n. 13, p. 95-112, Jan/Fev/Mar/Abr 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos. - CEBRAP [online]. 2007, n.79, p. 4, 5, 6, 20 e 21.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI. Mana, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, Aug. 2015, p. 425-457.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. *A dimensão sociopolítica do território para os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI.* Tese (Doutorado em História) p. 60 – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



REPRESENTAÇÃO SOCIAL: UM OLHAR DO PROFESSOR INDÍGENA

Ana Fábria Damasceno Silva Brunet ¹¹

Edson Pereira de Souza²

Icléia Albuquerque de Vargas³

Introdução

A representação individual é uma construção social. Ao analisar a representação de determinados grupos pode-se levar a compreensão da totalidade, da relação entre seres humanos e seres humanos e com os recursos naturais, que muitas vezes é compreendida como algo exterior, separado, natureza de um lado e homem de outro. Porém, o conceito que o homem não pertence a natureza a muito tempo vem se discutindo e chegando ao entendimento que o homem é parte integrante do mesmo sistema.

Moscovici (1978) o primeiro autor a falar em representações sociais, salienta que as condutas e as tomadas de decisões individuais são influenciadas significativamente pelas representações sociais, isto é, o indivíduo tende a internalizar as mesmas representações do coletivo, em que está inserido. O autor pontua que as representações individuais têm papel teórico fundamental, contribuindo para a analisar as representações construídas pela sociedade. Para ele a origem do conceito de representações sociais, define que estas são realizadas através do pensamento e esses pensamentos formam as ideias, e estas estão relacionados as suas crenças e valores.

Consoante Alves-Mazzotti (2008), o processo de construção das representações ocorre em dois períodos: primeiro com a objetivação e depois com a ancoragem. A objetivação é a tradução de conceitos e ideias em imagens concretas, que se tornam um reflexo do real. O processo

¹¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências/INFI/UFMS - anafabiabrunet@hotmail.com

²Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências/INFI/UFMS – edson.souza1984@gmail.com - Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

³Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências/INFI/UFMS - icleiavargas12@gmail.com



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



denominado ancoragem ocorre quando as imagens passam a fazer parte do pensamento constituído, gerando uma rede de significações.

O processo de construção de uma representação não é algo inerte e nem homogêneo, ele se constrói com a participação do sujeito no meio em que está inserido. Assim Reigota (2007), salienta que a representação social constitui-se de um conjunto de princípios construídos interativamente e compartilhados por grupos heterogêneos, que modificam a sua realidade a partir do conhecimento.

As representações sociais estão fortemente ligadas ao lugar onde as pessoas estão inseridas, seja nas suas comunidades, nos seus lares, locais de trabalho ou/e áreas de lazer. Dardel (1990) pontua que o lugar é uma das principais categorias dentro da Geografia Humanística Cultural, em que constitui o espaço visto pelo ser humano, composto de histórias, signos e símbolos, cheios de sentimentos e valores. Para o autor o conceito de lugar vai muito além de simplesmente uma localização, é composto de signos e significados.

É nesse espaço determinado como lugar que ocorrem as relações entre os seres humanos e todas as espécies animais e vegetais existentes na superfície da terra. Tuan (1983), destaca que o lugar é onde acontece a vida e verdadeiramente as relações humanas.

Os lugares se constituem de diferentes culturas. Para Kozel (2007) o mundo cultural não é apenas uma soma de objetos, compreende uma forma de linguagem, existentes em um sistema de relações sociais, com valores, atitudes e vivências.

Com o objetivo de organizar as pesquisas sobre representações sociais Salette Kozel (2007) criou uma metodologia denominada “Metodologia Kozel”, que definem quatro aspectos fundamentais para entender as representações: Primeiro a observação dos elementos quanto a forma de representação na imagem (letras, ícones e/ou mapas); segundo a interpretação quanto a distribuição dos elementos na imagem (em perspectiva, formas dispersas ou horizontal); terceiro quanto a especificidade dos elementos (elementos da paisagem natural, construída, móveis ou/e humanos); e o quarto aspecto a ser observado são os particulares, com por exemplo: problemas sociais, como prostituição e marginalização.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Com a base teórica e metodológica aplicada através da Metodologia Kozel e autores como Moscovici, Reigota, Mazotti, Tuan e Dardel, que definem conceitos de representação social e lugar, foi elaborado uma pesquisa com professores indígenas, ocupantes de cargos efetivos, que presteavam ao cargo de direção escolar, no segundo semestre de 2018, nas escolas municipais indígenas do município de Aquidauana, estado de Mato Grosso do Sul.

Participaram da pesquisa 11 (onze) professores, efetivos, das escolas municipais indígenas, do município de Aquidauana, sendo: dois da Escola Municipal Indígena Polo Lutuma Dias – Aldeia Limão Verde; três da Escola Municipal Indígena Polo Marcolino Lili – Aldeia Lagoinha (porém uma estava trabalhando no ano de 2018 na Escola Municipal Visconde de Taunay – Distrito de Taunay), dois da Escola Municipal Indígena Polo General Rondon – Aldeia Bananal; dois da Escola Municipal Indígena Feliciano Pio – Aldeia Ipegue; e dois da Escola Municipal Indígena Francisco Farias – Aldeia Água Branca.

Integrou a pesquisa 07(sete) professoras e 04 (quatro) professores, perfazendo 11(onze) sujeitos, todos com formação em nível superior (Quadro 1), com as seguintes formação: 7(sete) formação acadêmica em Pedagogia, 01(um) em Letras, 01(um) em Ciências Sociais, 01(um) em Normal Médio e 01(um) em Educação.

Quadro 1: Formação Acadêmica dos Professores

FORMAÇÃO ACADÊMICA	QUANTIDADE
Pedagogia	7
Letras	1
Ciências Sociais	1
Normal Superior	1
Educação	1
Total	11

Fonte: Brunet, 2018



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Dos questionamentos realizados para os professores, foi indagado, conforme consta no Quadro 2, sobre a religião ou crença dos mesmos. Do total, 3(três) se declararam católicos, 5(cinco) evangélicos, 02(dois) cristã e 01(um) nada a declarar.

Quadro 2: Religião ou credo dos Professores

RELIGIÃO	QUANTIDADE
Católico	3
Evangélico	5
Cristianismo	2
Nada a declarar	1
Total	11

Fonte: Brunet, 2018

A idade dos professores variava de 36 a 59 anos, sendo 01(um) professor, efetivo no cargo de agente administrativo e 10(dez) professores efetivos no cargo de professor de carreira.

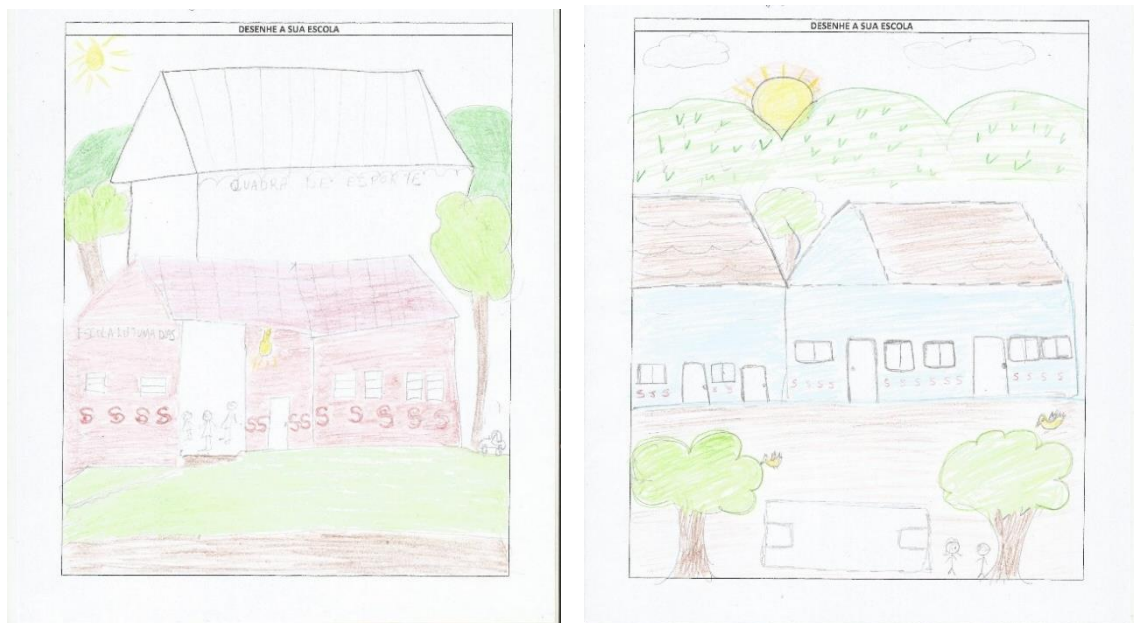
Os Mapas mentais, Figura 1, representam a Escola Municipal Indígena Polo Lutuma Dias, localizada na Aldeia Limão Verde, que apresentam elementos, segundo a classificação da Metodologia Kozel, quanto à forma: letras, traços, figuras geométricas e ícones. A distribuição destes elementos estão na horizontal e apresentam elementos da paisagem natural, construída e o elemento humano. As letras “S” nas paredes da imagem a esquerda, representam formas que expressam a cultura indígenas. Já a quadra desenhada, na frente da imagem, a direita, remete-nos a valorização do esporte, com as crianças no entorno.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Figura 1 – Mapas Mentais da EMIP Lutuma Dias



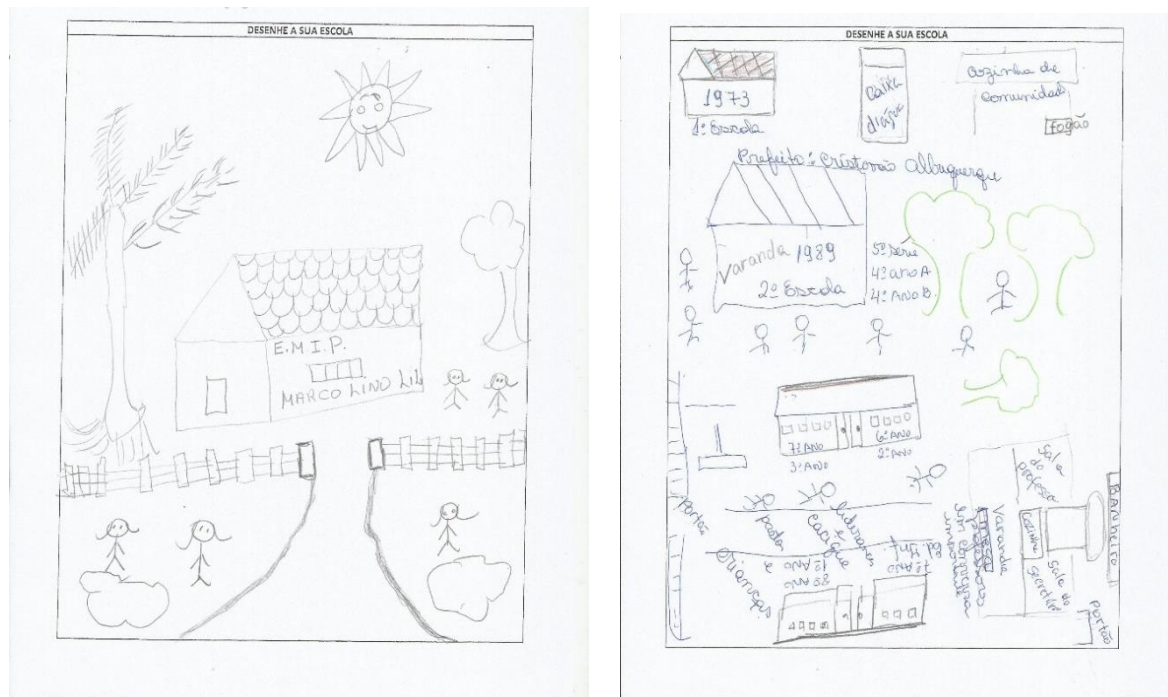
As representações dos Mapas Mentais (Figura 2) da Escola Municipal Indígena Polo Marcolino Lili, localizada na Aldeia Lagoinha, identifica-se elementos quanto à forma, como: letras, formas geométricas e ícones. Quando a distribuição, os elementos estão na horizontal, com a presença de elementos da paisagem natural, construída e humano. Observa-se, a presença de letras que formam palavras e números que representa um período temporal, a ser considerado na análise dos mapas mentais, como por exemplo a provável construção da escola pelo Prefeito Cristóvão de Albuquerque. As palavras retratam a participação das lideranças, dos caciques e pastores indígenas nas decisões da escola, algo muito comum nas comunidades indígenas.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Figura 2 – Mapas Mentais da EMIP Marcolino Lili



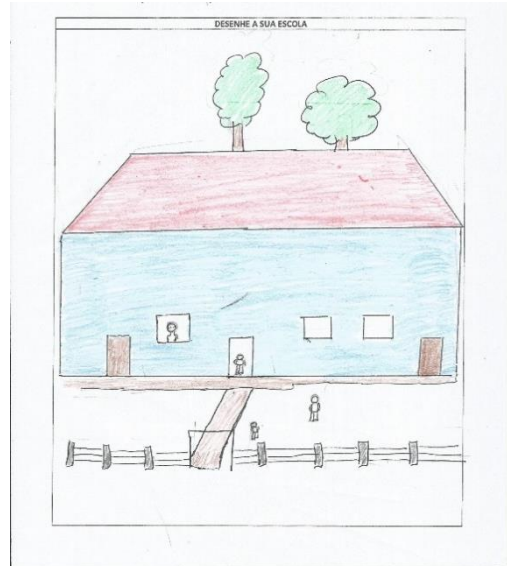
Na Figura 3, pontua-se que a representação não de uma Escola Municipal Indígena. Durante as atividades participaram todos os professores/as indígenas, efetivos, que gostariam de preitar o cargo de direção escolar das escolas municipais indígenas. A professora que fez o mapa mental, no ano letivo de 2018, estava lotada em uma escola municipal, localizada no Distrito de Visconde de Taunay, muito próximo as aldeias. Desta forma, foi pedido para que a professora desenhasse a sua Escola, todavia, não foi feito interferência quanto a escola em que a professora gostaria de concorrer. Foram identificados elementos como: formas geométricas, ícones e traços, representando a forma. Quanto à disposição o Mapa Mental está na horizontal, com a presença de elementos da paisagem natural, construída e humano.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Figura 3 – Mapas Mentais da EM Visconde de Taunay – Distrito de Taunay



Os Mapas Mentais apresentados na Figura 4, representam a Escola Municipal Indígena Polo General Rondon, localizada na Aldeia Bananal. Os elementos ícones, letras e traços foram identificados nos mapas. Quando a forma, a imagem a esquerda está posicionada horizontalmente e a direita em perspectiva. A especificidades dos ícones são através dos elementos da paisagem natural, construída e humano.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Figura 4 – Mapas Mentais da EMIP General Rondon



A Escola Municipal Indígena Polo Feliciano Pio, localizada na Aldeia Ipegue, representada através dos Mapas Mentais, Figura 5, apresentam ícones, letras e formas geométricas. A primeira representação, a esquerda, está disposta horizontalmente, com duas representações, uma de como a escola se encontrava em 2018 e a outra a perspectiva para 2019, no qual a escola passava por reforma. Quanto a especificidade dos ícones foi identificada elementos da paisagem natural, construída e humano.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



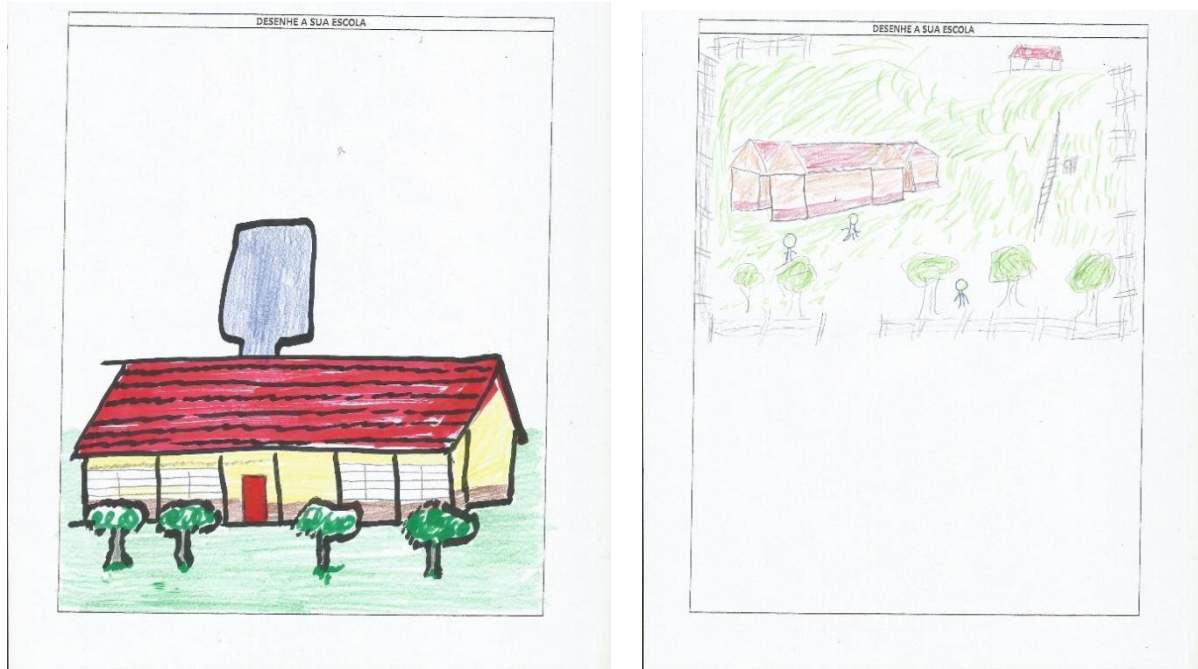
Figura 5 – Mapas Mentais da EMIP Feliciano Pio



Os Mapas Mentais apresentados na Figura 6, representam a Escola Municipal Indígena Francisco Farias, localizada na Aldeia Água Branca. Foram identificados ícones e traços na representação quanto a forma. O primeiro mapa, a esquerda, apresenta-se com a distribuição horizontal e o segunda, a direita está em perspectiva. Nos mapas encontramos elementos da paisagem natural e construída e no mapa a direita apresenta o elemento humano. Um importante fator registrado é as dificuldades encontradas com a distribuição de água potável, representado no desenho pelo tamanho desproporcional da caixa d'água.



Figura 6 – Mapas Mentais da EMI Francisco Farias



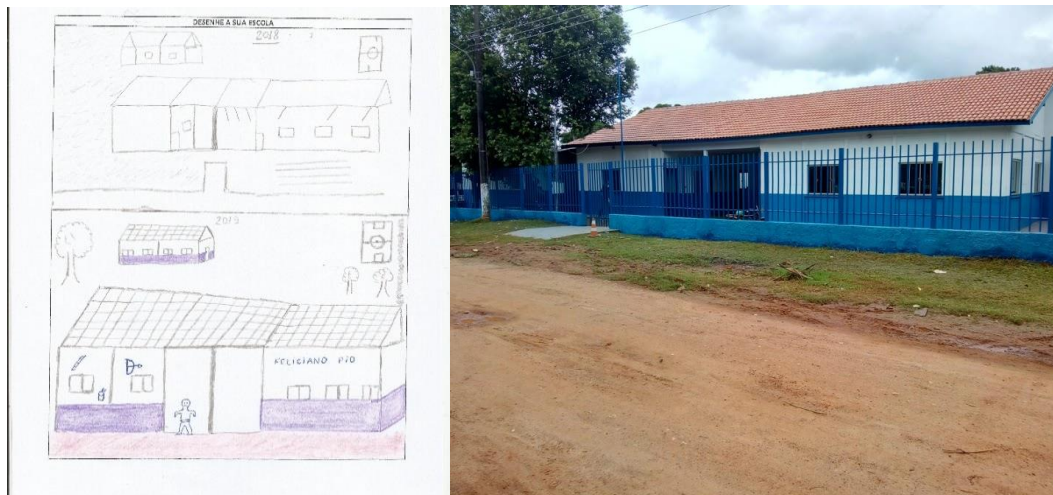
Em alguns mapas as pessoas retratam/registem os que olhos veem como é o caso das Imagem 7, onde podemos dizer que a representação do mapa mental está muito próxima do registrado por uma fotografia.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Imagem 7: Escola Municipal Indígena Feliciano Pio – Aldeia Ipegue



Fonte: Brunet, 2019

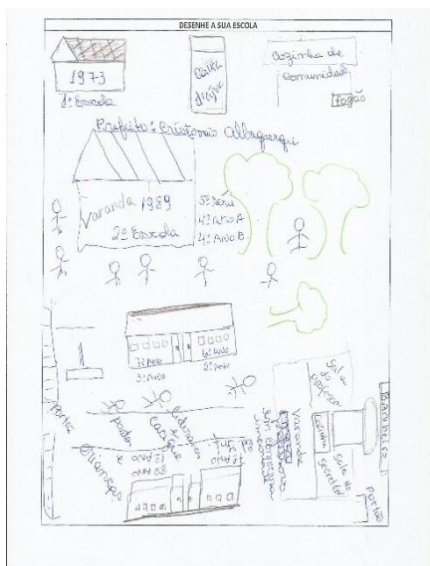
Porém, o que é registrado nos mapas mentais vai muito além da simples paisagem visual, as representações sociais são compostas de sentimentos, vivência, saberes, signos e significados. Como Podemos observar na Figura 8, da EMIP Marcolino Lili a qual com imagens e palavras identifica-se a participação das lideranças indígenas nas decisões da escola.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Imagem 7: Escola Municipal Indígena Feliciano Pio – Aldeia Ipegue



Fonte: Brunet, 2019

Considerações finais

A presente pesquisa, realizada com professores indígenas, ocupantes de funções (Administrativa e docente) efetivas, que presteavam de direção escolar, no ano de 2018, nas escolas municipais indígenas, no município de Aquidauana/MS, passaram por formação para o desempenho da função. O processo eleitoral ocorreu posteriormente, para assumirem ao cargo no ano de 2019. Participaram do processo 07 (sete) professoras e 04 (quatro) professores, perfazendo 11 (onze) professores, com idade de 36 a 59 anos, todos com a formação superior.

Nos mapas mentais, 100% das imagens foram registrados elementos da paisagem natural (árvores e pássaros) no entorno da escola, representando a forte ligação da cultura indígena e a valorização da natureza, e elementos da paisagem construída, que representavam o prédio da escola;

Nas comunidades indígenas, da região de Taunay, ocorrem problemas com a distribuição de água potável, que é aparece no Mapa Mental da EMI Francisco Farias, com a representação da caixa d'água representada expressivamente. Notou-se na representação da Escola Municipal



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Indígena Polo Marcolino Lili a participação das lideranças, caciques e pastores nas decisões da escola, registrando aspectos particulares das comunidades indígenas.

Assim, observa-se que os seres humanos vivem imersos em um mundo composto por coisas naturais e artificiais, que adquirem significados para cada indivíduo, que podem ser registradas através dos mapas mentais, forma de registro que auxiliam para o entendimento dos fenômenos culturais e das representações sociais de uma sociedade.

Referências

ALVES-MAZOTTI, A. J. **Representações sociais aspectos teóricos e aplicações à educação.** *Revista Múltiplas Leituras*, v.1, n. 1, 2008.

DARDEL. Eric. **L' homme et la terre – nature de la réalité géographique: Editions du CTHS:** Paris, 1990

KOZEL S. et al (org): **Da percepção e cognição à representação: reconstrução teóricas da Geografia Cultural e Humanística/Organização de Salete Kozel, Josué da Costa Silva e Sylvio Fausto Gil Filho.** São Paulo. Terceira Margem, 2007

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TUAN, Y. FU. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo/Rio de Janeiro. Difel. 1983



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



POLÍTICAS PÚBLICAS TRANS: DIREITOS E DESAFIOS

Gisele Paquer Camargo¹²

Diego Ap. Cafola¹³

As dificuldades encontradas nos locais mais comuns pelos sujeitos trans¹⁴ (travestis, transexuais e transgêneros) são enormes, são os sujeitos mais marginalizados e que sofrem mais preconceito e exclusão dentre a população Lgbt (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis e transexuais).

O Brasil não possui legislação específica sobre os sujeitos trans, além da recentemente criminalização da homotransfobia¹⁵ pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019. Existem outras decisões que reconhecem os direitos dos sujeitos lgbt's, em 2018 a mesma suprema corte autorizou os sujeitos trans a alterarem o nome no registro civil sem a necessidade de realizar a cirurgia de mudança de sexo. Esses novos reconhecimentos auxiliam para evidenciar as políticas de inclusão a diversidade de gênero e de orientação sexual em diversas instituições, sobretudo as de educação e de saúde (públicas e privadas). Essas conquistas estão relacionadas a luta desses sujeitos pelo mínimo de cidadania, pois convivem com a realidade marcada pela marginalização e exclusão social.

Os avanços conquistados pela população trans na área da saúde, principalmente através dos movimentos organizados LGBT, vêm ocorrendo por meio de suas demandas apresentadas nos espaços de

¹² Gisele Paquer Camargo Graduada em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) 1998, Especialização em Gestão Avançada de Recursos Humanos pelo Instituto Nacional de Pós graduação (INPQ/UCDB), Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais – da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Aquidauana (PPGCult/UFMS/CPAQ).

¹³ Diego Ap. Cafola bolsista CAPES de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais (PPGCult) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana (UFMS/CPAQ). Especialista em História da América (2019), licenciado em História (2017) e Bacharel em Turismo (2013) pela UFMS.

¹⁴ Utilização do termo trans para referenciar as travestis, transexuais e transgêneros.

¹⁵ STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. Quinta-feira, 13 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



controle social, como nas Conferências de Políticas Públicas para LGBT e nos Conselhos de Saúde.¹⁶

Por meio desse texto apresentamos uma discussão das políticas de saúde públicas brasileiras das últimas duas décadas da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros no Brasil, focalizando o respeito a identidade de gênero população trans no acesso a serviços básicos de saúde.

Para Bento

a transexualidade deve ser observada como um dos mais recentes desdobramentos do dispositivo da sexualidade, passando a constituir-se como dispositivo específico, que se encontra em pleno período de operacionalização, com a organização crescente de comissões ou projetos vinculados a hospitais, visando a “tratar” os disfóricos de gênero¹⁷.

Preconceito, discriminação, chacotas, injúrias, são situações comum de uma vida trans. Poucos tem o privilégio de conseguir passar ilesos a esses diversos casos do cotidiano, porém quando são colocados ao cuidado de sua saúde, mesmo os que passam, não se pode passar ou negar sua condição enquanto sujeitos trans, as ocorrências de constrangimentos se fazem presente em suas vidas quando o assunto é saúde. São as políticas públicas da saúde que devem auxiliar esses sujeitos a cuidarem de si, de seus corpos, em qualquer nível de atendimento de saúde.

A visibilidade, conhecimento e o reconhecimento das políticas de saúde pública para a população lgbt é relevante para combater a discriminação, violência e o preconceito vividos histórico e cotidianamente, garantindo assim seus direitos mais básicos. Sobretudo em um momento político delicado para esses sujeitos, pois, após décadas de lutas, estão perdendo alguns poucos direitos adquiridos e acesso a políticas públicas que as atingem diretamente.

¹⁶ POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. *Ciênc. saúde coletiva*. 2017, vol.22, n.5, p. 1511.

¹⁷ BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Salvador, BA: Editora Devires, 2017.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Seja dentro de diversas instituições sociais como a familiar ou de ensino, esses sujeitos lidam com a discriminação. No caso da familiar, o corriqueiro é a expulsão de suas casas, na escolar passam por cessação precoce de sua trajetória educacional, sobretudo, pela sua condição de trans. Se o comum, mas não total, é o não amparo da família e do Estado (com a educação), é de se esperar que esses sujeitos experienciam onde são aceitas. No modo como o canto da Linn da Quebrada escancara essa realidade na música *Mulher*: “nas ruas pelas surdinhas é onde faz o seu salário. Aluga o corpo a pobre, rico, endividado, milionário. Não tem Deus, nem pátria amada, nem marido e nem patrão”, pois a inserção no mercado de trabalho qualificado se torna ainda mais difícil sem escolaridade restando a insegurança as ruas a noite para sua sobrevivência.

Constituição, Decretos, Resoluções e Portarias

No nossa Constituição de 1988 logo no início de seu texto, mais precisamente o art. 3º, inciso 4 da apresenta o seguinte texto: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: **IV** - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”¹⁸. Também prevê como direito fundamental que a lei puna qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais (art. 5º, XLI).

O Decreto Presidencial Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal e serve ainda como parâmetro para que estados e municípios também adotem o uso do nome social.

Se uma pessoa cisgênera (cis) tem seu nome pronunciado de maneira errada ou pelo nome que não a representa haverá correção por parte da dessa pessoa para ser chamada corretamente. O que pode ser banal para uma pessoa cis, não é para uma pessoa trans. É de extrema importância para a pessoa trans ser identificada nos espaços de saúde pelo nome social, isso está diretamente ligado ao respeito a sua identidade de gênero e ao combate ao preconceito que eles sofrem principalmente dos profissionais da saúde. Ser reconhecido pelo nome social traz

¹⁸ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



segurança, gera acolhimento e empatia, fatores importantes para o processo de cura que envolve tais atendimentos. Não respeitar o nome social gera discriminação agravando o quadro de adoecimento do indivíduo.

O decreto referente ao uso do nome social é de 2016, porém, a identificação pelo nome social é um direito garantido dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2009 pela Carta de Direitos dos Usuários do SUS (Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009). Por isso, independente do registro civil ou de decisão judicial, é direito do(a) usuário(a) do SUS ser identificado(a) e atendido(a) nas unidades de saúde pelo nome de sua preferência. Desde 2012, o Sistema de Cadastramento de Usuários do SUS permite a impressão do Cartão SUS somente com o nome social do(a) usuário(a).

Para além de ter o direito de ser chamada pelo seu nome social e o junto com isso o reconhecimento de sua identidade de gênero ocorreu outro passo importante para a população trans. Se existe a divisão nos banheiros de acordo com o gênero, em 2015 precisou existir uma Resolução (nº 12) para respeito a identidade de gênero das pessoas, ela faz parte do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos LGBT (de 16 de janeiro de 2015) que estabeleceu o uso de banheiros, vestiários, alojamentos e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada usuária/o.

O que é básico para algumas pessoas para outras por muito tempo foram inalcançadas. Essas legislações auxiliam para dar legitimidade a luta e as reivindicações dos sujeitos trans. Se sentindo respaldados enfrentam o medo e, assim sendo, procuram os serviços básicos governamentais seja na educação ou na saúde.

Conforme Art. 196 da Constituição Federal de 1988: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

A lei orgânica nº 8.080, de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços, cria a estrutura legal para a construção de um dos maiores sistemas públicos de saúde, o SUS, que passou a oferecer a todo



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



cidadão brasileiro acesso integral, universal e gratuito a serviços de saúde. Os princípios de igualdade, universalidade, equidade, integralidade, da participação da sociedade no controle da política e da saúde como direito social (cidadania) norteiam as ações de planejamento e execução do sistema único de saúde.

A Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT), considerando importantes atribuições para garantir a essa população o direito à saúde previsto na Constituição Federal, como a necessidade de ampliação das ações e serviços de saúde especialmente destinados às peculiaridades da população LGBT que é o que preconiza o princípio da Equidade.

A portaria considera, entre outras questões, a necessidade de fomento às ações que visem à superação do preconceito e da discriminação, por meio da mudança de valores, baseada no respeito às diferenças, buscando um enfrentamento à violência LGBTfóbica nos espaços de saúde.

A Resolução Nº 2, de 6 de dezembro de 2011, estabelece estratégias e ações que orientam o Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral (POPNSI) de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no âmbito do SUS: “Art. 1º Esta Resolução institui o POPNSI de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no âmbito do SUS, com o objetivo de apresentar estratégias para as gestões federal, estadual, distrital e municipal do SUS no processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde, com foco na população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), para a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo.

No Art. 2º, deste mesmo Plano, é estruturado em 04 (quatro) eixos estratégicos:

- I - acesso da população LGBT à atenção integral à saúde;
- II - ações de promoção e vigilância em saúde para a população LGBT;
- III - educação permanente e educação popular em saúde com foco na população LGBT; e;
- IV - monitoramento e avaliação das ações de saúde para a população LGBT.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Seguindo as diretrizes desse Plano Operativo, encontramos o art. 7º, que compete à gestão municipal do SUS:

- I - definir estratégias e plano de ação para implementação do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no âmbito municipal; e;
- II - promover a inclusão do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Plano Municipal de Saúde e no PPA setorial, em consonância com as realidades, demandas e necessidades locais.”

No que se refere a programas de combate à homofobia e promoção do respeito à diversidade, o Ministério da Saúde apresenta a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, e pactuada pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT), conforme Resolução nº 2 do dia 6 de dezembro de 2011, que orienta o Plano Operativo de Saúde Integral LGBT.

No item que diz respeito a responsabilidade e atribuições relacionadas à Política, da Política de saúde LGBT (2013), no que se refere às Secretarias Municipais de Saúde o Art. 6º, compete:

- I - implementar a Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Município, incluindo metas de acordo com seus objetivos;
- II - identificar as necessidades de saúde da população LGBT no Município;
- III - promover a inclusão desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Plano Municipal de Saúde e no PPA setorial, em consonância com as realidades, demandas e necessidades locais;
- IV - estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação de gestão e do impacto da implementação desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT;
- V - articular com outros setores de políticas sociais, incluindo instituições governamentais e não governamentais, com vistas a contribuir no processo de melhoria das condições de vida da população LGBT, em conformidade com esta Política Nacional de Saúde Integral LGBT;
- VI - incluir conteúdos relacionados à saúde da população LGBT, com recortes étnico-racial e territorial, no material didático usado nos processos de educação permanente para trabalhadores de saúde;
- VII - implantar práticas educativas na rede de serviço do SUS para melhorar a visibilidade e o respeito a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais;



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



VIII - apoiar a participação social de movimentos sociais organizados da população LGBT nos Conselhos Municipais de Saúde, nas Conferências de Saúde e em todos os processos participativos.

Manutenção e rupturas: tensionamentos e desafios

Mesmo após a exclusão da homossexualidade do Código Internacional de Doenças CID em 1990, estudos tem apontado uma tendência da condição ainda relacionada a patologias considerando como grupo de risco para doenças sexualmente transmissíveis, configurando barreiras ao acesso da atenção à saúde integral desse grupo social. Estes são alguns dos marcos que potencializam a necessidade de compreender como a patologização e estigma poderão agir nas subjetividades de profissionais da saúde produzindo obstáculos à atenção à saúde integral desta população e assim contribuir para a elaboração de novas estratégias para a educação permanente que mobilizem de forma efetiva tais estruturas subjetivas.

Quando se fala da saúde da população trans é comum que venham à mente questões relacionadas às práticas sexuais, tais como as doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS/Hepatites Virais. É importante lembrar que estas pessoas são também acometidas por outras enfermidades.

O Disque Direitos Humanos, ou “Disque 100”¹⁹, “recebeu no ano de 2015 1.983 denúncias de violações de direitos da população LGBT. Esse número representa um aumento de 94% no registro de manifestações de denúncias de violações contra a população LGBT entre os anos de 2014 e 2015”²⁰. Em 2019

o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) divulgou os dados referentes ao balanço anual do Disque 100 (Disque

¹⁹ O Disque 100 é um serviço de discagem direta e gratuita disponível para todo o Brasil. Tem como função acatar e encaminhar denúncias de violações de Direitos Humanos envolvendo crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoa com deficiência, população em situação de rua, população LGBT, igualdade racial, pessoas em privação de liberdade, conflitos agrários e urbanos, demandas indígenas, entre outros. A ferramenta também pode ser acionada por meio do aplicativo Proteja Brasil.

²⁰ BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e agrário. **Garantia da utilização do nome social para as pessoas travestis e transexuais.** Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/cartilha_nome_social.pdf



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Direitos Humanos) sobre a violência contra as pessoas LGBT. Em 2018, as denúncias somaram 1.685 casos, que resultaram em 2.879 violações. Destas, 70,56% são referentes à discriminação, seguida por violência psicológica – que consiste em xingamentos, injúria, hostilização, humilhação, entre outros (com 47,95%) - violência física (27,48%) e violência institucional (11,51%)²¹.

Mesmo existindo a legislação pertinente sabemos que a cultura violenta e discriminatória da nossa sociedade está presente. Os dados acima são indícios que os direitos da população lgbt, sejam os mais básicos, são violados. E atentamos ao fato que nem todos denunciam tais violações. Bem como, somos um dos países, que se tem registro, mais violento com as pessoas trans, segundo dados do Grupo Gay da Bahia (entidade que há 39 anos registra dados de violência contra lgbt no Brasil).

A reivindicação de políticas públicas na atualidade, é uma das maiores demandas da população LGBT e me especial da população trans, a qual requer uma ação que vise atender às especificidades dessa população historicamente estigmatizada e excluída do direito à saúde. Neuza Guarechi at. Al., destaca que as políticas públicas deveriam ser ações coletivas, no sentido de serem formuladas e executadas com a participação da sociedade, visando à garantia de direitos.

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2013), foi um divisor de águas para as políticas públicas de saúde no Brasil e um marco histórico de reconhecimento das demandas desta população em condição de vulnerabilidade. É também um documento norteador e legitimador das suas necessidades e especificidades, em conformidade aos postulados de equidade previstos na Constituição Federal e na Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde. A Política de saúde LGBT é composta por um conjunto de diretrizes cuja operacionalização requer planos contendo estratégias e metas sanitárias e sua execução requer desafios e compromissos das instâncias de governo, especialmente das secretarias estaduais e municipais de saúde, dos conselhos de saúde e de todas as áreas do Ministério da Saúde.

²¹ <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/junho/disque-100-registra-quase-tres-mil-violacoes-contr-a-populacao-lgbt>



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Muito se fala da saúde das pessoas trans em relação ao processo transexualizador (da cirurgia de transgenitalização) instituída pela Portaria Nº 2.803 de 19 de novembro de 2013, contudo, o corpo trans adoece como qualquer outro corpo e necessita de um atendimento que satisfaça o princípio da integralidade e da equidade na oferta dos serviços em saúde, o fortalecimento dessas políticas e o enfrentamento da violência institucional sofrida por elas nos espaços públicos.

Após muito trabalho e envolvimento do movimento LGBT com a sociedade, políticas públicas que tratam das diversas causas e demandas dessa população foram criadas, contudo, ainda se exige esforços contínuos para que as mesmas sejam conhecidas, reconhecidas e implantadas, como é o caso na área da saúde.

A 13ª Conferência Nacional de Saúde (2007) garantiu o acesso aos serviços de saúde, nos três níveis de atenção do SUS, a atenção primária, a secundária e a terciária para população LGBT, assegurando políticas públicas de saúde eficientes e inclusivas considerando as vulnerabilidades causadas por estigma e preconceito em relação a essa população específica:

Garantir respeito e atenção à diversidade e às necessidades especiais de grupos populacionais específicos na atenção integral à saúde, propiciando espaços para debates sobre as diferenças, com o objetivo de identificar e superar atitudes discriminatórias e favorecer a inclusão social, considerando o preconceito como atitude que contribui para o agravamento do processo saúde-doença. Assegurar a gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis (lgbt) o acesso equânime, respeitoso e de qualidade aos cuidados e serviços de saúde nas três esferas de governo, inclusive na abordagem da soropositividade ao HIV e às doenças sexualmente transmissíveis (DST). Reconhecer as temáticas que envolvam a orientação sexual e as suas consequências sobre as concepções e práticas da saúde, da inclusão de item sobre livre expressão sexual nos formulários, da inclusão dos recortes raciais, geracionais, de gênero e livre expressão sexual na política de educação permanente, da sensibilização dos profissionais a respeito dos direitos deste público e da implantação de grupos de promoção à saúde da população GLBTT nas unidades de saúde e saúde da família, contemplando as especificidades regionais e a efetivação da Portaria MS/GM nº 675/2006.²²

²² BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. 13ª Conferência Nacional de Saúde: saúde e qualidade de vida: políticas de Estado e desenvolvimento: relatório final. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009, p. 22, 23.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A Política Nacional de Saúde Integral de lgbt (2013) tem como marca o reconhecimento de que a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social, e apresenta em uma de suas diretrizes a eliminação destes com foco ao combate das homofobias, inclusive a institucional.

Em 2006 foi aprovada a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) tendo como pilares o processo de descentralização e controle social da gestão e como fundamento as diretrizes organizacionais e assistenciais do SUS, focando na reelaboração dos processos de trabalho a partir da Estratégia Saúde da Família (ESF). A ESF é formada por equipes multiprofissionais compostas, no mínimo, por um médico generalista ou com especialização em Saúde da Família, um enfermeiro generalista ou especialista em Saúde da Família, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS).

O trabalho das ESFs promove um vínculo mais estreito da comunidade com a equipe de saúde e tende a valorizar o indivíduo além de sua doença, no sentido de integralidade e continuidade da atenção a partir das necessidades reais de saúde apresentadas pelas pessoas. O modelo de ação da ESF pressupõe assim estratégias que facilitem a proximidade da população com o profissional de saúde, estabelecendo um atendimento mais humanizado e direcionado às necessidades da população, contudo no caso do atendimento direcionado a população trans, foi constatado durante nas narrativas colhidas durante a pesquisa que esse atendimento humanizado deixa de existir abrindo espaço para o preconceito contribuindo assim para o adoecimento e o afastamento dessas pessoas do serviço de saúde pública.

Para organizar, facilitar e garantir o acesso da população à saúde pública, o Brasil segue as premissas definidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e o (SUS) que é dividido em 3 níveis de atenção à saúde: o primário, o secundário e o terciário. Eles seguem uma ordem crescente de complexidade do tratamento e isso é feito para garantir que cada pessoa seja atendida no nível em que precisa.

Na atenção primária, o atendimento inicial é para casos mais simples, tendo foco em marcações de consultas e em procedimentos e exames básicos. É o tipo de trabalho realizado pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) que é a porta de entrada do SUS e é nesse nível que são



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



realizadas as campanhas de saúde pública nos espaços comunitários. Na atenção secundária, o entendimento é de média complexidade, aqui entram as Unidades de Pronto Atendimento (UPA), bem como ambulatorios e hospitais que oferecem atendimento especializado, onde aparecem os primeiros especialistas em áreas como cardiologia, oftalmologia, endocrinologia, etc. São encontrados também equipamentos para exames mais avançados. No nível terciário, o trabalho em saúde se dá num nível mais complexo, nos grandes hospitais, com equipamentos mais avançados e profissionais mais especializados, onde acontecem as cirurgias e são atendidos os pacientes com enfermidades que apresentam riscos contra suas vidas.

Todo cidadão tem o direito de ser atendido em cada um desses níveis de forma humanizada e sem discriminação e preconceito, tendo em vista a fragilidade que se encontra o paciente na condição de doença seja física e ou emocional.

Segundo Matta, o SUS norteia-se baseado nos seus preceitos constitucionais, sendo três os princípios fundamentais para sua atuação: Universalidade, Equidade e Integralidade²³.

Com a universalidade, o indivíduo passa a ter direito de acesso a todos os serviços públicos de saúde, assim como aqueles contratados pelo poder público de saúde, independente de sexo, orientação sexual, raça, renda, ocupação ou outras características sociais ou pessoais. A saúde é direito do cidadão e dever do Governo: Municipal, Estadual e Federal.

Equidade: O objetivo da equidade é diminuir desigualdades. Mas isso não significa que a equidade seja sinônima de igualdade. Apesar de todos terem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e por isso têm necessidades diferentes. Então, equidade é a garantia a todas as pessoas, em igualdade de condições, ao acesso às ações e serviços dos diferentes níveis de complexidade do sistema. O que determinará as ações será a prioridade epidemiológica e não o favorecimento, investindo mais onde a carência é maior. Todo cidadão é igual perante o SUS e será atendido conforme suas necessidades.

²³ MATTA, Gustavo Corrêa. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. In: MATTA, Gustavo Corrêa; PONTES, Ana Lúcia Moura. **Políticas de saúde: a organização e a operacionalização do Sistema Único de Saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007, p. 61-79.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Integralidade: As ações de promoção, proteção e reabilitação da saúde não podem ser fracionadas, sendo assim, os serviços de saúde devem reconhecer na prática que: se cada pessoa é um todo indivisível e integrante de uma comunidade, as ações de promoção, proteção e reabilitação da saúde também não podem ser compartimentalizadas, assim como as unidades prestadoras de serviço, com seus diversos graus de complexidade, configuram um sistema capaz de prestar assistência integral.

A promoção da cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais a partir da equiparação de direitos e do combate a todas as formas de discriminação e violência, respeitando as especificidades desse grupo é de responsabilidade das esferas de governo e da sociedade.

Considerações finais

A Política de saúde LGBT é uma iniciativa para a construção de mais equidade no SUS, reafirma o compromisso com a universalidade e da integralidade, o respeito, o combate à discriminação e a busca por humanização no atendimento a essa população. Tal política precisa ser não só respeitada, mas ser efetivamente implantada nos municípios e divulgada, para que a sociedade conheça seus direitos e consequentemente respeite os direitos de todos.

Segundo Mello, em seu artigo: Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades,

no contexto das lutas em torno da definição do que seja uma sexualidade legítima e de quais pessoas estão socialmente autorizadas a exercê-la, mesmo Estados de longa tradição democrática vez ou outra têm sua laicidade explicitamente colocada em xeque, sendo este um fenômeno particularmente preocupante no âmbito de democracias de frágil tradição, como as latino-americanas, onde os debates sobre direitos sexuais e reprodutivos são marcados por fortíssima oposição religiosa.²⁴

²⁴ MELLO, Luiz et al. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud e Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 9, dic. 2011.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Só após 30 anos que o Supremo Tribunal Federal, “por maioria, a Corte reconheceu a mora do Congresso Nacional para incriminar atos atentatórios a direitos fundamentais dos integrantes da comunidade LGBT”²⁵.

Novos avanços têm sido evidenciados nas políticas de inclusão da diversidade sexual e de gênero, incluindo as recentes conquistas da luta política de travestis, transexuais e transgêneros no Brasil que, no entanto, ainda convivem com uma realidade caracterizada pela extrema marginalização e exclusão social.

Na luta pela efetividade das políticas públicas, existem problemas que dificultam o acesso ao direito à saúde por parte das pessoas trans. Um deles é a vulnerabilidade dessa população que não encontra nos espaços de saúde um ambiente acolhedor e que garanta que seus direitos sejam assegurados como o uso do nome social por exemplo. Outro aspecto importante está ligado à readequação das características sexuais, em detrimento do acesso à atenção integral à saúde por essas pessoas, como se essa fosse a única necessidade de saúde e acaba alienando os sujeitos do acesso a direitos e a prestações básicas dos serviços de saúde oferecidos pelo Estado.

Como já foi dito, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, garante às transexuais, às travestis e aos homens trans o direito à saúde integral no SUS, tanto na rede de atenção básica como nos serviços especializados, tendo seu acesso ampliado e principalmente o respeito ao uso do nome social, enfrentando assim a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

Diante das muitas políticas públicas que tratam dos direitos da população LGBT e políticas específicas para população trans, percebemos que apesar dos avanços ainda existe muito que lutar por visibilidade, conhecimento da legislação para a garantia dos direitos dentro das diversas instâncias sociais.

²⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa.** 13 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Referências

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Salvador, BA: Editora Devires, 2017. BRASIL.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de apoio à gestão participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais**. Brasília, 1ª ed. Editora: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.803(*)**, de 19 novembro de 2013

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.836**, de 1º de dezembro de 2011

BRASIL. Ministério da Saúde. Carta de Direitos dos Usuários do SUS. **Portaria nº 1.820**, de 13 de agosto de 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cartilha. **Cuidar bem da saúde de cada um: faz bem para todos, faz bem para o Brasil**. Atenção Integral à Saúde da população Trans. Brasília, Editora: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. 13ª Conferência Nacional de Saúde: saúde e qualidade de vida: políticas de Estado e desenvolvimento: relatório final. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009, p. 22, 23.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e agrário. **Garantia da utilização do nome social para as pessoas travestis e transexuais**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/cartilha_nome_social.pdf

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Manual orientador sobre diversidade. 2018. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/dezembro/ministerio-lanca-manual-orientador-de-diversidade/copy_of_ManualLGBTDIGITAL.pdf

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa**. 13 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>

Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

Grupo Gay da Bahia (GGB). Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/assassinatos/relatorios/>

MATTA, Gustavo Corrêa. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. In: MATTA, Gustavo Corrêa; PONTES, Ana Lúcia Moura. **Políticas de saúde**: a organização e a operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007, p. 61-79.

MELLO, Luiz et al. **Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil**: em busca de universalidade, integralidade e equidade. Sexualidad, Salud e Sociedad, Rio de Janeiro, n. 9, dic. 2011.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciênc. saúde coletiva**. 2017, vol.22, n.5, p.1509-1520. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n5/1413-8123-csc-22-05-1509.pdf>



LEI 13.871/19: ALTERAÇÕES IMPLEMENTADAS NA LEI MARIA DA PENHA

José Antonio Toledo de Castro¹
Luar Nogueira Maia Carvalho²

Introdução

O presente artigo, temo o escopo de tecer algumas considerações acerca do advento da Lei nº 13.871/19, que alterou o artigo 9º da Lei Maria da Penha, incluindo assim, os parágrafos 4º, 5º e 6º, determinando que o agressor, nos casos de violência doméstica e familiar, deverá ressarcir o Sistema Único de Saúde (SUS), com os custos referente ao atendimento e tratamento disponibilizados a vítima.

Determina ainda, que o agressor arcará com os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas. O montante arrecadado deverá ser revertido ao Fundo de Saúde do órgão que prestou atendimento e auxílio às vítimas.

A referida norma foi editada com o escopo de combater a violência doméstica contra a mulher. Quando tratamos deste assunto, muito embora seja amplamente discutido, devemos ir mais além, visto que, para conscientizar a população sobre a importância de combater a violência com a mulher, necessitamos discutir sobre a cultura machista perpetrada em nossa sociedade.

Deste modo, no primeiro tópico, abordaremos a criação da Lei Maria da Penha, marco histórico da luta brasileira contra a violência doméstica e familiar. A referida lei foi o resultado da busca por justiça de uma mulher chamada Maria da Penha, a qual foi por duas vezes, quase assassinada por seu ex-marido.

1 Bacharel em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (2013). Advogado inscrita nos quadros da OAB/MS. Pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário. Aluno especial do programa de Mestrado em Direito da UFMS. E-mail: toledodecastro.adv@gmail.com.

2 Bacharel em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (2017), Advogada inscrita nos quadros da OAB/MS e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCult/UFMS/CPAQ). E-mail: luarnmc@gmail.com.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



No segundo tópico será abordado as alterações trazidas pela Lei 13.871, promulgada em 17 de setembro de 2019, enfoque deste trabalho, dispondo que, o agressor deverá arcar com os custos médicos e com os gastos referente aos dispositivos de segurança utilizados pelas vítimas de violência doméstica familiar.

No terceiro, e último tópico, será discutido as efetividades das medidas protetivas e as políticas públicas de amparo as vítimas de violência doméstica, as dificuldades de implementação das medidas, bem como sua fiscalização e cumprimento pelos agressores.

Da criação da Lei Maria da Penha

Desde o início dos tempos, a figura da mulher é vista como sendo inferior a figura masculina. No Brasil a visão não seria diferente. A banalização da mulher se fortaleceu com uma cultura machista e patriarcal, vindo a conquistar direitos somente após muita luta e reivindicação. A violência suportada ao longo da história incitou a busca por igualdade de direitos e dignidade de vida. No cenário brasileiro, o marco histórico do enfrentamento da violência contra mulher foi a edição da Lei 11.346/06, denominada de Lei Maria da Penha, onde passou a tutelar os direitos humanos relacionados as mulheres vítimas de violência doméstica. No entanto, até o surgimento da referida lei, um longo caminho foi percorrido.

Somente no ano de 1975, a Organização das Nações Unidas – ONU – realizou, no México, Primeira Conferência Mundial sobre a Mulher, passando a ser denominado como Ano Internacional da Mulher nos anos de 1975 a 1985.³

No ano de 1981, passou a vigorar a Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação contra Mulher, originária da Assembleia Geral da ONU em 1979. A referida Convenção foi promulgada pelo Brasil, através do Decreto nº. 377/2002, no entanto, muito embora a existência de diversos movimentos internacionais para coibir a violência contra a mulher muitas ainda sofria vários tipos de violência.

O autor ANDREUCCI dispõe da seguinte forma:

³ Notícia retirada do site: <https://exame.abril.com.br/brasil/dia-da-mulher-saiba-mais-sobre-a-data-que-nasceu-da-luta-por-direitos/>. Acesso em: 19 de out de 2019.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Estabeleceu a referida convenção que a discriminação contra a mulher viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito à dignidade humana, dificultando a participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural de seu país, constituindo um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família e impedindo a mulher de servir o seu país e a Humanidade em toda a extensão das suas possibilidades (ANDREUCCI, 2013, p.369).

Somente no ano de 1984 o Estado brasileiro aderiu a referida convenção, com exceção apenas quanto ao direito de família, pátrio poder, o qual foi rechaçado apenas no ano de 1994. A Convenção da Mulher fez algumas recomendações, sendo a mais importante delas, a instituição de leis especiais que tratassem acerca da violência doméstica e familiar contra a mulher, para os Estados que participassem da Convenção. Tais normas deveriam ter o intuito de coibir, erradicar e punir atos de violência com as mulheres.

No ano de 1993, na Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, a violência com a mulher foi incluída no rol de violação aos direitos humanos. No ano seguinte, 1994, a Convenção Interamericana foi aderida pela ONU, com o escopo de coibir, punir e erradicar a violência contra a mulher, a referida convenção foi batizada com a nome de Convenção de Belém do Pará.

No Brasil, a primeira lei a atender as recomendações internacionais, foi a Lei 11.340/2006, chamada de Lei Maria da Penha, batizada com este nome, em homenagem a Maria da Penha, biofarmacêutica, natural do Ceara, casada com Marco Antonio Viveiros, o qual tentou com a vida de Maria por duas vezes, a primeira atirando em suas costas, deixando-a paraplégica, e na segunda vez, empurrou sua cadeira de rodas embaixo do chuveiro tentando electrocutá-la.

No ano de 1983, os atentados contra Maria da Penha começaram a ser investigados, no entanto, o Ministério Público ofereceu denúncia apenas em 1984. Em 1991 aconteceu o julgamento do caso, porém, o advogado do acusado conseguiu anular o julgamento. Apenas no ano de 1996, seu ex-marido foi condenada a 10 anos de prisão, recorrendo da decisão,



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



tendo permanecido parado o processo por 15 anos, sem qualquer tipo de justificativa.

Diante disso, Maria da Penha levou o caso ao conhecimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pela primeira vez sua denúncia de violência doméstica foi considerada. Em 2002, Marcos Antônio foi preso, no entanto, permaneceu recolhido apenas por dois anos, dos dez que foi condenado.

Após a denúncia realizada junto à Comissão, o Estado brasileiro foi condenado por omissão e negligência, diante da inércia em face do caso de violência doméstica, sendo obrigado a criar uma lei própria para os casos de violência doméstica.

Acerca da violência perpetrada na história brasileira, dispõe Diana Ferrer (2011, p. 65): “nas relações de poder existentes no interior das famílias e particularmente nas relações de intimidade, a violência se converte em uma ferramenta de poder e controle social para manter e perpetuar os interesses dos homens frente aos das mulheres”.

No mesmo sentido é a opinião de Rocha:

Essa violência doméstica é silenciosa, não porque o chicote não tenha feito barulho, mas porque o choro delas foi embargado. Porque elas, ou por medo ou por vergonha, continuam a não revelar tudo que se passa, e isso não é só numa classe social (ROCHA 2010, p. 15).

Assim, no mês de setembro de 2016, foi promulgada a Lei 11.340, prevendo que, os casos de violência doméstica não mais seriam vistos como contravenções penais ou crimes de menor periculosidade, mas sim, um atentado aos direitos fundamentais da mulher.

Aspectos jurídicos acerca da alteração na Lei Maria da Penha trazida pela lei 13.871/19.

A Lei 13.871 promulgada em 17 de setembro de 2019, alterou a Lei Maria da Penha, determinando que o agressor deverá ressarcir o custo dos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde para às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados.

A referida lei acrescentou três parágrafos ao artigo 9º da Lei Maria da Penha, passando a prever o seguinte:



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Art. 9º [...].

§4º. Aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial a mulher fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a tabela SUS, os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar, recolhidos os recursos assim arrecadados ao Fundo de Saúde do ente federado responsável pelas unidades de saúde que prestarem os serviços.

§5º. Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.

§6º. O ressarcimento de que tratam os §§ 4º e 5º deste artigo não poderá importar ônus de qualquer natureza ao patrimônio da mulher e dos seus dependentes, nem configurar atenuante ou ensejar possibilidade de substituição da pena aplicada.

O parágrafo 4º da Lei 13.871, prevê em linhas gerais, aquele que causar dano moral ou patrimonial contra a mulher ficará obrigado a ressarcir os custos quanto ao tratamento prestados para as vítimas em situação de violência doméstica e familiar, ou seja, o agressor deverá recolher os valores referentes aos serviços prestados pelo SUS.

A medida exposta acima é vista com nos olhos por estudiosos, visto que, aumentam o amparo as mulheres vítimas de violência doméstica. Numa reportagem realizada pelo site Conjur, o professor de Direito Penal do Instituto Damásio Educacional, Luis Mileo, expõe que “Já existia na própria lei a possibilidade de o agressor ter que fazer um depósito judicial para que esse dinheiro custeasse eventuais danos de violência doméstica. O novo texto veio para reforçar isso”.⁴

No entanto, tal alteração vem causando grandes discussões, visto que, para alguns operadores e estudiosos do direito, a nova legislação é mais um ato punitivo, sem nenhum fundamento educacional. Na mesma reportagem citada acima, a advogada Marcela Fleming Ortiz, expõe sua opinião da seguinte forma:

Como mulher e advogada, a minha percepção é que essa nova legislação nada mais é que o punitivismo mais uma vez em ação. A gente sabe que o punitivismo não é caminho para coibir ou solucionar a violência contra a mulher. O único jeito de combater a violência de gênero é com políticas públicas e educação para mudar o machismo estrutural. Só estamos inserindo uma nova normativa no sistema que já está abastado de normativas. Sabemos



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



que quanto menos evoluído um Estado é, mais dispositivos ele possui. É o que vemos no Brasil.⁵

Nesse mesmo é o entendimento da Promotora de Justiça de São Paulo Fabiola Sucasas, vejamos:

Aparentemente essa lei se mostra como uma iniciativa em prol da mulher, mas ela está voltada ao sistema que está sendo demandado justamente pela má gestão dos recursos públicos destinados a proteger e reprimir a violência contra a mulher. Existe a necessidade que esses recursos sejam pagos até para prevenir a violência. Me parece que a iniciativa é paliativa e não é voltada efetivamente a quem mais precisa, que é a mulher.⁶

Podemos verificar que, numa primeira análise, trata-se de uma norma que visa garantir a punição e inibir a violência doméstica contra a mulher, porém, existem barreiras que devem ser discutidas, visto que, para a efetividade da norma, não haveria condições econômicas suficientes para garantir sua aplicação.

Muito embora já exista no direito penal a possibilidade da vítima ser indenizada pelo agressor, em face do sofrimento sofrido, bem como de gastos médicos, conforme prevê o artigo 387, inciso IV do Código de Processo Penal, podemos constatar que a inovação trazida pela Lei 13.871/19 é que o próprio ente estatal terá o poder de exigir do agressor o pagamento pelos gastos médicos dispendidos para as vítimas de violência doméstica.

Além dos gastos médicos, o agressor deverá arcar com os custos dos dispositivos de segurança utilizados para monitoramento das vítimas, conforme dispõe o artigo 5º, da referida lei, vejamos:

4 Notícia retirada do site <<https://www.conjur.com.br/2019-set-21/obrigar-agressor-ressarcir-sus-nao-diminuir-violencia>>. Acessado em 22 de out 2019.

5 Notícia retirada do site <<https://www.conjur.com.br/2019-set-21/obrigar-agressor-ressarcir-sus-nao-diminuir-violencia>>. Acessado em 22 de out 2019.

6 Notícia retirada do site <<https://www.conjur.com.br/2019-set-21/obrigar-agressor-ressarcir-sus-nao-diminuir-violencia>>. Acessado em 22 de out 2019.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



§ 5º Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.

Assim, caso haja necessidade de utilização de meios de monitoramento, como tornozeleiras eletrônicas, deverão seus gastos serem custeados pelo agressor.

Insta destacar que, tanto os valores ressarcidos em face do tratamento médico, quanto os valores levantados com os gastos de monitoramento eletrônicos, serão encaminhados para o Fundo de Saúde do ente federado responsável pelas unidades de saúde que prestarem os serviços, ou seja, o valor será encaminhado para o hospital que a vítima de violência doméstica foi atendida, seja ele municipal, estadual ou federal.

Salienta-se ainda, que para que haja o ressarcimento, tanto da vítima, quanto do órgão estatal, não é necessária a condenação do agressor, conforme exposto pelo relator do projeto da Lei 13.871/19, da Câmara dos Deputados, senador Roberto Rocha:

Se a responsabilidade pelo ressarcimento ficar vinculada à condenação prévia do agressor, que poderia inclusive ser definido, pela jurisprudência, somente após o trânsito em julgado do processo penal, as chances de frustração da cobrança dos danos seriam muito diminuídas.

Deste modo, torna-se mais rápido e eficaz a cobrança de ressarcimento dos gastos médicos e com procedimento de segurança, o que diminui as chances de levantamento dos valores, visto que, o agressor não teria tempo de acabar com seu patrimônio.

Ainda, que a legislação se preocupou que proteger o patrimônio da mulher vítima da violência. No parágrafo 6º da Lei 13.871, restou expresso que, os ressarcimentos que tratam os parágrafos anteriores, não poderão atingir o patrimônio da vítima, vejamos:

§6º O ressarcimento de que tratam os §§ 4º e 5º deste artigo não poderá importar ônus de qualquer natureza ao patrimônio da mulher e dos seus dependentes, nem configurar atenuante ou ensejar possibilidade de substituição da pena aplicada.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Para os autores do projeto de lei, o qual originou a Lei nº. 13.871, os deputados Rafael Motta (PSB-RN) e Mariana Carvalho (PSDB-RO), defendem a ideia de que “A lei precisa deixar bem clara a responsabilidade dos agressores alcançados pela Lei Maria da Penha em arcar com todos os prejuízos que ele causou”⁷, e ainda:

Esse tipo de violência quase sempre demanda a atenção integral à saúde da vítima e a adoção de medidas protetivas. São muitos os serviços que podem ser exigidos não só para a recuperação das lesões causadas ao corpo, mas também para o tratamento do dano psicológico e para prevenir que novas agressões e danos de maior gravidade ocorram”.

(...)

“Os gastos do atendimento prestado pelo SUS, pagos com recursos públicos, também precisam ser objeto de reparação, do contrário, quem estará assumindo tal responsabilidade, por um ato ilícito, será a sociedade de uma forma geral.”⁸

Posto isso, podemos concluir que, o escopo do projeto de lei, é a proteção da sociedade em geral, visto que, responsabilizará o agressor pelos gastos médicos e com procedimentos de segurança, devendo o mesmo ressarcir o estado.

Efetividade das medidas protetivas e as políticas públicas de amparo as vítimas de violência doméstica

As medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha constituem um dos elementos mais estudados e analisados no ordenamento jurídico, posto que, tem o objetivo de garantir a proteção às vítimas de violência doméstica e familiar. No entanto, muitas das medidas não alcançam sua eficácia plena, pois muitas delas, se quer, são cumpridas quando impostas aos agressores (CARVALHO, 2017).

7 Notícia retirada do site <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-12/camara-aprova-que-agressor-pague-sus-por-vitima-de-violencia-domestica>>. Acessado em 22 de out 2019.

8 Notícia retirada do site <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-12/camara-aprova-que-agressor-pague-sus-por-vitima-de-violencia-domestica>>. Acessado em 22 de out 2019.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



O advento da Lei Maria da Penha é de grande valia para a luta contra a violência doméstica, violência contra a mulher e violência de gênero, no entanto, devido à grande demora nos procedimentos judiciais para a implementação de uma medida, muitas vezes, quando aplicadas, tornam-se ineficazes.

O autor Freitas, citado por Jara, dispõe acerca do tema:

Grande parte desta ineficácia se dá pela falta de aparato às polícias e ao judiciário, onde o baixo número de agentes, servidores, juízes e promotores não conseguem suportar o número de procedimentos e processos que a cada dia avoluma-se nas delegacias e judiciário, não só decorrentes desta lei, promovendo um sentimento de impunidade aos agressores que possuem contra si medidas protetivas em favor de seus cônjuges, companheiras e namoradas, pois ora há demora na emissão de tais medidas, ora, quando são emitidas, sua efetividade é minuada pela falta de punição aos agressores que as descumpre.

Melo (2011) discorre que, a falta de infraestrutura e ausência de políticas públicas voltadas para proteção e eficácia das medidas protetivas em favor da vítima, contribuem para que o agressor não tenha receio de descumprir as normas impostas, posto que, na maioria dos casos, não há maiores consequências de seus atos (BALZ, 2015).

As medidas protetivas de urgência são de suma importância para garantir a segurança da vítima, desta forma, seu cumprimento é extremamente necessário, sob pena de ocasionar graves prejuízos à integridade física da vítima, como são os diversos casos de assassinatos às mulheres veiculados diariamente nos jornais (BALZ, 2015).

Insta destacar, que a morosidade da justiça brasileira, na questão da análise de aplicação das medidas protetivas de urgências, é uma das principais causas que faz gerar a ineficácia da medida. Tal fato, decorre da falta de funcionários e o acúmulo de trabalho nas delegacias de policias e repartições judiciais.

Nesse sentido, Jara (2014, p. 59) discorre sobre o assunto:

Não há necessidade de juntada de prova robusta, bastando boletim de ocorrência em que consta a narrativa sucinta do fato delituoso, o pedido da



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



vítima relacionando as medidas protetivas solicitadas, uma breve justificativa dos motivos e o depoimento de duas testemunhas que tenham conhecimento da prática do fato delituoso. Apesar de a lei não exigir a juntada de depoimentos testemunhais nesta fase inicial, por medida de cautela, deverá a autoridade policial juntá-los ao pedido de aplicação de medida protetiva de urgência, possibilitando, assim, que o juiz competente decida com mais segurança.

Podemos observar, que havendo demonstrada a necessidade de concessão da medida protetiva, o procedimento para sua análise é mutável, visto que necessidade de uma resposta mais rápida e eficiente, posto que, em muitos casos, a vítima encontra-se em situação de risco de morte (ALVEZ, 2017).

Outro ponto adverso, é que não há contingente suficiente de policiais capaz de verificar o cumprimento das medidas protetivas de urgência, o que por muitas vezes, faz nascer a sensação de impunidade (CARVALHO, 2017).

Neste sentido, a criação de políticas públicas e o investimento em educação é a melhor estratégia para tratar a causa da violência doméstica e familiar. Estimular as pessoas a denunciarem, bem como educar as crianças para o respeito a igualdade de gênero poderá nos levar a um futuro onde não haverá necessidade de novas leis, como a lei estudada neste trabalho.

Conclusão

O presente trabalho discorre sobre a alteração trazida pela Lei nº. 13.871/19, que alterou a Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha. A referida lei foi editada como a finalidade de coibir, prevenir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher, visando garantir, independentemente de qualquer distinção, os direitos fundamentais inerentes a qualquer pessoa humana.

A lei foi editada em observância aos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil. Insta destacar



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



que a Lei Maria da Penha não tipificou nenhuma nova conduta delituosa, no entanto, apresentou grandes inovações ao ordenamento jurídico brasileiro, visto que, passou a ser reconhecido expressamente as diversas formas de violência com a mulher, determinando consequências na aplicação da pena ao agente infrator, trazendo ainda inovações processuais, como a previsão de medidas protetivas de caráter urgente.

É fato que, desde a criação da Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher vem sendo mais discutida, buscando conscientizar a população em geral, principalmente as mulheres, para denunciar seus agressores. No entanto, a edição da lei não foi, e ainda não é, suficiente para combater a violência doméstica, isso porque, a falta de políticas públicas voltada para o combate e prevenção da violência contra a mulher ainda é escassa, é necessário também, prevenir, erradicar e proteger a mulher.

Inegável é que os benefícios trazidos pela Lei Maria da Penha são extremamente importantes para a proteção da mulher, deste modo, foi editada a Lei nº. 13.871/19, em 17 de setembro de 2019, dispondo sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados.

A referida lei prevê que o agressor deverá arcar com todos os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar, sendo que os recursos recolhidos serão encaminhados para o Fundo de Saúde do hospital, ou qualquer outro ente federado, que prestou auxílio a vítima, seja ele vinculado ao Município, Estado ou União.

Ademais, a norma prevê ainda, que o agressor deverá arcar com custos referente a dispositivos de segurança destinados ao monitoramento das vítimas de violência domésticas que forem amparadas por medidas protetivas.

Um ponto importante, previsto na nova lei, é que em nenhum dos casos previstos para ressarcimento, não poderá importar ônus ao patrimônio da mulher ou de seus dependentes, nem configurar atenuante ou ensejar possibilidade de substituição da pena aplicada.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Trata-se de uma inovação legal de suma importância, pois demonstra a iniciativa do Estado em proteção a mulher vítima de violência doméstica, no entanto, será que tais medidas serão aplicadas efetivamente? Podemos observar que a grande novidade trazida pela Lei nº. 13.871/19 é a previsão de ressarcimento ao Estado dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), devendo ser efetuado pelo agressor, não podendo este utilizar do patrimônio que cabe a vítima.

Observamos que, tal medida pode trazer certa confusão, primeiro porque a lei não dispõe que, para haver o ressarcimento, o autor do crime deverá ser criminalmente condenado, ou seja, basta a interpelação na esfera cível.

Outro ponto que gera dúvidas, é a questão do ressarcimento dos gastos ao SUS, visto que, muito embora a lei defina que não importará ônus a vítima e seus dependentes, o custeio dos gastos hospitalares sairá do patrimônio do agressor, porém tal patrimônio se confunde com de seus dependentes, e muitas vezes, da própria vítima.

Posto isso, podemos concluir que, a Lei nº. 13.871/19, trata-se de mais uma norma punitiva, que neste caso, beneficia mais o Estado, que será ressarcido dos gastos, do que a própria vítima. Ademais, a exemplos de países desenvolvidos, é fato que, a edição de normas punitivas não é o meio adequado para coibir a violência contra a mulher. O caminho para se combater a violência de gênero é o investimento em educação básica, aliada a políticas públicas que visam a conscientização da sociedade em geral. A referida norma, aparentemente tem um caráter paliativo, do que efetivamente beneficia a parte mais interessada, a mulher.

Bibliografia

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Legislação Penal Especial**. 9ªed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ALVES, Cleide Aparecida. **Feminicídio, poderá ser uma consequência da Ineficácia da lei Maria da Penha?** Monografia apresentada à disciplina de Monografia II, 9º período, no Curso de Direito como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito Faculdade de Sabará. Sabará. 2017.

BALZ, DÉBORA FERNANDA. **A lei Maria da Penha e a in: eficácia das medidas protetivas**. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Direito objetivando a



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



aprovação no componente curricular Trabalho de Curso - TC. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Santa Rosa. 2015.

BRASIL, Lei nº11.340, **Lei Maria da Penha**, de 7 de agosto de 2006.

_____, Lei nº13.871, de 7 de setembro de 2019.

_____, Portal. **Mulheres conquistam direitos nos últimos 100 anos**, 12 mar. 2014. Disponível em < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/03/mulheres-conquistam-direitos-nos-ultimos-100-anos>>. Acesso 01 out 2019.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

CARVALHO, Pablo. **Medidas protetivas no âmbito da Lei Maria da Penha e sua eficácia atua**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 4064, 17 ago. 2014. Disponível em:

<<http://jus.com.br/artigos/29229>>. Acesso em: 15 out 2019.

_____, Pablo. **Medidas protetivas no âmbito da Lei Maria da Penha e sua eficácia atua**.

Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 4064, 17 ago. 2014. Disponível em:

<<http://jus.com.br/artigos/29229>>. Acesso em: 15 out 2019.

CARVALHO, Kelly de Lima. **A (in) eficácia da Lei Maria da Penha e aplicabilidade das suas medidas protetivas de urgência**. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES/UNITA como requisito parcial para obtenção de graduação *Latu Sensu* em Bacharel em Direito. Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES/UNITA. Direto. Caruaru. 2017.

CARVALHO, M. T. Q. (2014). **Lei Maria da Penha e a dignidade da mulher enquanto pessoa humana**. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/31366/lei-maria-da-penha-e-a-dignidade-da-mulher-enquanto-pessoa-humana>. Acesso em: 14 out 2019.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. Revista dos Tribunais, São Paulo: 2007.

FERRER, Diana Valle. **Espacios de libertad: mujeres, violencia domestica y resistencia**. Buenos Aires: Espacio, 2011. Capítulo II – Raíces de la violencia contra las mujeres: perspectivas teóricas. p. 37-68.

FREITAS, Douglas Phillips. **Lei Maria da Penha: para além da medida protetiva**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3208, 13 abr. 2012. Disponível em: .

Acesso em: 13 out. 2019.

JARA, Julianna Mirta Vieira. **Os entraves à efetividade das medidas protetivas de urgência da lei nº 11.340/2006**. Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



curso de Direito e obtenção do título de Bacharel em Direito do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB Centro universitário de Brasília – UNICEUB curso de direito. Brasília – DF. 2014.

LOPES, Jaynara Cirqueira. **A ineficácia das medidas protetivas de urgência para as mulheres vítimas de violência doméstica.** Conteúdo Jurídico, 15 nov 2018. Disponível em:

<<https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/52405/a-ineficacia-das-medidas-protetivas-de-urgencia-para-as-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica>>. Acesso em: 20 out 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MATIELLO, Carla; TIBOLA, Rafaela Caroline Uto. **Medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha são eficazes?.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3680, 29 jul. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/25018>>. Acesso em: 15 out. 2019.

MELO, Priscila Carla de. **A contextualização social, jurídica e a ineficácia parcial da Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006.** Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Direito Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC. Faculdade de ciências jurídicas e sociais de Barbacena – FADI curso de graduação em direito. Barbacena. 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas – Vol. 1. 8ªed.** Rio de Janeiro: Gen. /forense, 2014.

OEA. **Convenção de Belém do Pará,** 1994. Disponível em:

<<http://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/n.Belem.do.Para.Ratif.htm>>. Acesso em: 10 out. 2019.

ROCHA, C. L. A. **O direito a uma vida sem violência.** In: LIMA, Fausto R.; SANTOS, Claudiene (Coords.). **Violência doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Rafael. **Obrigar agressor a ressarcir o SUS não vai diminuir violência, dizem especialistas.** Revista Consultor Jurídico, 21 set de 2019. Disponível em:

<<https://www.conjur.com.br/2019-set-21/obrigar-agressor-ressarcir-sus-nao-diminuir-violencia>>. Acesso em: 22 out 2019.

SOUZA, José Alves de. **Lei Maria da Penha e a duvidosa eficácia das medidas protetivas.**

Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 10 jul. 2014. Disponível em:



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



<<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.48978&seo=1>>. Acesso em: 15 out. 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são Direitos Humanos das Mulheres**. São Paulo: Brasiliense. 2006.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



SIGNIFICAÇÃO DE ASPECTOS SOCIOCULTURAIS, TERRITORIAIS E VIOLÊNCIA EM PRESIDIÁRIOS DO ESTABELECIMENTO PENAL DE AQUIDAUANA - MS

Juliane Antunes Martins Ribeiro²⁶

O diálogo acerca da cisão com as normas legais e a escolha do comportamento criminoso é plural, definir porque seres humanos são violentos e cometem delitos é multifatorial, porque somos em essência complexos, não obtemos uma resposta simples e fácil acerca da escolha de qualquer percurso vivencial, incluso o agressivo.

Se pensarmos na agressividade como um dos impulsos primais presente no desenvolvimento e maturação de nossa psiquê, podemos também pensar que este impulso auxilia na definição de quem somos juntamente com variáveis psicológicas, meio e biologia, portanto, desde o início lidamos com emoções diversificadas e nem sempre positivas.

Há inúmeros fatores na construção de um ser humano que o torna único, cada percepção e construção é singular, por isso vemos uma gama de comportamentos e pensamentos diferenciados, as influências em nosso desenvolvimento definem a experiência humana.

Ao interagir como sociedade, externalizamos nosso mundo subjetivo, interação essa que as vezes se dá de forma violenta, como o cometimento de crimes, por exemplo. Mesmo ciente das regras sociais impostas, de um sistema social e ideológico construído e difundido em nosso inconsciente coletivo, algumas pessoas, desviam-se de uma conduta esperada socialmente e rompem as fronteiras do legal, do aceito, do permitido.

A causa do comportamento de ordem violenta não é uma unanimidade científica, contudo, sabemos que no desenvolvimento humano a sociedade e a cultura onde estamos inseridos contribuem para nossa formação, incluso em como percebemos e introjetamos a violência, portanto, devemos considerar a correlação desta vertente na sociedade em conformidade ao Estado.

²⁶ Psicóloga, mestranda Programa Estudos Culturais pela UFMS, orientador Dr. Carlos Martins Jr.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A relação do Estado, violência e população é um diálogo, uma comunicação que determina o que é esperado de cada ator dentro de nossa hierarquia social, este canal também estabelece conceitos, valores e estruturas para definir-se o aceitável dentro do panorama neoliberal.

A nossa sociedade será orientada dentro desta doutrina pela ordem econômica, todas as relações e construções simbólicas (afeto, trabalho e modo de vida) são determinadas ao controle social massivo, somos direcionados a comportamentos sistemáticos, não aleatórios, essa disciplina difundida em nossas regras sociais, são o que Foucault (2008, p.372 a 373) chama de contrato social, um conjunto de regras que garantem nosso bem-estar social, nos salvaguardando de vivermos em meio a barbárie, nos sujeitamos a certas regras impostas para alcançarmos nossos interesses e desejos, para não nos sujeitarmos as vicissitudes da vida, não somos sujeitos de direitos e sim de interesses.

Na busca da saciedade de nossos desejos, interesses e consumo, somos incentivados a vida globalizada, porém em pequenos nichos, vemos e interagimos com nossos pares, cientes da hierarquia social lutamos pela consolidação de nosso recorte e ignoramos os demais segmentos populacionais, orientados pela ordem econômica, trabalhamos, produzimos e consumimos em consonância com a deliberação estatal, toda a experiência humana social é transpassada pela biopolítica e pelo biopoder.

Neste fenômeno de controle, o Estado soberano busca acima de tudo controle e disciplina, deliberando sobre toda a capilaridade vivencial possível, colocando a vida em uma determinada ordem, organizando a hierarquia, saúde, reprodução e morte humana para que a máquina econômica não pereça.

Esta hegemonia transcendente de uma estrutura colonizadora determina seu território de acordo com a organização e valoração humana, Foucault (1988, p.134) coloca “[...] mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem que qualificar, medir, avaliar, hierarquizar...”. A primeira noção de violência como regra social é a de que não somos todos iguais e não ocuparemos os mesmos postos e espaços na sociedade, em



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



suma, alguns valerão mais. Este processo classificatório é imposto e aceito, mesmo que o custo humano seja alto.

Compreendemos que a experiência humana será diversificada por processos hierárquicos qualificatórios de uma forma a estabelecer graduações de aceitabilidade social, esta faceta será vinculada ao domínio e distribuição territorial. Mbembe (2018) discorre sobre a construção e estrutura da soberania, utilizando-se de técnicas sofisticadas de disciplina, exploração e segregação herdadas da colonização europeia, a ocupação e controle territorial vem com a inscrição de novas relações espaciais.

[...] produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido a instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que ela carrega consigo. (MBEMBE, 2018, P.39)

O território é categorizado para que seja adequado a compartimentalização social, outro viés de violência, estas determinações serão definidas com base na raça e classe social, para que seja visível e definitivamente apreensível a noção de hierarquia que o Estado moderno deseja consolidar.

O uso da raça e acúmulo de bens como determinante para construção de nossa sociedade não são de forma alguma uma inovação, repetimos nossa história, traduzimos a estrutura colonial para a modernidade, as únicas diferenças serão a sofisticação dos instrumentos de controle para manutenção desta máquina.

Há que se entender que o Estado evoca o fundamento também colonial da divindade, a representação terrena de Deus no rei também é trabalhada hoje em nossa identidade nacional, a extrapolação do poder do campo terreno a uma conexão mítica, uma fundamentação divina nos estabiliza a corroborar esses processos, a unicidade que a conexão da identidade nacional nos proporciona como comunidade, a compreensão que a proteção estatal nos direciona e nos



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



assegura, protegendo a sociedade da violência invisível, do perigo a espreita corrobora a manutenção do sistema e status quo.

Esta forma de controle através do medo é outra forma de violência estatal, a figuração de uma entidade conhecida como o Outro, nos subalterniza ao medo, este terror anônimo, porém, largamente difundido também nos orienta a aceitar o caráter mais direito do Estado, o poder de morte.

O filósofo Slavoj Žižek dialoga sobre formas diferentes de violência e nos alerta sobre como somos direcionados a ver tipos específicos de violência, ludibriados midiaticamente por catástrofes e imagens chocantes para que não vejamos o que é importante, a violência que nos permitimos para ter nosso estilo de vida e a violência que é percebida através somente de um segundo olhar, este despido de nossos estereótipos sociais, um mergulho mais profundo na contextualização humana.

Žižek (2014) coloca que a violência subjetiva nasce dos efeitos catastróficos de nossos sistemas políticos e econômicos e que através de suas relações de dominação e exploração, impõe a injustiça, estigma e desigualdade social como necessários para o desenvolvimento e conforto de uma parcela da sociedade. Sendo assim nosso o sistema capitalista é a fonte primária de violência.

Para o autor o capitalismo possui duas dimensões: a abstrata ideológica e a real, a primeira não “vê” as relações sociais, sua orientação é para a produção material, expansão e rentabilidade econômica e a segunda determina os processos sociais materiais, destinando camadas inteiras de população e países a pobreza, fome e miséria para continuar se produzindo.

Como não há a figura do algoz e como essa forma de violência não pode ser atribuída a indivíduos ou más-intenções, ela é anônima, é a realidade social nas interações e processos produtivos, a realidade da vivência humana subserviente a abstração da lógica do capital.

Essa forma de desenvolvimento socioeconômico cria indivíduos excluídos ou dispensáveis e cega outras parcelas da sociedade perante a exploração e morte como consequência da expansão capitalista nos países. Somos direcionados a olhar para outras formas



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



de violência e contrastes sociais nos quais possamos realizar atividades caritativas e benesses, sem alterar a lógica do sistema capitalista de exclusão.

A violência sistêmica cria as condições para o desenvolvimento da violência subjetiva e da violência objetiva, a violência subjetiva são atos violentos visíveis praticados por um agente claramente identificável, é realizada de forma direta e a violência objetiva é o ambiente imperceptível violento que forma as atitudes racistas, machistas, homofóbicas, etc, formas de expressão violentas que são naturalizadas pela nossa sociedade.

No contexto social, a violência sistêmica é a primeira forma de violência ao qual temos contato, é imersa nela que nos desenvolvemos e criamos como sociedade, local no qual todos os estereótipos são validados e externalizados.

O objetivo do Estado em construir essa pantomima a população, deixando-os temerosos de sua vida ser ceifada a qualquer momento por um estranho chancela o principal poder estatal necessário ao controle, o poder de vida e de morte. Subsidiado por nós, creditamos ao outrem definir quem é importante e quem é descartável em nosso território.

Este instrumento de consolidação de poder determina a dominação absoluta da população, ele exerce uma dialética diretiva, principalmente em seu caráter disciplinatório e sancionatório. Este poder, determinado por processos políticos significados por instituições sociais ou imaginárias controlam nossos destinos e determinam nossos movimentos de forma subjetiva, sem que percamos a noção de controle sobre nossa vida.

Este mecanismo de biopoder do Estado moderno mata o corpo racializado, periférico e vulnerável, mata através de seus agentes, como órgãos de segurança pública, elimina de forma objetiva o corpo que não é mais servil a produção econômica, o corpo doente que gera ônus, o corpo inútil. Essas agências são autorizadas a sodomizar e/ou eliminar pessoas descartáveis na hierarquia social. Outras agências matam de forma subjetiva, excluindo segmentos inteiros populacionais da convivência a esfera da dignidade social, tirando acesso a políticas públicas, a dignidade, ao desenvolvimento e a ambição, cria-se um bolsão populacional desesperado pronto a sujeitar-se a psicológica e moralmente em troca do mínimo para sua sobrevivência.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Mata-se literal e figurativamente para a transmissão objetiva da mensagem de subserviência, para que haja a compreensão de que há regras explícitas que devem ser respeitadas e seguidas para que tenhamos um território seguro e bem-estar social. Segato (2005) sobre a alegoria da soberania que é a violência:

Controle legislador sobre um território e sobre o corpo do outro como anexo a esse território. Controle irrestrito, vontade soberana arbitrária e discricionária cuja condição de possibilidade é o aniquilamento de atribuições equivalentes nos outros e, sobretudo, a erradicação da potência destes como índices de alteridade e subjetividade alternativa. Nesse sentido, também esse ato esta vinculado ao consumo do outro, a um canibalismo mediante o qual o outro perece como vontade autônoma, e sua oportunidade de existir somente persiste se é apropriada e incluída no corpo de quem o devorou. O resto de sua existência persiste somente como parte do projeto do dominador. (SEGATO, 2005, P.270)

Esse corpo brutalizado pelo Estado nem em sua morte é liberto, pois serve de exemplo aos vivos, ele compõe a bandeira e a mensagem soberana da subserviência. A expressão enfática da contraposição a alteridade torna-se evidente neste panorama, a existência fora da prerrogativa esperada deve ser combatida, o soberano grava na carne do diferente a regra da normalidade.

O Estado instrumentaliza a violência, faz dela um caminho para se expressar, deixar um enunciado para que nós façamos a leitura e interpretemos sua vontade. Nós, como comunicadores deciframos esta mensagem e absorvemos este conteúdo, em nosso amadurecimento aprendemos que as relações de poder são eficazes, principalmente se transmitidas no corpo da violência.

Segato (2005, P. 277) diz que “o poder soberano não se afirma se não é capaz de semear o terror”, nós como interlocutores temos que responder a este poder e sermos capazes de provocar o terror em nossos nichos, em nossas micro-esferas de poder. Essa interlocução causará desdobramentos nas nossas relações, esse aprendizado estabelece parâmetros de atuação em meio aos nossos pares, o terror ensina padrões de desempenho social. Se nos desenvolvemos em meio a esta construção de soberania, aprenderemos a lógica que a mesma



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



segue, aprenderemos sobre a utilização da violência a nosso favor, seja de modo subjetivo ou de forma objetiva, na consumação de crimes por exemplo.

Da mesma forma que o Estado utiliza a violência como instrumento, o homem também pode criar este crivo para si na constituição de suas relações afetivas, ciente da discrepância de certos papéis sociais nesse locus de atuação, pode se valer da violência como forma de comunicação e subjulgo a sua família.

O ato violento a nível pessoal, doméstico, também passa uma mensagem clara: a relação do poder e da posse sobre aquele corpo-território que é o de sua companheira, o protagonismo da violência e a ciência da invulnerabilidade perante a prática da violência a mulher.

se o ato violento é entendido como mensagem e os crimes se percebem orquestrados em claro estilo responsorial, encontramos-nos com uma cena onde os atos de violência comportam-se como uma língua capaz de funcionar eficazmente para os entendidos, os avisados, os que a falam, ainda quando não participem diretamente na ação enunciativa. A violência constituída e cristalizada em forma de sistema de comunicação transforma-se em uma linguagem estável e passa a se comportar com o quase-automatismo de qualquer idioma. (SEGATO, 2005, P.277)

Não é arbitrária essa comunicação, da mesma forma que não é arbitrária a naturalização desta forma de violência, este homem utiliza este canal de diálogo aos outros homens, potenciais agressores ou já reincidentes criminais, para afirmar seu poderio, a sujeição do corpo feminino ao estabelecimento do protagonismo masculino, é neste corpo-território que ele escreve sua trajetória de poder.

Ao pensarmos no contexto histórico da permissividade a violência conectada a figura masculina veremos que este canal de comunicação está aberto antes da própria formação do Estado moderno, e após o estabelecimento deste, o diálogo pela violência persiste.

Em que pese a ciência de que este homem não pode ser considerado somente uma construção social; família, biologia, psicologia e território são imprescindíveis na formação de sua psiquê, entretanto, como não aprender e se utilizar de um instrumento tão funcional e difundido como a violência? Esse comportamento não seria a tradução de nossa soberania?



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Portanto temos uma nação construída com base na violência que agencia a brutalização real e imaginária como diálogo ao passo que veta o comportamento humano violento, em uma cultura onde somos direcionados ao viés financeiro, ao egoísmo e ao medo, é bem pouco provável que a lógica individual não se oriente pela violência a situações adversas ou a necessidade de imposição de seu poder.

Porém o Estado o faz desta forma, com intuito de nos proteger, de nos garantir o bem-estar social ele encarecera o criminoso, ele modifica sua condição social a uma situação nova de invisibilidade, ele forma o presidiário.

Este homem, agora responsabilizado por seus atos deve cumprir pena pelos seus atos criminosos e retornar para a mesma sociedade capitalista que auxiliou e influenciou a sua formação, este encarceramento resolverá suas questões e aprendizados com violência e relações de poder? Ele aprenderá a se estabelecer de uma forma qualitativa em uma sociedade disfuncional? Ele aprenderá a se relacionar afetivamente sem considerar a mulher como um território a ser conquistado e violado?

Em face a justiça o rompimento a lei deve ser punido a rigor, criamos leis para atender cada vez mais públicos: crianças, mulheres, idosos, porém, com a outra mão ensinamos o percurso e validade da violência como meio de comunicação, encarceramos o homem que se instrumentaliza do Estado para atuar, para ser, para vencer.

Essa dicotomia produz uma massa carcerária cada vez maior, entretanto, a violência doméstica não diminuiu, mesmo com a subnotificação, os órgãos de controle de informação como o Ministério da Saúde e o Atlas da Violência registram aumentos expressivos em todas as modalidades de violência contra as mulheres, a maior parte cometida pelos seus parceiros.

Esse tipo de crime pode ser rotulado como crime passionai ou violência doméstica, vinculado a incapacidade dos homens de saber amar e respeitar, abuso de substâncias, ao patriarcado e machismo, e de fato a correlação é válida e correta, porém não há novas perspectivas de crescimento nesta formação humana quando diariamente todos somos bombardeados com a violência como solução para as questões de foro nacional.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Se os atuais mecanismos de sanção estatal não trazem a segurança e bem-estar social prometidos, talvez devamos olhar de uma forma diferenciada para como discutimos sobre o desenvolvimento humano, principalmente quais construções são difundidas em nosso inconsciente coletivo brasileiro, principalmente nos conteúdos administrados verticalmente por nossos representantes públicos.

Visualizar o homem violento como o Outro e tentar invisibilizá-lo é a atual técnica política, sujeitar este corpo a brutalidade, doença e/ou morte pelos agentes públicos e devolver-lo a sociedade após o tempo de sua pena, não está funcionando na forma do diálogo esperado, este homem e seus pares não diminuem a violência e o julgo as mulheres, logo, se esta comunicação não providencia os resultados esperados para a proteção de certas parcelas da população, talvez ele já esteja produzindo os resultados esperados.

Se esta forma de atuação ao homem agressor produz somente mais violência, talvez seja essa a comunicação que o Estado queira transmitir, não importa em qual momento histórico você se encaixe, como agressor ou vítima, você estará sempre a mercê do poder soberano, sua liberdade e sua figuração no mundo depende de qual papel é conveniente que você represente naquele momento.

Ao traçarmos esta conjuntura de papéis sociais impostos, no qual o homem é autor da violência e sofre a sanção de nossas leis, entramos no panorama do sistema prisional, até porque a violência quando utilizada pelo homem, é crime.

Nesta narrativa o Estado cria equipamentos punitivos aos crimes para ao cuidado da população, o indivíduo que infringe a lei, é inserido no sistema prisional para que cumpra uma sentença determinada, se ressocialize e retorne a sociedade, Estes estabelecimentos penais, terão dimensões reais e simbólicas quanto a sua funcionabilidade.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) através dos dados do Banco Nacional de Monitoramento Prisional (BNMP) informou que o panorama de 2018 sobre o sistema presidiário é de 262.983 pessoas condenadas em regime fechado, em relação aos crimes, em primeiro lugar está o roubo com 27%, em segundo lugar tráfico de drogas com 24% e em terceiro lugar está o homicídio com 11%. Mais da metade dos presos brasileiros tem até 29 anos



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



de idade. A maioria dos presos (30,5%) tem entre 18 e 24 anos, a segunda faixa etária mais populosa (23,39%) do sistema é a de 25 a 29 anos e por fim, 61,67% dos presos são negros.

Esses são dados aos quais podemos aferir algumas significações, o crime homicídio está em terceiro lugar no ranking de crimes, porém a cobertura midiática sobre o tema é incisiva, os veículos de comunicação exortam homicídios de forma pungente, causando uma comoção nacional e obliterando diversas outras temáticas relevantes a segurança do cidadão.

Quanto ao restante do perfil, ser negro e jovem, não podemos afirmar as motivações destes jovens para cometer tais atos, mas podemos refletir que eles não estavam sós, todos carregavam os arquétipos de suas origens, cor, condição socioeconômica, todos foram transpassados pelos mais diferentes aspectos da violência sistêmica e de alguma forma entenderam que em nosso sistema socioeconômico vigente a conduta é ter, portanto, consumo é uma lei, um mantra e uma regra, portanto, se não há mercado formal para eles, alguma forma de alimentar essa necessidade de consumo tende-se a encontrar.

No transcorrer deste texto conseguimos observar que todo o processo de colonização e modernização de nosso país é orientado pela violência, pela desigualdade e pela manipulação de agentes que buscam sua própria manutenção nas esferas de poder e controle dos meios de produção, a violência é uma linguagem difundida em nosso sentido de nação, ela é aceita em algumas instâncias e criminalizada em outras.

Podemos entender que há sujeitos diferenciados por seu lócus de nascimento, cor, etnia, no qual a vida já é uma fronteira a ser ultrapassada diariamente, portanto, ele também se expressará pela violência para galgar seus objetivos, objetivos estes determinados pela nossa própria sociedade.

De acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, a taxa de ocupação é de 175%, três vezes maior que o permitido, 88% desta população em regime fechado não trabalha e 85% não estuda, ou seja, não há uma forma de ressocialização prévia consolidada nestes estabelecimentos que promulgue a emancipação e protagonismo deste segmento.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Em face a saúde mental há quatro vezes mais chance de suicídio em comparação a população geral. Os autores Pinto, Assis e Constantino (2016) trouxeram em seu estudo a comparação sobre o impacto da saúde mental nos presidiários do Rio de Janeiro frente a dados das regiões de São Paulo, Santa Catarina e Paraíba, ainda em confronto com estudos internacionais de Chicago, França, Nova Zelândia, Inglaterra e Escócia.

Em todos os segmentos nacionais e internacionais, foram detectados sintomas ou transtornos estabelecidos ligados a depressão, stress e transtornos mentais graves. A projeção é que no Brasil tenhamos cerca de 60 mil presidiários com transtornos mentais graves.

Os autores em sua fala sobre as prisões brasileiras e sua potencialidade de adoecimento físico e mental:

As prisões brasileiras são marcadas por um conjunto de carências de natureza estrutural e processual que afetam de forma direta os resultados produzidos em relação à pretendida ressocialização dos reclusos e à sua saúde. Estudos mostram que aspectos como ócio, superlotação, pouca quantidade de profissionais dedicados à saúde, ao serviço social e à educação, além de arquitetura precária e ambiente insalubre, alimentam o estigma e atuam como potencializadores de diferentes iniquidades e enfermidades. (Pinto, Assis e Constantino, 2016:2090)

De acordo com o Sistema de Informações das Penitenciárias (INFOPEN), das 1456 unidades de estabelecimento penal no Brasil, 45 estão em Mato Grosso do Sul, o estado possui a terceira maior população carcerária do país, composto por homens e mulheres.

A dimensão real de um estabelecimento penal, do Estado, das políticas públicas e de órgãos de defesa e proteção é estabelecido por normatizações vigentes e órgãos de fiscalização. A atuação em Mato Grosso do Sul destes órgãos, salvo características regionais, ocupam a mesma padronização do restante do país.

Em cada região brasileira as dimensões reais da capilaridade governamental se desdobram de forma efetiva, e juntamente com ela, sua dimensão simbólica é imposta.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Ao sair do papel de homem que percorre seus espaços através da violência, este indivíduo que aprendeu desde cedo sobre a descartabilidade dos corpos em nosso território confronta sua própria insignificância ao fazer parte do sistema prisional.

É no sistema prisional que ele aprenderá que seu corpo e dignidade não o pertencem, que sua vida depende do humor e temperamento de outros, sua saúde física e mental estão severamente ameaçadas por determinações além de seu controle.

Este homem vislumbra o processo de vitimização, de ser cerceado de si, vulnerável, neste espaço ainda há hierarquias e ainda há a mão que direciona este pequeno nicho populacional. Aqui as mesmas regras de fora são válidas e mais severas, aqui sua descartabilidade não é simbólica, ela é real.

O Estado determina a realidade do presidiário, e como sua expressão é a violência, a estadia do mesmo no estabelecimento penal, seguirá um simulacro social de hierarquia e medo, ensinando mais uma vez a este homem que a violência é um percurso válido de atuação social.

Ao cumprir sua pena, este homem sairá com novos significados, pensamentos e comportamentos, compreenderá de forma mais íntima as particularidades da vulnerabilidade e retornará este aprendizado a sociedade.

Nós formamos, alienamos e segregamos camadas populacionais inteiras para que haja uma massa de manobra adequada a servidão, estipulamos hierarquias e valores para que haja estratificação social, precarizamos realidades e vivências, adoecemos pessoas em prol da manutenção de um status quo, utilizamos como caminho a violência. Portanto a única forma de interlocução possível é a barbárie.

Referências

CONSTANTINO, Patricia; ASSIS, Simone Gonçalves de; PINTO, Liana Wernersbach **O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro.** Brasil Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, p.2089-2099, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica.** Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N1Edições, 2018

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N1Edições, 2018

SEGATO, Rita Laura. **Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 265-285, maio/ago, 2005.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A OPRESSÃO DAS MULHERES NO ORIENTE E NO OCIDENTE

Kátia Rosana Hernandez²⁷

Introdução

A mulher ocidental tem garantido através de conquistas feministas direitos que lhe foram negados por séculos, porém, embora seja um grande avanço em direção a igualdade entre os sexos, essas conquistas estão muito distantes do que poderíamos considerar o ideal, a prova disso é o aumento dos casos de feminicídio e outras violências cometidas contra mulheres no mundo todo, mostrando que o homem, ainda no século XXI, se considera um ser superior e vê a mulher como sua propriedade. Por outro lado, no Oriente a situação da mulher não é muito diferente, a imposição de regras e punições severas naquele lado do mundo oprimi e desrespeita a mulher como ser humano. Os países de língua árabe estimulam através de políticas públicas a restrição a liberdade e os direitos femininos, as proibições vão desde a impedimento no direito de dirigir até a impossibilidade de cursar o ensino superior. Uma pesquisa realizada em novembro de 2013 pela Fundação Thompson Reuters, elaborada com base em entrevistas de 336 especialistas dos 21 países da Liga Árabe e a Síria, define um ranking de países árabes que mais oferecem riscos às mulheres, nessa pesquisa o Egito aparece em primeiro lugar, seguido pelo Iraque e Arábia Saudita, porém é preciso que se conheça um pouco da história das mulheres para que se possa compreender as raízes dessa violência, que como poderemos ver a seguir tem suas origens em tempos remotos.

As crenças religiosas têm guiado a humanidade por séculos e independente do lado do mundo, a mulher é sempre apontada como a causadora de todos os males. Desde muito pequenas, aprendem que Deus ao criar o universo, criou primeiramente o homem, Adão, e só depois e a partir de uma costela sua criou a mulher, Eva, e essa mulher tentou Adão e o levou

²⁷ Aluna Especial do Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais PPGCult-UFMS-CPAQ, orientada pelo Prof. Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes - katiarosanahernandes@gmail.com - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



a cometer o primeiro pecado do mundo, o “pecado original”, se inicia aí o calvário da mulher que desde o primeiro momento é apontada como pecadora e causadora dos males. Ao analisar essas passagens bíblicas eu me pergunto, por que a mulher foi a causadora dos problemas da humanidade? Por que não o homem? E esse fato meu ver foi decisivo para que a mulher fosse desprezada e demonizada ao longo dos séculos.

Na Grécia, o mito de Pandora conta que, pela curiosidade própria do sexo, Pandora abriu a caixa que continha todos os males do mundo e, em consequência as mulheres foram as responsáveis por todo tipo de desgraça da humanidade. O homem grego era polígamo e a ele era dado poder absoluto sobre a mulher, que não tinha nenhum direito reconhecido, não podia sequer sair sozinha na rua.

Na Índia, existem até os dias de hoje a prática dos casamentos arranjados e a família da noiva oferecer ao noivo um dote para que o mesmo se case, esse costume traz muitas vezes problemas financeiros para as famílias, e por essa razão filhas do sexo feminino são considerados um problema indesejado. Entre os romanos, os homens esperavam que suas esposas lhes dessem sempre filhos homens, e quando isso não acontecia, caso o pai não desejasse ter uma menina a mesma era deixada em praça pública para morrer.

A mulher foi pouco retratada pela história, poucas foram as que conseguiram ter algum destaque, o apagamento da sua história atravessou gerações e em geral foram vistas apenas como donas de casa, matriarcas, sem rostos, sem nomes, sempre vivendo a sombra de seus maridos, pais ou irmãos, sendo que os homens sempre foram vistos como os provedores, logo, se sentindo seus “donos”.

A história das mulheres através do tempo

De acordo com Michelle Perrot, escrever uma história das mulheres é novo e transformador, é admitir que as mulheres não são apenas reprodutoras, elas têm uma história, são agentes históricos, tem sua própria história, escrever sobre tal história é superar as barreiras e finalmente levá-las a sério. (PERROT, 1995)



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A partir do século XVIII, com a advento da Revolução Francesa, cresce nas mulheres que participaram ativamente do processo revolucionário, a esperança de que os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade fossem estendidos a sua categoria. Ao constatar que isso não aconteceria, algumas mulheres, a exemplo de Olympe de Gouges²⁸ iniciaram a luta por esses direitos e em 1791, Gouges publicou um texto intitulado *Os Direitos da Mulher e da Cidadã* no qual questiona:

Diga-me, quem te deu o direito soberano de oprimir o meu sexo? [...] Ele quer comandar como déspota sobre um sexo que recebeu todas as faculdades intelectuais. [...] Esta Revolução só se realizará quando todas as mulheres tiverem consciência do seu destino deplorável e dos direitos que elas perderam na sociedade. (ALVES, & PITANGUY, 1985, p. 33-34)

No século XIX, a Revolução Industrial consolida o sistema capitalista e muda o os meios de produção que afeta e as tradições familiares e o trabalho feminino, levando muitas mulheres a trabalhar em fabricas. A mulher sai de seu lócus e enfrenta e esfera pública, iniciando ai a luta que persiste até hoje, para provarem que não são inferiores aos homens, construindo a trajetória do movimento feminista que mais tarde no século XX ganha força e forma.

O século XX inicia já nas décadas de 1920 e 1940 com importante discussão a respeito da questão da mulher, basta revisitar os escritos de Virginia Wolf e de Simone Beauvoir. A afirmação de Simone Beauvoir, em seu livro *Segundo Sexo*, de que *não se nasce mulher, torna-se mulher*, chama a atenção para as construções sociais de identidade e é considerada um avanço nos estudos de gênero. Mas, é a partir da segunda metade do século, com os movimentos feministas que a história da mulher ganha certa notoriedade, e o sexo feminino ganha visibilidade e passa a ser reconhecido como um ser social, com vida própria e independente, capaz de prover seu sustento embora ainda esteja fortemente ligada as estruturas de poder do patriarcado.

²⁸ Olympe de Gouges foi guilhotinada dois anos após a publicação deste texto, sob a alegação de ter pretendido ser um homem de Estado e ter esquecido as virtudes próprias do seu sexo.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A partir dessas estruturas patriarcais vamos encontrar as raízes da violência cometida contra mulheres no mundo todo. Nesse artigo, portanto, pretendemos lançar um olhar sobre a violência cometida contra mulheres tanto no Ocidente quanto no Oriente. A violência contra a mulher é produto de uma construção histórica, onde o poder se sobressai em todas as esferas de convivência, seja ela íntima, profissional ou social, para entender melhor esse tipo de violência vamos conhecer o conceito da mesma.

De acordo com a Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela OEA em 1994) violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

As mulheres são vítimas de violência em todo o mundo, as regiões onde elas têm menos direitos garantidos são a África Subsaariana, a Ásia Meridional e o Oriente Médio embora a Tunísia, Jordânia e Líbano se destaquem por alguns avanços. A Europa é no mundo o continente que mais pune a violência de gênero, mas como em toda regra existem exceções, a Rússia é o país da Europa considerado menos seguro para mulheres, a Bulgária se destaca por não ter leis que criminalizem o estupro dentro do casamento e a Hungria não pune o assédio sexual. Conforme relatório da ONU Mulheres, a América Latina o lugar do mundo mais perigoso para mulheres fora da zona de guerra, nesses países a média de assassinatos é de nove mulheres por dia, o Brasil mesmo com uma legislação avançada sobre o tema, teve no ano de 2017, 1.133 mulheres assassinadas por questões de gênero, uma média de três por dia, o que mostra que não basta apenas criar leis é preciso que hajam ações efetivas para contenção da violência.

A mulher oriental vista através das lentes ocidentais

O autor Edward Said, em sua obra *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (2001), faz uma crítica à forma como o Ocidente inventou o Oriente, e como essa invenção nos leva a inverter papéis dos atores que figuram essa história. Said afirma que o Oriente não é



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



apenas um nome ou uma localização geográfica, mas sim uma invenção cultural e política do Ocidente.

O Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma das imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro. Além disto, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) com sua imagem ideia, personalidade, experiência contrastantes. Mas nada nesse oriente é meramente imaginativo. O Oriente é uma parte integrante da civilização e da cultura material europeia. O Orientalismo expressa e representa essa parte em termos culturais e mesmo ideológicos, num modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais.

O Ocidente alimenta o Oriente intelectualmente, mas não é recíproca essa alimentação, prova disso é que de 1.800 a 1950 foram escritos aproximadamente 60 mil livros sobre o Oriente Próximo, mas ao contrário o Oriente pouco se interessou pelo Ocidente, intelectualmente falando.

Para Said (2001), “a relação entre o ocidente e o oriente, é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de hegemonia complexa”.

Foi criada entre o ocidente e o oriente uma rede com um material intelectualmente produzido numa visão euro centrada. O orientalismo foi criado e alimentado pelo Ocidente e não pelos orientais.

O orientalismo foi submetido ao imperialismo, ao positivismo, ao utopismo, ao estoicismo, ao darwinismo, ao racismo, ao freudianismo, ao marxismo, ao spenglerismo. “Mas o orientalismo, como muitas ciências naturais e sociais, tem paradigmas de pesquisa, suas próprias sociedades eruditas, seu próprio establishment”

O orientalismo foi criado e alimentado pelo Ocidente, e não pelos orientais. Ele nos ajuda a compreender como as relações entre o ocidente e oriente foi moldado de forma a permitir uma colonização cultural e territorial do Oriente Médio.

De acordo com Said, no século XX foi criada uma visão de mito produzindo uma imagem distorcida do Árabe, como sendo uma sociedade quase ocidental. O palestino ao resistir aos colonialistas é visto como um selvagem estúpido passível de negligenciamentos morais e



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



existenciais. Ao mundo se faz acreditar que os homens bomba são sempre terroristas (palestinos) e os pilotos israelenses que jogam bombas e mísseis em alvos civis são soldados cumprindo seu dever e não terroristas como os outros.

A construção desse personagem Oriental criado pelo Ocidente nos faz acreditar que a mulher do oriente é a que sofre maior violação dos direitos, especialmente a mulher muçulmana que é frequentemente estereotipada pelo uso de suas vestes, cobertas com véus, caladas, submissas, porém os movimentos feministas e movimentos pelos direitos das mulheres estão presentes não apenas no Ocidente, mas também na Ásia e no Oriente Médio. Quando pensamos nas mulheres muçulmanas, geralmente a primeira imagem que nos vem à mente é a de pessoas sem rosto e supostamente oprimidas por um sistema de dominação ao qual só lhe é permitido viver escondida atrás de burcas ou na melhor das hipóteses de véus ou cabeça coberta por lenços. Infelizmente, essa é sim a realidade de algumas dessas mulheres que veem seus direitos de ser humano e cidadã serem totalmente anulados e silenciados, porém essa não é uma regra e não pode ser generalizado, o uso do véu e da burca não são por si só uma violência. Responder a questões como por que elas se deixam dominar e qual o real papel delas nas sociedades islâmicas é de fundamental importância para se pensar a forma como vivem essas mulheres.

De acordo com Abu-Lughod (2012), o foco na libertação das mulheres muçulmanas configurou-se uma discussão rasa que acaba por deturpar os reais interesses por trás das pautas político-econômicas no ocidente e principalmente dos Estados Unidos. A autora sinaliza para a necessidade das feministas e todos que se ocupam dos estudos sobre as mulheres muçulmanas fazerem um recorte mais profundo da vida dessas mulheres, deixando essa obsessão ao véu e a burca um pouco de lado para focar nos reais problemas vividos por elas naquele contexto. A percepção de que questões como a cultura e as crenças religiosas são mais importantes do que explorar a história e o desenvolvimento dos regimes repressivos na região é evidente. Ao invés de se levantarem questões relevantes criam-se uma geografia imaginária do Ocidente em oposição ao Oriente, colocando as culturas ocidentais em oposição aos muçulmanos e destacando as mulheres muçulmanas e o uso de suas burcas como se fossem a causa dos conflitos no Oriente Médio.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



É preciso que se compreenda na totalidade o uso da burca, ou outras vestimentas tidas como opressivas, levando-se em consideração serem as mesmas um produto histórico-cultural. A burca é uma convenção que simboliza a respeitabilidade da mulher, sua associação a casa e à família e seu pertencimento a um modo particular de vida moral, no qual as famílias são o centro da organização comunitária. A burca é vista pela sabedoria popular ocidental como o sinal mais significativo de opressão das mulheres pelo Talibã, porém o que se nota após a libertação do Afeganistão do regime opressivo é que as mulheres não parecem ansiosas a deixar de lado suas burcas. Antes de fazer julgamentos precipitados é preciso saber algumas coisas sobre o uso da burca, primeiro que não foi o Talibã que inventou essa vestimenta, ela é a forma de cobertura que as mulheres pashtun em uma determinada região usavam ao sair de casa. Os pashtuns são um dos diversos grupos étnicos no Afeganistão, e a burca era uma das muitas formas de vestimenta no subcontinente e no Sudoeste da Ásia que se desenvolveram como uma convenção para simbolizar a modéstia ou respeitabilidade da mulher. A pergunta é, essas mulheres estão dispostas a deixar de lado essa “respeitabilidade” e “modéstia” em nome de uma modernidade de sociedade que não é delas? Essa a meu ver é uma questão importante a ser respondida. A burca, como algumas outras formas de “cobertura”, marcou, em muitos pontos, a separação simbólica entre as esferas masculina e feminina, como uma parte da associação geral de mulheres com família e casa, e não com o espaço público onde os estranhos se misturam.

Porém não é só o uso da burca que mostra a opressão das mulheres no oriente, se comparada a clitoridectomia, conhecida como “circuncisão feminina” ela torna-se ínfima, essa prática comum no norte da África consiste na mutilação sexual das mulheres com a remoção do clitóris, pequenos e grandes lábios vaginais, e até mesmo dependendo do caso parte da vagina, sendo que após o procedimento é feita uma sutura que só será rompida tempos mais tarde quando a menina se casar, e costumeiramente esses procedimentos são feitos a sangue frio e por pessoas leigas sem nenhum preparo, embora a clitoridectomia não seja obrigatória nem tampouco mencionada no Corão, como se acredita, essa pratica é ainda nos dias atuais relativamente comuns em algumas tribos africanas. A modelo somaliana, Waris Dirie, em



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



entrevista exclusiva a revista Marie Clarie em 1996 narra sua experiência vivida aos cinco anos de idade:

Quando tinha 5 anos, meu pai decidiu que era hora de eu ser circuncidada. Lembro tão bem desse dia que se pensar muito posso vomitar. A mulher que me cortou era uma velha cigana. Andava pelo deserto sozinha. Ela e a sua sacola. Minha mãe me colocou sentada no colo e disse: ‘Seja boazinha, não se mexa. Não tenho forças para segurar você’. A velha tinha na mão uma navalha suja, onde vi o sangue da pessoa que ela havia cortado antes de mim. Abri minhas pernas, fechei os olhos e bloqueei minha mente. Fiz isso por minha mãe. A mulher não cortou apenas o clitóris – cortou tudo, inclusive os lábios. Depois me costurou com uma agulha, bem apertado. Eu só sentia dor. Fiquei deitada no chão em agonia. Eles amarraram minhas pernas para impedir que eu andasse, para não me rasgar. Fiquei deitada de costas durante um mês. Não conseguia comer, não conseguia pensar, não conseguia fazer nada. Fiquei preta, azul, amarela. Não podia urinar - o xixi saía em gotas. Três semanas depois, minha mãe encontrou alguém para me abrir um pouquinho, de modo que eu pudesse urinar. Estava muito doente. Sangrei durante dois ou três meses. Quase morri. O tempo todo sentia vontade de morrer. Tinha desistido de viver. Uma das minhas irmãs mais novas e duas primas minhas haviam morrido em consequência da circuncisão (ZIV, 1996, p. 58).

É assustador pensar na dor física e na humilhação sofrida por essas meninas, mas esse é um costume aceito naquela região e pouco divulgado ou combatido pelo restante do mundo.

Porém é preciso pensar que também a sociedade ocidental tem seus códigos morais relativos a seus indivíduos e deixar de lado a visão de que só o oriente oprime suas mulheres. É preciso tomar cuidado para não reduzir as diversas situações de violência sofridas pelas mulheres muçulmanas a simplesmente o uso ou não do véu ou da burca, e talvez seja hora de focar mais em questões mais sérias que merecem realmente discussão.

Em relação a submissão feminina na cultura e religião islâmica, mulheres jovens alcançam conquistas nunca antes sonhadas, até porque a globalização lança novas perspectivas e necessidades que acabam por criar processos nos quais homens e mulheres busquem novas alternativas. O acesso a educação, é uma luta constante e faz transparecer o fardo de construções históricas e culturais de dominação. A partir do século XX as mulheres muçulmanas ganham um pouco mais de visibilidade, força e destaque, devido ao avanço educacional e medidas de alfabetização, que vai da Turquia à Arábia Saudita e Irã passando por outros países onde a lei islâmica se mescla as leis modernas.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Considerações finais

Após pesquisar informações sobre culturas diversas tanto no Ocidente quanto no Oriente é possível perceber que o patriarcado ainda nos dias atuais é um forte argumento para se justificar a violência cometida contra mulheres no mundo todo, seja por questões sociais, morais ou religiosas

A parte mais difícil na mudança de foco no que tange às discussões em torno da cultura do outro está em simplesmente aceitá-la como ela é, evitando violá-la, pois devemos levar em consideração o fato de que ela é produto de milhares de anos de história e não pode ser alterada da noite para o dia. Constatar que embora as mulheres tenham avançado na conquista de seus direitos, o patriarcado ainda é um forte aliado dos homens é uma realidade a ser digerida.

As sociedades islâmicas, como qualquer outra no mundo tem a presença do homem como um ser superior e principal dentro da sociedade, e essa visão está sendo contestada mesmo que a passos lentos pelas mulheres do mundo todo, tanto no Ocidente quanto no Oriente, cada qual a sua maneira. É importante ressaltar que movimentos feministas islâmicos, tentam mostrar ao mundo que as mulheres muçulmanas são capazes de defender a si próprias e não precisam ser salvas, é preciso considerar que mulher muçulmana tem seus próprios interesses dentro da sociedade ao qual estão inseridas. Promover a mudança de pensamento que restitui a mulher muçulmana o seu lugar de fala torna-se imprescindível.

Já a mulher ocidental embora tenha garantida sua liberdade não consegue ter garantias quanto a sua segurança, todos os dias são violentadas, assassinadas pelo simples fato de serem mulheres, o patriarcado se faz presente tanto no Ocidente quanto no Oriente de formas diferentes, porém muito semelhantes.

Referências

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.20, No. 2, 2012, p.451-470.

ALVES, Branca M.; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

GAARDER Jostein. O LIVRO DAS RELIGIÕES. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



GROSFOGUEL, Ramón. **Feminismos Islâmicos**. Caracas: Fundación Editorial El perro y La rana, 2016.

MONTERO, Rosa. História das Mulheres .Rio de Janeiro: Ed Agir, 2007.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. São Paulo: Cadernos Pagu 1995: pp. 9-28.

SAID, Edward. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 3ª. reimpressão, PP. 13-119.

ZIV, Lara. Beleza mutilada. In Marie Clarie. São Paulo, jun. 1996.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



CRIANÇAS PANTANEIRAS: RE (INVENTANDO) A INFÂNCIA POR MEIO DAS POESIAS DO POETA MANOEL DE BARROS

Laura Marin Lugo Magdalena²⁹

Janaina Nogueira Maia Carvalho³⁰

Introdução

Este trabalho é resultado de uma vivência como organizadora do Projeto de Extensão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul “Os Despropósitos da Poesia: criança e infância com Manoel de Barros” no ano de 2017, realizado na Escola Polo Pantaneira Joaquim Alves Ribeiro (Fazenda Taboco) em Aquidauana/MS. O objetivo consistiu em apresentar o poeta Manoel de Barros e suas poesias em atividades com as crianças, possibilitando conhecer um poeta da região, o resgate de uma infância brincante, e a simplicidade do cotidiano na região do Pantanal.

No momento em que cogitamos trabalhar com poesia, logo vem o pensamento que muitos adultos e nem as crianças não estão familiarizados ou não possuem o hábito de lê-las. Dessa forma, encontramos algumas resistências antes da entrega ao doce encanto das palavras. Para conquistarmos o público alvo do projeto, trabalhamos as poesias com ludicidade, poesias cantadas do “Crianças”³¹, interpretação textual, releituras, entre outras, inúmeras possibilidades.

²⁹ Pedagoga formada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Aquidauana. laura.jp.luiz@gmail.com

³⁰ Pedagogia pela Universidade Católica Dom Bosco (1993), Psicopedagogia pela Universidade Estácio de Sá (1996) e Mestrado em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (2013). Atualmente é Professora Efetiva - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/CPAQ, Pesquisadora do GEPDI (Grupo de Estudos e Pesquisas da Docência na Infância - UCDB) e Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação - Mestrado e Doutorado (PPGE/UCDB) - Estágio Avançado de Doutorado em Estudos da Criança/Sociologia da Infância - Universidade do Minho em Braga/Portugal. Atua principalmente nos seguintes temas: Criança, Infância, Culturas Infantis, Sociologia da Infância, Cultura e Currículo. maiajanaina@hotmail.com

³¹ Concebido pelo músico Márcio de Camillo a partir das obras de Manoel de Barros e inspirado nas iluminuras da artista plástica Martha Barros. O espetáculo CRIANCEIRAS, amálgama teatro e cinema de animação, música, tecnologia e literatura, fazendo-se ponte da obra poética para a infância. <http://www.crianceiras.com.br/espetaculo>. Acesso em 07 de Out de 2019.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A palavra está inserida em nosso dia a dia, seja ela falada, escrita, formal, informal, pensada, dialogada, por gestos ou imagens e, tudo que vemos ou fazemos nos diz algo. Desse modo, associar as poesias ao cotidiano das crianças é de suma relevância, pois podem auxiliar no entendimento, sentido e despertar das palavras. Além disso, ensinar os conteúdos a partir do “conhecimento” da criança e de sua definição de mundo evidenciar que as ações do dia a dia são abastadas das recheadas de falas.

Portanto, usando as palavras por meio das poesias de Manoel de Barros se pode re (inventar) as antigas brincadeiras de infância e, com o Projeto houve transformações em atitudes, pensamentos e ações, proporcionando trabalhar a ludicidade e, assim, fazer (e fez) diferença para o ensino e aprendizagem da criança.

Criança e a infância

Sempre existiu a criança, mas sua definição surgiu apenas em meados do século XVII e XVIII. Essa elucidação do aparecimento da infância pode ser observada no dizer de Carvalho, que certifica:

[...] A aparição da infância ocorreu em torno do século XIII e XIV, mas os sinais de sua evolução tornaram-se claras e evidentes, no continente europeu, entre os séculos XVI e XVIII no momento em que a estrutura social vigente (Mercantilismo) provocou uma alteração nos sentimentos e nas relações frente à infância (CARVALHO, 2003, p. 47).

Philippe Ariès (1978) apud Frota, historiador francês, afirmou que (p.151):

A infância foi uma invenção da modernidade, constituindo-se numa categoria social construída recentemente na história da humanidade. Para ele, a emergência do sentimento de infância, como uma consciência da particularidade infantil, é decorrente de um longo processo histórico, não sendo uma herança natural. Essa sua afirmação trouxe grandes mudanças na compreensão da infância, já que ela era pensada como uma fase da vida, como qualquer outra, mas que revelada pelas “delícias de ser criança e de habitar no país da infância”, de um modo idêntico a si mesmo. Os séculos XVI e XVII, como bem demonstra Áriès, esboçam uma concepção de infância centrada na inocência e na fragilidade infantil. O século XVIII inaugurou a construção da



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



infância moderna, assumindo o signo de liberdade, autonomia e independência.

Nos dias de hoje, as indagações sobre a infância e a criança vêm surgindo e sendo tema de investigação por pesquisadores e estudiosos de diversos países, diversificadas áreas, educadores, psicólogos, historiadores, sociólogos, antropólogos, dentre outros.

Conforme Pinto e Sarmiento apud Delmondes:

[...] quem quer que se ocupe com a análise das concepções de criança que subjazem quer ao discurso comum quer à produção científica centrada no mundo infantil, rapidamente se dará conta de uma grande disparidade de posições. Uns valorizam aquilo que a criança já é e que a faz ser, de facto, uma criança; outros, pelo contrário, enfatizam o que lhe falta e o que ela poderá (ou deverá) vir a ser. Uns insistem na importância da iniciação ao mundo, outros defendem a necessidade da proteção face a esse mundo. Uns encaram a criança como um agente de competências e capacidades; outros realçam aquilo de que ela carece (PINTO E SARMENTO apud DELMONDES, 2015, p. 25).

Quando se reflete sobre a história da criança e da infância, o fazemos sempre com um olhar no passado, pois os conceitos referentes à criança e à infância se complementam e são culturalmente determinados e historicamente construídos (MAIA, 2012, p. 15).

Segundo Kuhlmann Junior. (1998), “[...] é preciso considerar a infância como uma condição de ser criança.” (KUHLMANN JUNIOR, 1998, p. 15). O escritor, nesse sentido, estabelece a formação dos vínculos ‘história das crianças pequenas e a estrutura social’. Assim, “[...] o fato social da escolarização se explicaria em relação aos outros fatos sociais, envolvendo a demografia infantil, o trabalho feminino, as transformações sociais da infância, etc.” (KUHLMANN JUNIOR, 1998, p. 15).

De acordo com Kramer (1999), o conceito de infância é um assunto recente. A autora aponta que foi no século XVIII que se iniciou o conceito de infância, com elas sendo respeitadas de acordo com sua idade. Logo observamos que a noção de infância e a suas peculiaridades nem sempre foram um fator natural na sua existência e sim na verdade, no dizer da autora,



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



“produto de evolução da história das sociedades, e o olhar sobre a criança e sua valorização na sociedade não ocorreram sempre da mesma maneira, mas, sim, de acordo com a organização de cada sociedade e as estruturas econômicas e sociais em vigor” (p. 244).

Corroborando com Kramer (1999) esse projeto foi uma oportunidade de nos re (encontrarmos) com a infância perdida na contemporaneidade, pois a sociedade transforma a criança em um adulto em miniatura. Por isso, é pertinente re (inventarmos) essa infância, pois o brincar é essencial, saudável e necessário para a criança se tornar um adulto que tenha na memória uma infância feliz. Ao utilizarmos as poesias de Manoel de Barros, fica evidenciado que elas são inovadoras, que desde o primeiro contato há um encantamento. Sem demora, vemos que as crianças “dão importância as coisas desimportantes”, “brincam no “quintal maior que o mundo” e “Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós” e esse sentimento que a poesia proporciona, nos faz perceber o quanto se pode desenvolver a Diversidade Cultural posta em nossa sociedade.

Portanto, esse processo histórico resulta com a situação da infância que nos deparamos atualmente na sociedade, crianças neutras, com ausência de cor, de sabor, de cheiro e de brincadeiras. Por isso, as propostas de nossas ações foi a de resgatar, re (criar) e re (inventar) brincadeiras e brinquedos (de certa forma nostálgica) tais como: um pião, um telefone de lata, um pé de lata, uma bola de meia, um peixe de dobradura, tartaruga de garrafa pet, entre outros. Transformamos as poesias em materiais palpáveis, onde as Crianças Pantaneiras da Fazenda/Escola do Taboco em Aquidauana-MS, tiveram a possibilidade de abraçar, de brincar, de momentos felizes enlaçadas à melodia das canções do “Crianças” e ter um mundo infinito por meio das poesias de Manoel de Barros.

Quem é Manoel de Barros?

Quando vamos responder essa pergunta sobre quem é esse poeta, nos deparamos com a poesia, onde ele mesmo se autorretrata e, é ela quem nos dá aporte para iniciarmos a jornada “Manoel de Barros” com as crianças. Nesse sentido sua apresentação já começa com o deleite de suas palavras, assim ele conta para nós quem ele é:



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Autorretrato Falado

Venho de um Cuiabá garimpo e de ruelas entortadas. Meu pai teve uma venda de bananas no Beco da Marinha, onde nasci e me criei no Pantanal de Corumbá, entre bichos do chão, pessoas humildes, aves, árvores e rios. Aprecio viver em lugares decadentes por gosto de estar entre pedras e lagartos. Fazer o desprezível ser prezado é coisa que me apraz. Já publiquei 10 livros de poesia; ao publicá-los me sinto como que desonrado e fujo para o Pantanal onde sou abençoado a garças. Não fui para a sarjeta porque herdei uma fazenda de gado. Os bois me recriam. Agora eu sou tão ocaso! Estou na categoria de sofrer do moral, porque só faço coisas inúteis. No meu morrer tem uma dor de árvore. Barros (Antologia, 2015, p.89).

Sua vida explanada em poesia, registra sua simplicidade, a natureza que o cercou, o seu modo pantaneiro de ser. De grande relevância esse momento, pois um dos nossos objetivos era apresentar um poeta regional para as crianças e foi significativo esse átimo. E, em razão de que nosso público foram crianças que estão inseridas no Pantanal, fizemos com que as mesmas se reconhecessem no poeta, que muitas vezes o chamam de “João de Barros”. A imagem abaixo ilustra um pedacinho do ‘quintal’ do Manoel de Barros:



O poeta Manoel Wenceslau Leite de Barros nasceu no Beco da Marinha, beira do Rio Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, em 1916. A frase “Tudo o que não invento é falso” (2010)



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



foi ele quem disse, tencionando nos alumiar que se (re) inventamos as coisas elas existem para nós e para o poeta ao lermos podemos (re) inventar o mundo.

Consideramos, então neste contexto, que as poesias são significativas no quesito transformar a infância e nós aos “termos um olhar” criança às crianças, estaremos proporcionando uma leveza, uma nova definição de infância. O poeta Manoel de Barros, em suas poesias acredita ser fundamental compreender a infância: “a história da criança simplesmente criança, as formas de sua existência cotidiana, as mutações de seus vínculos sociais e afetivos, a sua aprendizagem da vida” (Barros, 2003).

É relevante realçar que Manoel de Barros não foi um prelecionador, foi um poeta que em suas poesias traçou a infância. Vemos que a infância não deve ser mirada somente como fase temporal, do início de uma vida, mas como uma condição da humanidade. E, atualmente o poeta Manoel de Barros tem renome nacional e internacionalmente, um poeta original que é referência no Brasil.

Como trabalhar as poesias de Manoel de Barros?

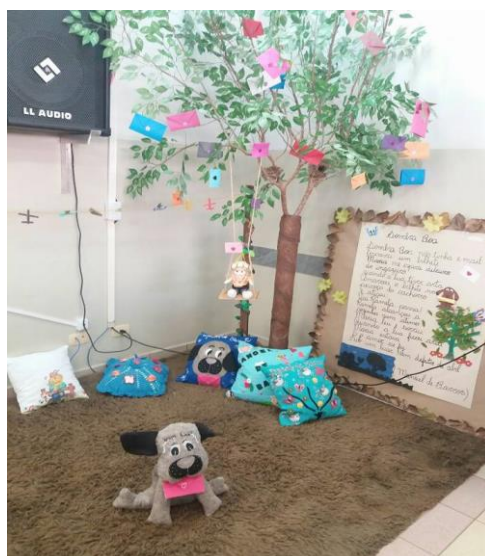
Esse foi um dos momentos mais desafiador do projeto, pois elaboramos e criamos variadas formas para apresentar as poesias. As escolhidas foram ampliadas em papeis cartões e decoradas, usamos a criatividade para construir uma poesia palpável, como também utilizamos as músicas do ‘Crianças’ com as crianças. Em conjunto com a equipe, estudamos e decidimos pelas poesias que ora expomos:

Sombra boa

Sombra Boa não tinha e-mail. Escreveu um bilhete: Maria me espera de baixo do ingazeiro quando a lua tiver arta. Amarrou o bilhete no pescoço do cachorro e atçou: Vai, Ramela, passa! Ramela alcançou a cozinha num átimo. Maria leu e sorriu. Quando a lua ficou arta Maria estava. E o amor se fez sob um luar sem defeito de abril. BARROS (Poema adaptado em canção para o Crianças, Márcio de Camillo, 2012, s/p).



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Essa poesia fala de amor, de uma árvore, de um bilhete, de um cachorro, de um luar. ..., o que possibilitou estabelecermos relações com o amor, com nosso animalzinho de estimação, mas... e, no Pantanal quais animais eles conhecem ou já viram? As dinâmicas ofertadas levaram as crianças a enxergarem as árvores que fazem parte da região que habitam, se todas tem cores diversificadas, flores e frutos, das necessidades de termos árvores e da importância delas para ar que inalamos.

A segunda diz “não sou da informática: eu sou da invencionática”, o poeta nesta poesia re (inventa) os fatos conforme a sua imaginação e criatividade, onde até é possível “uso da palavra para compor meus silêncios”:

O apanhador de desperdícios

Prezo insetos mais que aviões. Prezo a velocidade das tartarugas mais que a dos mísseis. Tenho em mim um atraso de nascença. Eu fui aparelhado para gostar de passarinhos. Tenho abundância de ser feliz por isso. Meu quintal é maior do que o mundo. Sou um apanhador de desperdícios: Amo os restos como as boas moscas. Queria que a minha voz tivesse um formato de canto. Porque eu não sou da informática: eu sou da invencionática. Só uso a palavra para compor meus silêncios... (BARROS, 2015, p.149).

Nessa poesia o “quintal é maior que o mundo”, como também “estava aparelhado para gostar de passarinhos”, coube a nós trabalhar esses elementos na ação. E, de acordo com a



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



poesia propomos uma atividade de dobradura, após estarem prontas pintaram de acordo com sua criatividade.



A terceira poesia foi O MENINO E O RIO e, aproveitando que a poesia fala de natureza, perguntamos: Como vocês enxergam o “quintal” pantaneiro? Como observam os bichos que compõe o cenário? Quais árvores frutíferas vocês conhecem ou tem no seu quintal? E é no quintal de cada um que há um mundo que “tudo que não invento é falso”...

O menino e o rio

O corpo do rio prateia quando a lua se abre. Passarinhos do mato gostam de mim e de goiaba. Uma rã me benzeu com as mãos na água. Com fios de orvalho aranhas tecem a madrugada. Era o menino e os bichinhos, Era o menino e o sol, O menino e o rio, Era o menino e as árvores. Cresci brincando no chão, entre formigas, meu quintal é maior do que o mundo Por dentro de nossa casa passava um rio inventado. Tudo que não invento é falso. Era o menino e os bichinhos, Era o menino e o sol, O menino e o rio, Era o menino e as árvores... BARROS (Poema adaptado em canção para o Crianceiras, Márcio de Camillo, 2012, s/p).

A ação dessa poesia foi cantarmos juntos ao “Crianceiras” e as crianças, neste embalo confeccionaram variados bichinhos que podem ser vistos no Pantanal.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A quarta poesia foi CREME, no qual Manoel de Barros retrata uma cobra engolindo um bezerro, nos fazendo entender sutilmente como esse evento ocorre de maneira real nas fazendas onde moram:

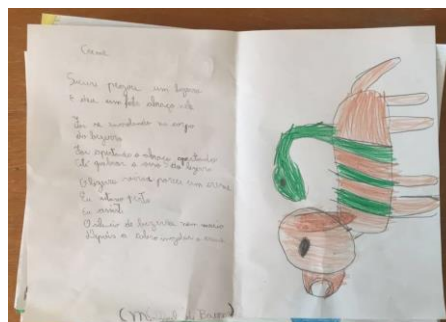
Creme

Sucuri pegou um bezerro. E deu um forte abraço nele. Foi se enrolando se enrolando no corpo do bezerro. Foi apertando o abraço apertando. Até quebrar todo osso do bezerro. O bezerro virou parece um creme. Eu estava perto. Eu assisti. O silêncio do bezerro nem mexia. Depois a cobra engoliu o creme. (BARROS, 2006, p.63).

Ao trabalhar a poesia “CREME”, fizemos a seguinte pergunta às crianças pantaneiras: vocês já viram uma cobra engolir um bezerro? Eles prontamente responderam: - sim, por aqui é normal acontecer ou já vi uma vez. Diante dessa resposta, propomos a eles que representassem a poesia por meio de desenho.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A quinta poesia foi MUNDO PEQUENO, nela re (inventamos) as velhas brincadeiras com latas (de tamanhos variados). Construimos: o pé de lata, o telefone, latas empilhadas que viraram pinos de boliches, entre outros.

Mundo Pequeno

O mundo meu é pequeno, Senhor. Tem um rio e um pouco de árvores. Nossa casa foi feita de costas para o rio. Formigas recortam roseiras da avó. Nos fundos do quintal há um menino e suas latas maravilhosas. Todas as coisas deste lugar já estão comprometidas com aves. Aqui, se o horizonte enrubesce um pouco, os besouros pensam que estão no incêndio. Quando o rio está começando um peixe, Ele me coisa Ele me rã Ele me árvore. De tarde um velho tocará sua flauta para inverter os ocasos. (BARROS, 2006, 175).

Nesta poesia Manoel de Barros faz do seu “Mundo Pequeno” um local de transformações, onde no “quintal” um menino faz peraltices com suas latas. E nesta ação re (criamos), re (inventamos) brincadeiras no deslumbrante quintal pantaneiro.





ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Por último, a poesia O MENINO QUE CARREGAVA ÁGUA NA PENEIRA, perguntamos: você sabia que é possível “criar peixe no bolso”? E, “carregar água na peneira”?

O menino que carregava água na peneira

Tenho um livro sobre águas e meninos. Gostei mais de um menino que carregava água na peneira. A mãe disse que carregar água na peneira era o mesmo que roubar um vento e sair correndo com ele para mostrar aos irmãos. A mãe disse que era o mesmo que catar espinhos na água. O mesmo que criar peixes no bolso. O menino era ligado em despropósitos. Quis montar os alicerces de uma casa sobre orvalhos. A mãe reparou que o menino gostava mais do vazio, do que do cheio. Com o tempo descobriu que escrever seria o mesmo que carregar água na peneira. No escrever o menino viu que era capaz de ser noviça, monge ou mendigo ao mesmo tempo. O menino aprendeu a usar as palavras. Viu que podia fazer peraltagens com as palavras. E começou a fazer peraltagens. Foi capaz de modificar a tarde botando uma chuva nela. O menino fazia prodígios. Até fez uma pedra dar flor. A mãe reparava o menino com ternura. A mãe falou: Meu filho você vai ser poeta! Você vai carregar água na peneira a vida toda. Você vai encher os vazios com as suas peraltagens, e algumas pessoas vão te amar por seus despropósitos! (BARROS, 2015, p.89).

Falamos sobre peixe nesta poesia, o que nos permitiu um diálogo sobre as espécies de peixes que encontramos na região do Pantanal, quais eram os mais comuns e quais às crianças já tinham visto de perto e, diante dessa conversa, a proposta da ação foi confeccionar peixes em dobraduras, com escamas e barbatanas. Acentuando a importância da preservação da natureza e uma reflexão sobre o porquê existe o período da piracema.





ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Como se viu, existe inúmeras possibilidades de trabalhar com as poesias e, as palavras do poeta Manoel de Barros nos permitiu alçar longos voos na criatividade, leitura cantada, interpretação textual, confecções de materiais (com coisas da natureza e reciclados), brincadeiras e foi possível inventar e re (inventar) a infância das crianças pantaneiras e tendo a certeza de que “meu quintal é maior que o mundo”.

Considerações finais

Quando começamos essa caminhada no Projeto de Extensão intitulado “Os despropósitos da poesia: criança e infância com Manoel de Barros” – da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CPAQ na Escola Polo Pantaneira Joaquim Alves Ribeiro, na Fazenda Taboco, na cidade de Aquidauana, estado de Mato Grosso do Sul não imaginávamos o quão seria gratificante ver o encantamento das crianças pantaneiras.

Presenciamos como foi intensa e agradável ver a mudança de comportamentos, o mais relevante, o modo de como a poesia é responsável por essa transformação, procurando a clareza que a Diversidade Cultural tem em inúmeros pormenores e contexto, e, neste caso por meio de Poesias.

Observamos que o poeta escolheu a infância como um lugar poético para dizer e contar sua vida. Em suas poesias há um linguajar despreocupado, onde ele brinca com as palavras reais ou imaginárias escrevendo sobre a infância. As poesias de Manoel de Barros nos faz perceber que quando nos permitimos, existe uma mudança em relação a infância, assim podemos entendê-la.

Consideramos, desse modo que a infância proporcionada pelas poesias do poeta é fonte de influência para a transformação conhecida pelo desenrolar do projeto. Acreditamos que toda transformação surge para o bem e, desse modo, trabalhar em uma escola localizada no Pantanal, foi importante, possibilitando elementos para que as crianças pantaneiras vivenciassem ainda mais as belezuras e encantamentos das poesias e músicas do poeta Manoel de Barros, bem como o dia a dia no Pantanal.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Referências

- BARROS, M. de. **Memórias inventadas: a infância.** São Paulo: Planeta, 2003.
- BARROS, M. de. **Memórias inventadas: a segunda infância.** São Paulo: Planeta, 2005.
- BARROS, M. de. **Memórias inventadas: a terceira infância.** São Paulo: Planeta, 2008.
- BARROS, Manoel de. Bordados de Antônia Zulma Diniz, Ângela, Marilu, Martha e Sália Dumont sobre desenhos de Demóstenes. **Exercícios de ser criança.** Rio de Janeiro: Salamandra, 1999.
- BARROS, Manoel de. **Livro sobre nada.** 8ed, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BARROS, M. de. **Gramática Expositiva do Chão: Poesia Quase Toda.** Rio de Janeiro: Civilização, 2010.
- BARROS, Manoel de. **Meu quintal é maior do que o mundo - Antologia.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- CARVALHO, Janete Magalhães. Potência do “olhar” e “da voz” não dogmática dos professores na produção dos territórios curriculares no cotidiano escolar do ensino fundamental. In: _____ (Org.). **Infância em territórios curriculares.** Petrópolis: DP et alii, 2012. p. 15-48.
- DELMONDES, Iraildes Sales dos Santos **A educação da criança de 0 a 3 anos: um olhar para a prática docente / Iraildes Sales dos Santos Delmondes; orientação Marta Regina Brostolin.**-- 2015. 173 f. (p.25). apud Sarmento
- ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA. FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. 2007. Disponível em: < <http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/html/v7n1a13.htm>>. Acesso em 15 de Out de 2019.
- KRAMER, Sonia. Infância, cultura e educação. In: PAIVA, A.; EVANGELISTA A.; PAULINO, G.; VERSIANI, C. **O jogo do livro infantil e juvenil.** Belo Horizonte: Ed. 18 de 18 Autêntica, 2000.
- KUHLMANN JUNIOR, Moisés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- MAIA, Janaina Nogueira. **Concepções de criança, infância e educação dos professores de Educação Infantil.** Campo Grande, 2012. 135 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS PANTANEIRAS: CONSTRUINDO NARRATIVAS, DESCOBRINDO CAMINHOS

Márcia Capellini³²

Introdução

Discorrer sobre a Educação Especial nas escolas pantaneiras sob a ótica dos Estudos Culturais, exige que as partes sejam apresentadas como interlocutoras. Portanto, que sejam bem-vindas a DIFERENÇA e a ESCOLA PANTANEIRA. Como a escola é parte integrante da educação e o recorte da diferença será na educação especial, iniciemos então com algumas informações e os autores que trarão suas contribuições.

Embora a área de conhecimento denominada Estudos Culturais ainda trilhe caminhos desconhecidos e a serem desbravados, sua natureza interdisciplinar permite entrelaçar produções intelectuais sob pontos de vista de campos distintos sem descaracterizá-los. Suas pesquisas divergem dos valores e significados gerados pela sociedade capitalista, o que não poderia ser diferente considerando que a sociedade é de base capitalista. Ou poderia não ser desigual?

Segundo Cevasco (2003) as origens dos Estudos Culturais estão nas publicações das obras “A fabricação da classe trabalhadora inglesa” de Edward P. Thompson (1963), “Cultura e Sociedade” de Raymond Williams (1958) e “Os usos da cultura” de Richard Hoggart (1957) por romperem com a tradição em como se estudar os fenômenos culturais.

Isto se deve ao fato de que cultura, por ser um termo polissêmico, permite inúmeras interpretações. Para Thompson (1998) a cultura é dinâmica, uma rede de relações, um emaranhado que reúne muitas atividades. Ribeiro (2016) mostra que Williams conceitua a

³² Graduada em Pedagogia, Especialista em Educação Especial e Inclusiva e Educação Especial-Deficiência Intelectual, pós-graduanda em Neuropsicopedagogia e mestranda do PPGCULT (Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Aquidauana.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



cultura como um modo de vida articuladas com práticas, sentimentos e pensamentos e, por causa disso, busca superar a separação entre cultura e sociedade.

Nesse quadro de pluralidade é que se pretende promover uma interlocução entre essas áreas distintas. Certamente essa interlocução já exista, porém o desafio é refletir se a fronteira que as une ou as desune estão visíveis, invisíveis ou ambas.

Considera-se aqui fronteira como um espaço de encontro entre culturas distintas onde há uma espécie de intersecção entre conceitos, ideias e valores que se entrecruzam gerando não apenas conflitos, como também zonas de contato que se transformam em novas formas de interação e convivência, afinal trata-se de uma construção humana. Então, nessa perspectiva

a fronteira é, a um só tempo, área de separação e aproximação, linha de barreira e espaço polarizador. É, sobretudo, um espaço de tensões, de coexistência das diferenças e do estabelecimento de novas realidades socioculturais [...] (Castello, 1995, p. 18, *apud* Raddatz, 2004, p.4).

Não são espaços físicos, geográficos e sim uma representação resultante da construção de uma identidade a partir da diferença sob o ponto de vista de quem a elaborou. E então? São espaços visíveis ou invisíveis? Se existe uma resposta, certamente os interlocutores também a buscam. Portanto, reportemo-nos a eles: **Diferença e Educação Especial nas escolas pantaneiras.**

Considerando a dimensão dos debates e a ampla divulgação de materiais publicados sobre a inclusão, principalmente a partir dos anos 90, torna-se um tanto quanto inexequível falar em **Educação Especial** sem se reportar ao conceito que, em geral, é utilizado para referir-se a duas características ou aspectos da educação como se seus significados fossem exatamente iguais: educação inclusiva e educação especial.

Educação inclusiva é aquela voltada para todos, independente de suas diferenças no que refere a questões de gênero, raça, religião, classe social, características físicas, graus de instrução, deficiências ou cultura. Busca igualdade de oportunidades e estratégias diferentes para que seja possível a cada um desenvolver seu potencial. Mendes (2017), afirma que a ideia



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



de que a educação inclusiva destina-se a estudantes com necessidades educacionais especiais (estudantes com deficiência), popularizou-se a partir da Declaração de Salamanca em 1994 por adotar como princípio que as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, incluindo as deficientes.

A amplitude da inclusão envolve totalidade, o que nos conduz a uma utopia se considerarmos a quantidade de diferenças existentes. Ainda assim, a literatura continua buscando caminhos através de um discurso que admite a diferença sem valorizá-la através de práticas que implicitamente acabam por buscar uma conversão para a igualdade. Então, a igualdade de oportunidades como princípio da inclusão apresenta-se como colocar todos em igualdade de valores, comportamentos, crenças e princípios.

Glat (2007) ilustra o quadro que se apresenta ao defender que

a Educação Inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem (Glat, 2007, p.16).

Enquanto a Educação Inclusiva discursa para todas as diferenças, inclusive a deficiência, a Educação Especial se responsabiliza apenas pelas deficiências e, ainda assim uma pluralidade de características. Uma especialidade dentro de uma regularidade, uma especificidade no interior do que é comum. Entretanto, as políticas públicas a definem como

uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (MEC, 2010, p. 21).

Traremos para nossa discussão a diferença colocada no sujeito com deficiência e como a escola pantaneira trabalha com isso, como não desconsiderar as diferenças ainda com todas



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



as especificidades do currículo, do calendário, das características da estrutura arquitetônica que depende dos proprietários rurais, o ciclo das águas, a rotatividade dos alunos e outros aspectos.

Ouso utilizar versos de uma composição de Fábio José de Melo Silva denominada “Contrários” porque falar sobre a diferença, sobre os marcadores que as evidenciam permite vastas discussões que não se esgotam. Isso não aconteceria se continuarmos exercitando reflexões utilizando como ferramentas de argumentação e de confrontos, os conceitos elaborados, difundidos e tidos como verdade oriundos da classe hegemônica.

Que o capitalismo e suas lógicas determinam padrões e valores, não é novidade. Que a ótica da mídia também segue os mesmos valores, também não é novidade e, por fim, que a academia com suas publicações científicas validadas e valorizadas como conhecimento de referência também caminha na mesma trajetória, também não é novidade. Então, se nisso não há novidade, quais razões justificam discutir as diferenças se estas são inerentes aos seres classificados como humanos?

Não há respostas, porém há desafios que nos conduzem a analisar o discurso do outro e verificar se nele encontram-se ainda que de maneira sutil ou implícita, as ferramentas da hegemonia como categoria de análise. Então aproprio-me desse discurso e o divulgo como algo diferente e inovador apenas por proferir palavras diferentes, rebuscadas, discursos formatados nas normas cultas mas que em sua essência significam a mesma coisa. Não é esse o caminho.

Então pensemos que

[...] o verso tem reverso
[...] o direito tem o avesso
[...] o de graça tem seu preço
[...] perto tem distâncias
[...] o esquerdo tem direito
[...] a resposta tem pergunta
[...] a vida tem contrários

Então se a vida tem contrários, os sujeitos também têm. Se substituirmos o termo “contrários” por “diferenças” talvez seja melhor compreender a provocação que aqui pretendemos para iniciar as discussões.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Quais as diferenças entre uma pessoa com deficiência e uma outra sem deficiência? A própria deficiência. Se além da deficiência, existem outras diferenças, então por que a deficiência é a diferença que se destaca? Porque ela foge do padrão da normalidade, porque ela se refere à uma minoria em comparação com os padrões estabelecidos. Isso não é novidade.

Então qual a motivação para falar dessa diferença? Talvez porque o que se sabe sobre essa minoria seja o que a mídia divulga, o que as publicações revelam, o que a legislação normatiza sobre os direitos e os atendimentos a eles oferecidos. A classificação médica traz algumas características de acordo com a avaliação realizada e o laudo diagnosticado. Porém, o que não se considera é que antes da deficiência o sujeito é alguém que tem um nome, uma preferência por determinados cheiros e sabores, sonhos, vontades, personalidade, ou seja, uma pessoa. Uma pessoa que tem valores, crenças e uma cultura. Não uma cultura do deficiente, mas uma cultura relacionada ao contexto no qual a pessoa está inserida, seu convívio. E nessa convivência é que ele se constitui como sujeito, aprendendo muitas coisas com os outros e ensinando também o que consegue fazer e o que necessita de ajuda para fazer, mesmo que temporário.

Cultura na discussão? Como assim?

Hall (1997) explica que a cultura sempre foi importante e é um dos elementos mais dinâmicos que interfere de forma significativa na constituição da subjetividade, afinal “nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente” (Hall, 1997, p.26). Também argumenta que ela não pode ser separada da economia, do poder político e social, além de ser reguladora por definir o que é ou não aceitável.

Godoy (2016) nos traz uma reflexão sobre isso em que

Cultura é processo coletivo que produz, no interior de um grupo social, interferências e condições para as mais diversas relações, inerentes ao convívio em sociedade, sendo, portanto, fruto de padrões e ações da vida dos sujeitos que dela fazem parte. É a partir da cultura que os seres humanos se diferenciam entre si. Ela interfere na vida das pessoas,



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



modifica a paisagem, a materialidade e a imaterialidade de um ou mais grupos sociais. E ainda capacita as relações humanas devido ao desenvolvimento das relações, em especial na produção e na realização de atos de comunicação (p.18)

Ou seja, não se trata apenas de costumes ou uma forma de se viver e sim de valores que se modificam e se organizam de forma a elaborar a subjetividade das pessoas e, também, da pessoa com deficiência, porque “a cultura cria a identidade da pessoa, além de legitimá-la, valorizá-la e lhe atribuir significados” (GODOY, 2016, p. 30).

Ao olhar para a pessoa com deficiência, é como se ela não tivesse cultura, como se o seu modo de vida não fizesse parte de sua maneira de enxergar o mundo. Quem é o outro? É o resultado de uma análise realizada com base em critérios da cultura dominante. Ou seja, o que sabemos do outro é através do que os outros disseram e, quando o nomeiam, ele é reduzido a um estereótipo perpetuado pela repetição.

Cabe aqui utilizar-se do termo denominado por Said (2003) de orientalismo para descrever um estilo de pensamento utilizado pelo ocidente para elaborar uma imagem dos orientais a partir da sua própria ótica de colonizador, de dominador que interfere na estrutura e exerce sua autoridade. O autor destaca que a cultura europeia ganhou não apenas força como também identidade porque se não fosse o Oriente, o que seria do Ocidente?

As produções a respeito do Oriente foram elaboradas sob o ponto de vista do Ocidente e, essa leitura se expande a ponto de tornar-se tão natural quanto verdadeira e, por causa disso, o orientalismo transforma-se em uma espécie de instituição autorizada a lidar com o Oriente segundo o autor que se explica pelo interesse não apenas lucro, bens materiais ou governo como também e, principalmente, poder intelectual.

Ele partiu do princípio de que

o interesse europeu e depois americano no Oriente era político segundo alguns dos óbvios relatos históricos que apresentei, mas que foi a **cultura** que criou esse interesse, que atuou dinamicamente junto com a lógica política, econômica e militar bruta para fazer do Oriente o lugar



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



variado e complicado que ele evidentemente era no campo de estudo que chamo de Orientalismo (SAID, 2003, p. 16 – grifo meu).

Esse conceito de orientalismo de Said inicia um diálogo para compreender a construção do estereótipo da deficiência, ou melhor, da pessoa com deficiência. O que se tem registrado sobre esse indivíduo diferente e com características que não se encaixam nos padrões da normalidade estabelecidos pelo “ocidente das pessoas sem deficiência”. Então seria uma analogia assim como uma espécie de “deficiencialismo”, uma elaboração feita por uma cultura das pessoas sem deficiência que fazem uma análise sob seu ponto de vista, buscando uma normalização como salvação ou solução para a questão das limitações impostas pelas deficiências, a partir de outras narrativas. E estariam eles em busca dessa salvação? Seria essa a sua luta?

Mas se tratando ainda de um futuro diálogo mais pormenorizado com Said, é que apenas comparar o orientalismo com um talvez deficiencialismo seria arriscar, permanecer no superficialismo. Os estudos desse importante crítico literário e cultural é pensar se as ferramentas por ele utilizadas não seriam também ocidentais? Quais foram os critérios de análise? Não estaria ele discursando sobre algo que criticou, que considerou limitado? E na questão da deficiência? As pessoas sem deficiência não seriam mais um Ocidente? Como a escola pantaneira enxerga esse deficiencialismo?

Conversar com os Estudos Culturais não significa ingressar por um caminho que mostre a verdade ou a solução, mas é um local de interlocução onde as culturas se encontram, se desorganizam, se reorganizam, se desestruturam, surgem conflitos e o mais importante: interações, encontro de diferentes, novas elaborações. Possibilidades de novas categorias de análise? Mais adequado buscá-las não apenas nos interlocutores, mas e, principalmente no conjunto de valores que define a perspectiva da pesquisa.

Se a deficiência não está ocupando amplo espaço nas mídias como as questões do negro, do índio, de gênero entre outras, pode ser porque se faça necessário conhecer esse outro a partir da sua cultura. O outro é aquele que não tem voz e quando fala não tem o tom da voz elevado, o som acaba ficando muito baixo, não há amplificação, não há volume o suficiente. É quem se



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



encontra fora dos padrões estabelecidos pela sociedade, pelo grupo que domina o capitalismo e acaba sendo considerada como alguém sem valor, que não produz, que não opina, que não tem importância.

Entretanto, os sujeitos estão sob condições materiais, sociais e históricas e como a sociedade vive em constante mudança, não há como analisar o sujeito em linearidade. A alteridade continua existindo mesmo que a academia contemple apenas autores por ela selecionados. Ela se estrutura independente das ferramentas dominantes para análise. Ela não desaparece mesmo que um certo intelectualismo procure apagá-la.

E, por fim, estas considerações não são conclusões e, sim apenas uma forma de iniciar um processo de desconstrução de conceitos porque sem isso esgotam-se as possibilidades de realizar uma pesquisa que não seja apenas mais uma a não explicitar os padrões dominantes sem se desligarem deles.

E a Escola Pantaneira?

A questão principal que norteará a pesquisa será: Como a Escola Pantaneira trabalha com as diferenças? Quais são suas estratégias de trabalho ao se deparar com a diferença? Considerando as suas características e especificidades, observando a estrutura, o calendário, a carga horária, a rotatividade de alunos considerando que os pais muitas vezes não permanecem por muito tempo numa mesma fazenda, o difícil acesso para muitos; enfim, além disso, ainda trabalhar na perspectiva da educação inclusiva acolhendo as diferenças.

Sobre a metodologia da escola pantaneira, Leite (2014) afirma que:

A ideia básica da metodologia educacional do projeto pode ser simbolizada com uma única palavra: integração. Integração dos conteúdos curriculares, integração da equipe escolar com os alunos, integração das atividades curriculares com as extracurriculares, e por aí afora. No dia a dia, um preceito deveria ser dogmático: partir sempre do conhecido para o desconhecido. Isso pode ser dito de várias formas, mas no fundo a ideia é bem simples: á respeitar e valorizar o conhecimento já trazido pelo aluno, a partir dele, construir novos conhecimentos, habilidades, competências, valores e atitudes [...] (p.159)



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Como estão sendo atendidos os alunos que fazem parte da educação especial? Os professores recebem ou receberam alguma orientação? Buscam atendê-lo de maneira que tenha igualdade de oportunidades? Tais estudantes têm profissional de apoio? Quem avalia? Como são feitas adaptações? São mesmo realizadas? E os pais? Quais expectativas em relação ao processo de aprendizagem dos filhos? Como avaliam a escola? São parceiros? Colaboram? Acompanham?

São muitas as perguntas e, mais ainda as respostas. Que escola pantaneira não deva ter uma estrutura que atenda às necessidades de TODOS os alunos, não seria interessante escrever sobre o óbvio. Reproduzir um discurso sem apresentar possíveis soluções, também seria falar do óbvio. Dessa forma, qual propósito da pesquisa? Qual importância em se discutir questões cujas respostas não necessitam de foco ou de evidências. O diferencial será observar como estão sendo realizados esses atendimentos, construindo narrativas com os discursos desses sujeitos e então, elaborar algumas orientações que possam, no mínimo indicar alternativas de trabalho.

Temos a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e muitas outras normatizações que mostram elementos necessários para atender os alunos público-alvo da Educação Especial, porém acabam que em nada tem contribuído para o trabalho do professor. Seria por questões de recursos humanos? Financeiros? Políticos? Enfim, não discutiremos tais aspectos da educação brasileira porque além de não haver mérito nisso, não se constitui foco da pesquisa e não seria possível deixar uma contribuição. Então, poderia ser APENAS mais uma pesquisa.

Quando visitamos a literatura que trata da prática pedagógica para alunos com deficiência, deparamo-nos com registros que mais buscam oferecer uma espécie de receita que pode ser utilizada com todos os alunos de forma igual. Mesmo nas deficiências, ou melhor, em cada deficiência existem as particularidades. Citaremos alguns exemplos.

São publicados livros ou manuais com os seguintes títulos: “Como alfabetizar autistas”, “A síndrome de down e a alfabetização” e, ainda, “Matemática para deficientes mentais”. Cursos de extensão e aperfeiçoamento não fogem à regra. Muitos especialistas no assunto, ainda



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



insistem em tratar a educação dos estudantes com deficiência como se todos fossem iguais. Será que todos os autistas serão ou são alfabetizados da mesma forma? Um recurso utilizado para contribuir no processo de aprendizagem de um determinado aluno com deficiência pode não ser adequado para um outro aluno com a mesma deficiência. Cada pessoa tem o seu estilo de aprendizagem, independente de ter ou não deficiência porque antes de ser uma pessoa deficiente, precisamos enxergar alguém que tem suas preferências, seus gostos, seu caráter e sua personalidade, com direitos a escolhas quando possível, com direito a opiniões e ações. A especificidade, a limitação imposta pela deficiência vem em segundo lugar. A diferença dessa pessoa não pode ser generalizada.

Quanto à metodologia também encontramos situação semelhante: “Painel para ensinar matemática aos deficientes intelectuais”, sendo que um material pode e deve ser utilizado não apenas por alunos com deficiência, mas para os sem deficiência também.

Neste sentido é que, com pano de fundo dos Estudos Culturais, pretende-se discutir os atendimentos para posteriormente deixar a contribuição. Então retorna-se à questão inicial: interlocução entre Estudos Culturais e Educação Especial: que espaço é esse? É possível enxergar fronteiras e desconstruí-las? É possível construir espaços? A resposta é o desafio.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana (org). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. RJ: 7Letras, 2007. (Questões atuais em educação especial; VI)

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: THOMPSON, Kenneth (org). **Mídia e regulamentação cultural**. Londres, Thousand Oaks, Nova Deli: A Universidade Aberta; SAGE Publications, 1997.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



LEITE, Francisco C. T. Escola Pantaneira: um relato de experiência. In: FERREIRA, Franchys M. N. S; BUENO, Helen P. V; BECK, Marta C. (orgs). **Pantanal: Pesquisas educacionais em destaque**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2014.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”**: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar IN VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins (orgs). Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas. RJ: Brasil Multicultural, 2017.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. **Identidade cultural e comunicação de fronteira**. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&as_vis=1&q=Identidade+cultural+e+comunica%C3%A7%C3%A3o+de+fronteira1+Vera+Lucia+Spacil+Raddatz2&btnG=

RIBEIRO, Adélia Miglievich. **Os “estudos culturais” como perspectiva teórica segundo Raymond Williams**: os alicerces de um movimento intelectual. Disponível em: https://www.academia.edu/30389327/Os_Estudos_Culturais_como_perspectiva_te%C3%B3rica_segundo_Raymond_Williams_os_alicerces_de_um_movimento_intelectual

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A HISTÓRIA DA PRODUÇÃO DE UM TEXTO EM LÍNGUA TERENA

Onilda Sanches Nincao³³

Este trabalho tem como objetivo apresentar a história e as condições de produção de um texto em língua Terena produzido durante pesquisa com professores indígenas (Nincao, 2008) a partir da realização de oficinas de produção de textos em língua Terena que se constituíram no corpus da pesquisa. A pesquisa foi realizada com professores Terena, egressos de um curso superior denominado Curso Normal Superior Indígena, implantado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no ano de 2001. Motivados pela ausência de textos escritos em sua língua tradicional que pudessem vir a compor materiais didáticos de apoio para o desenvolvimento de atividades didáticas em suas escolas, esse grupo de professores se propôs a elaborar, coletivamente, textos em língua Terena durante oficinas realizadas como parte de sua formação continuada.

Os Terena, subgrupo da etnia Guaná, pertencem à família linguística Aruak e estão sediados principalmente no Estado de Mato Grosso do Sul. Com uma população de cerca de 28.845 habitantes (IBGE, 2010), esse grupo étnico está distribuído, no estado, em aproximadamente 25 aldeias, ocupando áreas descontínuas localizadas nos municípios de Anastácio, Aquidauana, Miranda, Dois Irmãos do Buriti, Nioaque, Sidrolândia, Campo Grande, Rochedo e Dourados. Alguns Terena encontram-se também instalados nos municípios de Avaí e Braúna, no Estado de São Paulo. Recentemente, um grupo se estabeleceu em Rondonópolis e na região próxima ao Parque Indígena do Xingu, Estado de Mato Grosso.

Para a produção do primeiro texto foi realizada uma discussão com os professores Terena sobre a importância da elaboração de material didático em língua indígena sendo necessário para isso a existência de produção textual que viesse a servir de base para tais materiais

³³ Doutora pelo Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP (Área de concentração: Educação Bilíngue) Docente do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFMS/CPAQ e Mestrado Profissional em Letras UFMS/CPTL. Apoio FUNDECT/MS.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



didáticos. Após discussão sobre questões mais amplas envolvendo principalmente o papel da língua Terena na escola, foi dado início ao processo de produção de textos nessa língua.

Perguntados sobre que gênero ou que tipo de texto gostariam de focalizar, inicialmente, a escolha recaiu sobre textos narrativos, tendo sido sugerido pelo Prof. Eliseu³⁴ (no que foi ratificado no grupo) que o primeiro texto produzido versaria sobre a história do tuiuiú que quase engoliu um sapo. Essa história narra um evento presenciado por um índio, no qual um tuiuiú, ave símbolo do Pantanal sul-mato-grossense abocanha um sapo com o intuito de engoli-lo. A partir do uso estratégico de seu próprio corpo (as pernas não passariam pelo pescoço estreito do tuiuiú), o sapo consegue fazer o tuiuiú desistir de seu objetivo.

A seguir apresento discussões realizadas a respeito da escolha do tema tendo em vista que toda prática discursiva revela processos de construção identitária (MAHER, 1996, 1998; HALL, 2001).

“O Tuiuiú e o Sapo”/“Kóho Yoko Hovôvo”: Os Terena e a sociedade nacional

Após a história ter sido contada, o Prof. Genésio³⁵ interpretou-a, fazendo uso de uma analogia: o tuiuiú simbolizaria a sociedade nacional e o sapo, os Terena. Para ele, assim como para os demais professores, a história mostra a dominação a que os Terena estão sujeitos: a sociedade nacional está sempre tentando destruir os índios, portanto esses têm que elaborar estratégias de resistência, assim como o sapinho fez na boca do tuiuiú:

É importante observar que a história do “Tuiuiú e o Sapo” não faz parte do rol de mitos dos Terena, mas é uma criação intercultural dos professores como intelectuais (GIROUX, 1997) inseridos na pós-modernidade. Quando foi sugerido, na primeira oficina por um dos professores, que se contasse a história do “Tuiuiú e o Sapo”, eu havia entendido que a história circulava na comunidade. Porém, durante a elaboração do texto fiquei sabendo que ela foi construída a partir de uma viagem que o Prof. Genésio fez à Costa Rica para participar de um

³⁴ Prof. Eliseu foi quem sugeriu o tema.

³⁵ Prof. Genésio, ancião e professor da aldeia Cachoeirinha, teve importante papel nas discussões relacionadas ao tema do texto.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



encontro de povos indígenas. Lá, esse professor viu um desenho de um pássaro tentando engolir um sapo em uma camiseta e trouxe a idéia para cá. O trecho abaixo esclarece a gênese cultural dessa história entre eles:

Genésio: Sobre o fundo dessa história, isso aí retrata o poder. Esse gigante, a idéia dele é a questão da manipulação, do poder sobre os pequenos, desprotegidos, pobres, sem condições. E o gigante representa o poder político. Então, por isso que o Eliseu lembrou disso, porque ele estava pensando nessa questão da dominação, do controle político. E, na verdade, ele estava dizendo sobre a manipulação da política, trazendo o sapo como a população indígena. Essa é a idéia dele.

Conforme explicitado pelo Prof. Genésio, a questão das relações de poder é crucial para os Terena. Entretanto, diferentemente do que se pensa, essa relação assimétrica não é vista por eles como uma ameaça à existência dos Terena. No trecho a seguir, ele afirma:

Genésio - É. Então, a dominação política que tenta acabar indiretamente com a cultura, a população, povo tudo isso. Mas que na verdade essa idéia de acabar, extinguir o índio é uma coisa impossível de ser concretizada. Por exemplo, fala-se que o índio seria extinto, em pouco tempo desapareceria, só que isso não vai acontecer porque lembrando daquele desenho quando o gigante já começa engolir, só que ele não tem condição de controlar totalmente porque a mão do sapo ficou por fora, ficou mexendo e naquele apuro, por exemplo, a população indígena quando passa por essa dificuldade, então naquele apuro, ele lá sendo engolido na boca do tuiuiú, então, de repente ele encontra alguma coisa que é o pescoço do gigante. Então, ele segura nesse pescoço, e aí quem que sai mal, é o dominador que sai mal nessa história, dominador não ...

Jaime: Não consegue.

Genésio: ... vai conseguir, essa é mais ou menos a idéia do Eliseu, falando da questão política.

Vê-se, assim, que enquanto os Terena são vistos como não sendo mais índios, como um povo que já “perdeu sua cultura”, como “aculturados”, para eles, está muito claro que é impossível acontecer isso (“na verdade é uma coisa impossível de ser concretizada, essa idéia de acabar, extinguir o índio”). Por essa razão, estabelecem estratégias de interação com a sociedade brasileira sem medo de “serem engolidos”.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Cabe perguntar de onde vem a certeza dos Terena de que é impossível destruí-los? “Daí quem que saiu mal, é o dominador que sai mal nessa história, dominador não vai conseguir”.

A resposta está em outro trecho quando ao finalizar a redação do texto em português *discutiam uma interpretação a ser colocada do final, como uma moral:*

Jaime: Moral da história: o tuiuí representa o quê? A sociedade dominante, e o sapo a sociedade Terena.

Genésio: Hum, hum.

Jaime: É ganância. Alguma coisa assim. É política social. Moral da história. Qual que é a moral da história, Genésio?

Genésio: É, mas os Terena estão falando que não acreditam na derrota, não acreditam serem vencidos, continua crendo na sua capacidade de sobreviver, de lutar.

Onilda: Então, como é seu Genésio, os Terena continuam...? Genésio: Acreditando na sua capacidade de vencer.

Nesse sentido, nas discussões feitas pelos professores Terena sobre sua relação com a sociedade nacional expressa no texto do Tuiuí e o Sapo/Kóho Yoko Hovôvo foi também possível constatar um novo processo de construção identitária de “nação” (HALL, 2001:51). Essa construção discursiva é visível através das palavras acima do Prof. Genésio. Assim, ressalto que a escolha da história do Tuiuí e o Sapo não ocorreu, simplesmente, com o objetivo de reproduzir/grafar uma história da oralidade (um mito) na modalidade escrita, mas para argumentar sobre sua situação política. Diferentemente do que representações correntes sobre o impacto da escrita entre os povos indígenas prescreve(ra)m, a escrita não foi tomada nestes dados, como uma imposição da sociedade ocidental, mas como uma arma contra a sociedade ocidental. Uma arma para conscientizar o próprio povo de suas perspectivas e potencialidades.

Tal uso foi constatado em um evento ocorrido no Acampamento Mãe Terra, contíguo à aldeia Cachoeirinha. O fato ocorreu no final do ano de 2005, após um longo processo da demarcação de uma área contígua à Reserva Indígena Cachoeirinha, os Terena dessa Reserva estenderam seu domínio para essa área que foi denominada de “Acampamento Mãe Terra”. Nela, mais de 200 indígenas construíram seus barracos e iniciaram seu uso. Em janeiro de 2006,



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



já havia um processo litigioso com o fazendeiro local que os acusava de terem “invadido” suas terras. Durante a realização das últimas oficinas (entre os dias 10 a 13 de janeiro de 2006), fui convidada (no dia 12) por um professor egresso do Curso Normal Superior Indígena (Prof. Sebastião) a me deslocar para a área do acampamento para falar sobre educação. Ali diante de um grande número de pessoas, duas cenas chamaram a minha atenção como símbolo da etnicidade Terena e de seu processo de resistência: a apresentação da Dança do Bate-Pau e a leitura na língua Terena do texto o “Kohó Yoko Hovôvo” pelo diretor da Escola, Prof. Edílson. Após a leitura, ele fez uma explicação, em língua Terena, sobre o texto explicitando aos “acampados” a relação dominado/dominador e a necessidade de resistirem no acampamento, já que havia uma ordem de despejo prevista para a semana seguinte. Esse evento de letramento em LI foi muito surpreendente para mim porque imaginava o texto “preso” ao contexto escolar onde foi produzido! Mas ele aparece ali, no Acampamento Mãe Terra, vivo, em uma situação real e significativa, embora aquelas pessoas não fossem alfabetizadas em língua Terena.

A esse respeito, Levy-Strauss (1986: 290-301) discute o papel da escrita para a humanidade, classificando-o mais como sociológico do que intelectual, a partir de um fato acontecido entre os Nambikwara³⁶. O valor da escrita para esse povo indígena emergiu, não como fruto de aprendizagem de uma técnica “neutra”, de alfabetização, mas em sua força simbólica, na medida em que o chefe Nambikwara, mesmo sem o conhecimento necessário para utilizar a escrita, percebeu que poderia usá-la como fonte de prestígio e autoridade.

Considerações Finais

Como sujeitos pós-modernos, contextualizados na sociedade globalizada, a escrita cumpre para os Terena, nesse momento, um papel simbólico e político e não mnemônico, pedagógico, tecnológico. Seu uso é feito muito mais para fazer frente à dominação a que estão sujeitos do que por uma necessidade cultural, do ponto de vista de que a escrita alfabética, técnica possa lhes acrescentar alguma coisa, nesse momento. A escrita aqui institucionalmente alavancada não foi usada para grafar mitos, mas talvez para gerar “mitos” contemporâneos,

³⁶ Povo indígena do estado do Mato Grosso com quem conviveu o auto



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



para produzir novas identidades também pelo discurso escrito. Como nos ensinou Street, é preciso compreender “as formas criativas e originais nas quais as pessoas transformam o letramento para seus próprios objetivos e interesses culturais” (STREET, 1993:1).

Os resultados mostraram que entre as condições de produção do texto que focalizou a relação entre a sociedade brasileira e os Terena, destaca-se o contexto ideológico e político como sendo anterior às questões propriamente linguísticas. Nesse sentido, chamo a atenção para a forma como os Terena se apropriaram de um momento pedagógico de construção de um texto em sua língua para argumentarem sobre suas formas próprias de resistência e sentimento de invencibilidade.

Referências

GIROUX, H. A. **Os Professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HALL, S. A. **Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaraciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A (5a ed.), 2001.

LEVI-STRAUSS, C. (1986) “Lição de Escrita”. In: **Tristes Trópicos**. Lisboa, edições 70, 1986, pp.290-301.

MAHER, T. M. **Ser professor sendo Índio: questões de língua(gem) e identidade**. Campinas: Unicamp. Tese de Doutorado, 1996.

_____. (1998) “Sendo Índio em Português...”. In: Signorini, I. (org.). **Língua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/FAEP-Unicamp, pp. 115-138.

NINCAO, O.S. **Kóho Yoko Hovôvo/O Tuiuí e o Sapo”**: identidade, biletamento e política linguística na formação continuada de professores Terena. 2008. 236f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

STREET, B. V.(org.). **Cross-Cultural Approaches to Literacy**. Cambridge: Cambridge: University Press, 1993.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



RACISMO E ALIENAÇÃO: UM DIÁLOGO ENTRE DJONGA E FRANTZ FANON

Rogério Leão Ferreira (UFMS-CPAQ)³⁷

Fábio da Silva Sousa (UFMS- CPNA)³⁸

Este texto almeja discutir o racismo/alienação tanto no âmbito das expressões culturais como na perspectiva da construção do conhecimento e dos saberes. Saberes esses tantas vezes reprimidos por uma estrutura colonizadora, eurocêntrica e imperialista, que de certo modo buscou sempre legitimar a hegemonia branca numa sociedade construída pela pluralidade, mas nunca em prol desta. Nesse sentido, a Expressão Negra se viu forçada a sucumbir cada vez mais ao “embranquecimento” e as “Máscaras” não eram outras senão um modo de ser aceito, um meio de sobrevivência, numa estrutura que exclui e assassina tanto estéticas que incomodam quanto modos de existência que não se enquadram aos padrões universalizantes.

Por outro lado, houve sempre a resistência. Uma resistência que de modo algum se separa da vida e da própria existência do povo preto. Da cultura da oralidade às expressões culturais e religiosas, “pretos e pretas fazem da arte a sua trincheira”. Ou seja, o Samba, o Funk, o Rap, o Jazz e tantos outros estilos cumprem uma função maior que a meramente estética, ainda que seja essa inquestionável: e, além disso, propagam a vida, a existência e o grito daqueles que nunca puderam ser ouvidos.

Reporta-se esta pesquisa as fundamentações embasadas pelo teórico martinicano Frantz Fanon em seu clássico intitulado “Pele negra, máscaras brancas”. Vale ressaltar aqui o eco da voz de Fanon (2008, p. 25-26)

A explosão não vai acontecer hoje. Ainda é muito cedo... ou tarde demais.
Não venho armado de verdades decisivas. Minha consciência não é dotada de

³⁷Graduado em Letras-Inglês pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS - Campus de Aquidauana). E-mail: rogerioleao86@gmail.com. O texto em destaque faz parte da dissertação que está em desenvolvimento.

³⁸ Doutor em História pela UNESP - Professor Adjunto do Curso de História do Campus Nova Andradina da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: fabiosilvasousa@hotmail.com



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



fulgurâncias essenciais. Entretanto, com toda a serenidade, penso que é bom que certas coisas sejam ditas. Essas coisas, vou dizê-las, não gritá-las. Pois há muito tempo que o grito não faz mais parte de minha vida. Faz tanto tempo... Por que escrever esta obra? Ninguém a solicitou. E muito menos aqueles a quem ela se destina. E então? Então, calmamente, respondo que há imbecis demais neste mundo. E já que o digo, vou tentar prová-lo. Em direção a um novo humanismo... À compreensão dos homens... Nossos irmãos de cor... Creio em ti, Homem... O preconceito de raça... Compreender e amar... De todos os lados, sou assediado por dezenas e centenas de páginas que tentam impor-se a mim. Entretanto, uma só linha seria suficiente. Uma única resposta a dar e o problema do negro seria destituído de sua importância. Que quer o homem? Que quer o homem negro?

A pesquisa utiliza como objeto e fonte a inserção de recortes ilustrativos do videoclipe do rap “Hat-Trick” com destaque aos significados que advenham da simbologia e as letras de Djonga, ressalta-se sobretudo nesse bojo a importância da ideia que nos sinaliza Hall (2008, p.33) a respeito dos significados ao qual diz que “são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim. A diferença, sabemos, é essencial ao significado, e o significado é crucial a cultura”.

A cultura Hip Hop nos faz compreender aspectos políticos, sociais, pessoais etc., enfatizando a realidade “nua e crua” do povo pobre e negro colocado às margens da sociedade imposto pela cultura dominante como povo subalternizado, em situação de invisibilidade social, artístico e cultural.

Portanto, são sobretudo a partir do olhar cultural, da construção dos símbolos e do lirismo de Djonga que as algemas do preconceito e alienação se quebram. Em entrevista ao Portal eletrônico: Rap Mais³⁹, em 2019 o rapper deixa claro: “Acho que a cultura é para todo mundo, “ponto”, só que a cultura foi feita por pessoas específicas, e essas pessoas específicas que fizeram essa cultura acontecer, que sangraram para a cultura acontecer, tem que ser protagonista da parada... para comunicar com as pessoas, com quem vem da onde a gente vem, com a periferia e cumprir um papel social que o Rap tem.”

³⁹ Portal Rap Mais entrevista Djonga - Disponível em <https://portalrapmais.com/djonga-fala-sobre-brancos-no-rap/>. Acesso em: 01 ago. 2019



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Depreende-se dessa noção explicitada pelo rapper à importância do Rap para a cultura negra assim remete-se esse dizer de Djonga as referências do livro “Rap e política. Percepções da vida social brasileira”, de Camargos (2015, p. 18; 27) ao sinalizar

A importância dessa cultura/música para os debates em torno da sociedade contemporânea está, em termos gerais, no fato de que parte considerável dela constitui meios de expressão associados às classes populares e, sob seu prisma (de pessoas comuns, de trabalhadores) ganha corpo uma intrigante interface entre história, cultura, sociedade, protesto social e vida cotidiana [...] uma importante via para adentrarmos no terreno dos conflitos, das tensões e do poder que opera desigualmente na vida social, conduzindo-nos a repensar os processos sócio- históricos no Brasil atual (que, não raro é visto, com pessimismo pelos *rappers*) e as contradições que os cercam, mesmo quando a difusão do *rap* está associada, em alguma medida, à indústria cultural (particularmente a do entretenimento) e, por isso, seja tachado de alienante.

O objeto de pesquisa traz também nas entrelinhas a perspectiva a partir do olhar, agenciamento e engajamento do rapper com a missão de despertar o resgate as raízes e a autonomia de “seu povo” como se observa no rap Hat-Trick “[...] É pra nós ter autonomia/ Não compre corrente, abra um negócio/ Parece que eu tô tirando/ Mas na real tô te chamando pra ser sócio. Pensa bem/ Tirar seus irmãos da lama/ Sua coroa larga o trampo/ Ou tu vais ser mais um preto que passou a vida em branco [...]”

Frantz Fanon - um revolucionário

Ao compreendermos a leitura da obra de Frantz Fanon descobrimos que para deixar de ser alienado não é suficiente transformar minha visão de mundo do ponto de vista cognitivo intelectual, é preciso sair do estado de inércia, da zona de conforto e investido de autonomia engajar-se numa luta concreta e prática.

No prefácio do livro “Pele negra, máscaras brancas”, Lewis R. Gordon faz uma breve biografia do autor como se observa em Fanon (2008, p.11-12)

Fanon é mais conhecido como um revolucionário. Nascido na ilha da Martinica em 20 de julho de 1925, era um homem carismático de grande coragem e brilho, tendo lutado junto às forças de resistência no Norte da África e na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, ocasião em que foi por duas vezes condecorado por bravura. Após completar seus estudos em



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



psiquiatria e filosofia na França, dirigiu o Departamento de Psiquiatria do Hospital Blida-Joinville na Argélia (hoje renomeado como Hospital Frantz Fanon) e tornou-se membro da Frente de Libertação Nacional da Argélia, entrando, assim, na lista de cidadãos procurados pela polícia em todo o território francês. Todo o resto de sua vida foi dedicado a esta batalha, enfatizando sua importância na luta para transformar as vidas dos condenados pelas instituições coloniais e racistas do mundo moderno. Fanon morreu de pneumonia em 6 de dezembro de 1961 em Bethesda, estado de Maryland, nos Estados Unidos, enquanto buscava tratamento para sua leucemia.

Ao fazer uma paráfrase sobre sua clássica obra literária, Fanon (2008, p.13) nos diz que o livro “*Peau noire, masques blancs*” (*Pele negra, máscaras brancas*) foi impresso quando ele tinha vinte e sete anos de idade, mas a sua escrita ocorreu quando o autor tinha vinte e cinco, a princípio tinha como destino ser sua tese de doutorado em Psiquiatria porém fora recusada pelos membros da comissão julgadora que escolheram por preferir uma abordagem de um estudo mais “positivista” no ramo da psiquiatria, exigindo mais fundamentações físicas para a abordagem dos fenômenos ligados a Psicologia.

Fanon (2008, p.27) então não se arrepende da escrita de sua obra: *Pele negra, máscaras brancas* após obter o título de doutorado, como em suas reflexões na introdução do livro

Este livro deveria ter sido escrito há três anos... Mas então as verdades nos queimavam. Hoje elas podem ser ditas sem excitação. Essas verdades não precisam ser jogadas na cara dos homens. Elas não pretendem entusiasmar. Nós desconfiamos do entusiasmo. Cada vez que o entusiasmo aflorou em algum lugar, anunciou o fogo, a fome, a miséria... E também o desprezo pelo homem. O entusiasmo é, por excelência, a arma dos impotentes. Daqueles que esquentam o ferro para malhá-lo imediatamente. Nós pretendemos aquecer a carcaça do homem e deixá-lo livre. Talvez assim cheguemos a este resultado: o Homem mantendo o fogo por autocombustão. O Homem liberado do trampolim constituído pela resistência dos outros, ferindo na própria carne para encontrar um sentido para si.

Os pensamentos de Fanon (2008, p.12) influenciaram a política, a sociedade, a literatura, os estudos culturais e a filosofia tanto que hoje há centros, clínicas e hospitais que foram fundados ou postos em memória do autor. Frantz Fanon publicou também “*Os condenados da terra*”, de 1961 obra publicada postumamente e escrito durante um período de dez semanas, quando o autor já sofria de leucemia.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Denota-se no transcorrer da obra de Frantz Fanon o quanto a análise psíquica ou aquilo que se refira ao sistema de funcionamento mental do sujeito estava tão presente em seu modo de ver e interpretar a vida e a produção de significados, não por acaso remete-se as palavras de Faustino (2013, p.219) ao sinalizar que “Sob a influência da psiquiatria institucional, Fanon pensa a alienação, a enfermidade psíquica e o sofrimento psíquico na sua relação com o entorno social no qual está inserido o paciente”.

O autor descreve com precisão o impacto do racismo sobre o negro fazendo uma análise minuciosa e uma abordagem cirúrgica sobre as “patologias” que nascem da internalização do racismo pelos negros e os complexos de inferioridade e a decorrente fascinação pelo branco, como corrobora Fanon (2008, p.26) ao enunciar

Não sentiremos nenhuma piedade dos antigos governantes, dos antigos missionários. Para nós, aquele que adora o preto é tão “doente” quanto aquele que o execra. Inversamente, o negro que quer embranquecer a raça é tão infeliz quanto aquele que prega o ódio ao branco. Em termos absolutos, o negro não é mais amável do que o tcheco, na verdade trata-se de deixar o homem livre.

Assim, percebe-se na obra de Fanon que a alienação pela cor é provocada pelos efeitos da escravidão e do colonialismo a fim de conservar a exploração econômica da dominação colonial.

Que quer o homem negro? A zona do não ser

Para podermos compreender como é o processo de alienação do negro e do branco se faz necessário atermos ao modo de relação psíquica social desses sujeitos, portanto ao remeter essa ideia, o autor nos traz a problemática vivenciada pelo homem de cor. Fanon (2008, p.30) nos alerta que: “A civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial. Mostraremos, em outra parte, que aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco.” A indagação que persiste é: “Que quer o homem? Que quer o homem negro? Mesmo expondo-me ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem” (Fanon, 2008, p. 26).

Fanon se projeta em descobrir de que maneira o negro poderia chegar a ser um homem, já que por assim se proferir “[...] o negro não é um homem”. Existe uma zona do não-ser onde



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



se encontra o negro. O negro não é um homem porque é um homem negro, ou seja, foi estabelecido no interior de um universo a partir de uma série de “aberrações afetivas” que o definem primeiro a partir do exterior, mas que são introjetadas por ele. Do interior desse universo seria bom fazê-lo sair, por isso Fanon diz que sua intenção não é outra se não “libertar o homem de cor de si mesmo” (2008, p. 26).

Na canção “Atípico” Djonga explicita na letra do rap uma reflexão ao nos confrontar com a imagem que advém do branco, assim demonstra o seu estado de espírito ou a zona do não ser como podemos observar no trecho “Tão chato nas ideia que o racista me chama de macaco prego/ Ou eu que sou escuro demais ou esse mundo que é cego/ Contendo informações importantes então me chame de quadro negro/ Ela diz que me acha chave/ Fecho portas daquele passado negro.”⁴⁰

Nesse contexto Fanon (2008, p.33) sinaliza

O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial... E ninguém pensa em contestar que ela alimenta sua veia principal no coração das diversas teorias que fizeram do negro o meio do caminho no desenvolvimento do macaco até o homem. São evidências objetivas que dão conta da realidade.

Fanon explica também de forma muito clara em sua interpretação que há uma construção de paradigmas ou um “edifício dos complexos” onde existem anomalias ou anormalidades afetivas que fazem com que “O negro queira ser branco” e que “o branco busca apaixonadamente realizar uma condição de homem”. É dizer que, “(...) para o negro, há apenas um destino. E ele é branco” (2008, p. 28) porque a condição de humano está na existência do branco.

Conclui-se então que pra me humanizar eu preciso embranquecer e nesse aspecto vale frisar que de acordo com esse “mito” para tornar-me humano é preciso ser branco em todos os sentidos, de todas as maneiras seja na literatura, nos hábitos, na indumentária comportamental

⁴⁰ Álbum: O menino que queria ser Deus (Música: Atípico). Gênero: Hip-Hop/Rap. Gravadora: Ceia Ent. Lançamento: 13 de março de 2018.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



estilista, na linguagem de expressão, nas escolhas para uma entrevista de emprego, nas escolhas amorosas e afetivas para com meu próximo, etc.

FIGURA 1



Fonte: Djonga (videoclipe da canção: HatTrick) https://www.youtube.com/watch?v=trfuqjFx_XE

E é dessa forma que Djonga no videoclipe do rap “Hat Trick” explicita esse desejo do personagem. No contexto da encenação o jovem negro com o rosto pintado de branco sai às ruas bem vestido com destino ao trabalho ignorando o universo de pessoas negras que giram em torno dele, ao local determinado com um sorriso expressivo cumprimenta pessoas majoritariamente brancas, Djonga então surge por detrás do personagem acorrentado como escravo e pendurado no pescoço dele cantando o rap, a narrativa encerra-se com a libertação do personagem principal, livrando-se da máscara que usava.

FIGURA 2



Fonte: Djonga (videoclipe da canção: HatTrick) https://www.youtube.com/watch?v=trfuqjFx_XE



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Assim denota-se por meio da simbologia expressa no trabalho artístico do rapper uma relação de diálogo com o autor Frantz Fanon, pois ao se deparar com uma sociedade onde a regra de humanidade e civilidade é ser taxada como branca o rapper desconstrói essa prerrogativa e milita pela causa da desalienação do negro. Dessa maneira é possível observar que o tempo inteiro se eu não me portar como branco, eu não vou passar pelo “filtro” do enquadramento racial, não vou romper as barreiras que a sociedade impõe e toda vez que tento ser aceito como humano, eu me encontro diante da barreira da cor, desse modo depreende-se que muitas vezes usar a máscara branca é uma tática camuflada, um subterfúgio e uma estratégia de sobrevivência.

Complexos existenciais: narcisismo vs narcisismo

O autor leva em conta o entendimento do que seja a relação identitária do ser negro-branco que perpassa por um filtro de um “duplo narcisismo” que se manifesta como um aprisionamento, Fanon (2008, 0.27) assim expressa “O branco está fechado na sua brancura. O negro na sua negrura” e que gera nesse contexto um círculo altamente dependente e vicioso. Existem brancos que se consideram superiores aos negros e existem “(...) alguns negros querem, custe o que custar, demonstrar aos brancos a riqueza do seu pensamento, a potência respeitável do seu espírito” (2008, p. 27).

Este círculo movido como que um vício corresponde ao complexo de inferioridade do negro que tem como correlato natural o complexo de superioridade do branco. Fanon coloca a questão dessa maneira quando afirma: “A inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado”. (2008, p. 90).

O autor procura compreender primeiro a origem e o cerne deste complexo de inferioridade a partir de uma análise psicológica para depois pensar em como “libertar o homem negro de si mesmo”, ou seja, na desalienação do negro. Para Fanon (2008, p. 28), o complexo de inferioridade se deve a um processo duplo:

No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo: — inicialmente econômico; — em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade.

Na tese: Por que Fanon? Por que agora?": Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil, Deivison Mendes Faustino (2015, p.57) afirma que “essa *tomada de consciência* deve ser pautada por uma análise que ultrapasse a dimensão meramente econômica da dominação. O próprio marxismo, com o qual Fanon dialoga criticamente ao longo da sua produção, precisaria ser *estendido* para dar conta desse mundo”. Desse modo, Fanon (2010: 56) explicita

Quando se percebe na sua imediatez o contexto colonial, é patente de que aquilo que fragmenta o mundo é primeiro o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser ligeiramente estendidas, a cada vez que se aborda o problema colonial.

Dessa maneira, o que se percebe através da leitura é que esse complexo existencial é gerido e nutrido sobretudo pelo próprio “modus operandi” da escravidão em fazer internalizar ou interiorizar esse complexo sentimental de inferioridade até senti-lo na “epiderme”, portanto é a *epidermização* da racialização dos lugares e do status social que é modo definidor das oportunidades e barreiras vividas pelos indivíduos ao longo de sua vida. O racismo para Fanon é um processo pelo qual o grupo dominante lança mão para desarticular as possíveis resistências dos grupos dominados destruindo seus significados, suas referências e valores de vida.

Ao corroborar com essa noção, Stuart Hall (2014, p.87) diz que a “epidermização” seria “a inscrição da raça na pele” ora percebemos assim que essa introjeção chega ao ponto de que pelo esforço árduo mediante o processo de incorporação seja possível determinar a todos os envolvidos demonstrações do forjamento escravo como manifestações de expressões faciais e corporais como nos mostra Fanon (2008, p.67) ao proferir “o negro apavorado, trêmulo, humilhado diante do senhor branco”.

Essa imagem nos dá uma ideia da violência psíquica que representa a escravidão e o colonialismo como processo de destruição da identidade e como instrumento de alienação do ser humano, podemos observar o quanto o choque da violência do colonialismo imposto pelo



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



homem branco se manifesta em uma aniquilação e degradação do ser interior existencial dos negros exigindo-lhes que se ajustem e se adequem a seus valores sufocados e deformados.

É interessante fazer a alusão e releitura de como se dá o processo de alienação, pois em suma a violência e o racismo colonial ao negro e colonizado perpassa por um “arranjo persuasivo mental” engendrado pelo dominante colonizador ao impor a “causa e efeito” da opressão a própria inferioridade e fragilidade do escravo, nas entrelinhas a dominação do branco colonizador está vinculada a uma alienação cultural que acaba por retirar do colonizado sua vontade de resistir.

Os sinais do comportamento alienado dos sujeitos colonizados, se materializa com a sociedade colonial como um todo. Ao contextualizar, por exemplo, o relacionamento do homem negro com a mulher branca podemos verificar na letra de rap de Djonga que o MC procura citar e dialogar com o autor. Nesse sentido destaca-se aqui um recorte imagético dos personagens envolvidos ao qual o rapper faz menção.

FIGURA 3



Fonte: www.googleimagens.com TupacMadonna

A música de Rap: “1010” de Djonga, retrata sobre um relacionamento com uma mulher branca e é interessante notar o recorte que o rapper dá no final da música ao fazer a leitura da tradução da carta do rapper estadunidense Tupac Shakur à cantora Madonna, o qual dizia:



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Não sei se você consegue me entender, mas pra você, ser vista com um cara preto que nem eu não afeta em nada sua carreira no máximo vai fazer você parecer mais aberta mais aventureira pra mim, talvez eu vou tá decepcionando metade das pessoas que me colocaram aqui. A verdade é que eu nunca quis te machucar não sei se cê consegue me entender. 15 de janeiro de 1995 – Quatro e meia da manhã. De: Tupac - Para: Madonna. (Djonga. Rap: 1010. Álbum: O menino que queria ser Deus, 2018)

Esse momento traz um significado exemplificando todo o estigma da comunidade negra quando um homem alcança o sucesso e se envolve com alguém de pele clara. Essa faixa do álbum é mais importante do que parece à primeira vista, pois é um assunto corrente e um tabu a ser debatido e explorado.

Ora por meio do contexto do rap de Djonga e sua abordagem poética sobre essa escolha afetiva sexual podemos reportar as palavras poéticas no terceiro capítulo do livro “Pele Negra, máscaras brancas” intitulado “O homem de cor e a branca”, de Fanon (2008, p.69).

Da parte mais negra de minha alma, através da zona de meias-tintas, me vem este desejo repentino de ser *branco*. Não quero ser reconhecido como *negro*, e sim como *branco*. Ora — e nisto há um reconhecimento que Hegel não descreveu — quem pode proporcioná-lo, senão a branca? Amando-me ela me prova que sou digno de um amor branco. Sou amado como um branco. Sou um branco. Seu amor abre-me o ilustre corredor que conduz à plenitude... Esposo a cultura branca, a beleza branca, a brancura branca. Nestes seios brancos que minhas mãos onipresentes acariciam, é da civilização branca, da dignidade branca que me aproprio.

O autor esclarece que tem alguma coisa que iguala homens e mulheres mas sobretudo em relação a esse tema que é essa procura e busca pelo “outro” é mediada pelo racismo num lugar em que o branco (a) é tratado como sinônimo de humanidade, portanto esse negro vai tentar ser branco em todas as dimensões que puder e conseguir o exemplo intersexual é um deles, mas embora ele queira ou deseje ser branco, continua sendo visto como preto.

O negro e a linguagem

A fim de contextualizar a temática referente a alienação do negro pela linguagem vale destacar aqui a presença e contribuição do rapper em dois momentos que perpassa esse



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



processo, assim torna-se interessante atermos as formas de abordagem que o MC nos faz compreender nesse aspecto. Num primeiro momento o rapper nos remete a ideia do negro alienado com o uso de sua máscara branca e o desprezo e negação por sua cultura periférica ao se envolver e contactar com a linguagem branca e num segundo momento Djonga nos traz a ideia da inversão a desalienação do negro, ou seja, o próprio MC torna-se protagonista e antagonico ao demonstrar forte desapego a influência branca.

Recentemente a gravadora Pineapple Storm TV lançou um EP intitulado “Novos Deuses” o qual alguns videoclipes no canal YouTube podem ser assistidos, Djonga pela primeira vez em parceria com seus amigos Filipe Ret e Delacruz fazem uma turnê de viagem para a Europa em países como a Holanda (Amsterdã) e a Grécia (Atenas e Mykonos).

Em um dos raps da coletânea nomeada “Obstinado” o rapper faz-nos pensar e refletir sobre seu posicionamento diante da linguagem que o sustenta frente a seu povo periférico e o acesso ao sucesso de seu trabalho ao frisar:

Eu sou o dono da caneta que destrói impérios/ Tô queimando mais racista que Daenerys puta/ E minha única diferença pra esses cara branco/ Não é o tamanho da vitória, e sim o tamanho da luta/ Dos polícia eles conhece o distintivo nós conhece a bota/ Tem algum dermatologista aí pra me explicar? Por que que a pele negra é a pele morta? /Mãe, eu tô na Europa! / Boto comida na boca de dez família preta. Empreguei quem tava no crime, sei apaziguar treta/ Tô até hoje na minha área, ela não é perfeita/ E se eu sair, levo geral, porra, me respeita! (Djonga- EP Novos Deuses, 2019)

Podemos observar dois contrastes interessantes sobre alienação que o rapper nos permite fazer no âmbito local/global quanto ao tema: o negro e a linguagem.

O primeiro diz respeito ao personagem negro no videoclipe Hat Trick. No contexto da cena o homem negro usa sua “máscara branca” ao sair de sua área (periferia) se despe de sua cultura e linguagem periférica para se inserir ao contexto social branco acreditando que ao assumir e possuir tal linguagem padronizadora culta/formal lhe dá o crédito de tornar-se homem branco.

No aspecto global podemos mencionar a recente ida de Djonga a Europa, porém o rapper traz outra dimensão de significado ao subverter a noção de “alienado pela linguagem” ele ao sair da favela traz orgulho a sua mãe e aos seus ao contrariar a cultura hegemônica



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



eurocêntrica, ou seja, não se deixa seduzir pela alienação mas sim preserva sua própria cultura e raízes testificando sua originalidade negra.

Ao corroborar com essa noção, Fanon traz uma provocação nos alertando para o risco da sedução da cultura dominante e chama-nos a atenção ao dizer que no processo de alienação a linguagem tem um peso essencial pois significa “empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (2008, p. 33).

Nesse sentido, nas entrelinhas da obra do autor “o negro antilhano será tanto mais branco, isto é, se aproximará mais do homem verdadeiro, na medida em que adotar a língua francesa” (2008, p. 34). Desse modo, o colonizado se vê obrigado a deixar sua cultura e sua própria língua de lado para adotar a linguagem do senhor civilizador.

O autor descreve como jovens negros antilhanos ao emigrarem para a Europa e naquele contexto específico a França retornam da lá simbolicamente embranquecidos, transformados em franceses, dominando a sua língua e a sua cultura. O autor demonstra que o colonialismo não está baseado somente no poderio bélico e econômico das nações europeias, mas principalmente na diferença de raça. Segundo Fanon (2008, p.34).

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será.

Além da experiência da língua, há também uma mudança de personalidade que Fanon descreve do negro que conhece a metrópole e que se torna um “semideus”. O negro que já viveu na França quando retorna a sua terra volta radicalmente transformado. “Geneticamente falando, diríamos que seu fenótipo sofreu uma mutação definitiva, absoluta”, como se houvesse “realizado um ciclo”, como se houvesse “adicionado algo que lhe faltava”. Retornam, nos diz Fanon, “literalmente cheios de si” (2008, p. 35).

De qualquer maneira, para remover a couraça da servidão construída durante séculos e o “desvio existencial” imposto pela “civilização branca” e a cultura europeia, é necessário



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



começar a desalienar a relação estabelecida pelo colonialismo e a exploração, os valores e as construções culturais, humanas, que legam um mundo torcido. A desalienação é possível mediante a reestruturação do mundo.

Eu, homem de cor, só quero uma coisa: Que jamais o instrumento domine o homem. Que cesse para sempre a servidão do homem pelo homem. Ou seja, de mim por um outro. Que me seja permitido descobrir e querer bem ao homem, onde quer que ele se encontre. (FANON, 2008:190)

Nos pensamentos de Frantz Fanon, a sociedade colonial não pode ser pensada apenas como uma experiência econômica. Ele formata uma forma de sociedade singular, demonstra uma relação intrínseca entre escravidão moderna e capitalismo e como essa grande engrenagem cria subjetividades estruturadas pelo racismo. A acumulação primitiva de capital, para o salto do capitalismo comercial para o capitalismo industrial se deu pelos lucros oriundos dessa torpe exploração. A escravidão e o mundo colonial, responde pela divisão do mundo em primeiro, segundo e terceiro mundo.

Considerações parciais

Para Fanon, os comportamentos dos negros e colonizados são em suma o efeito de uma relação colonial cruel e desigual, desigualdade colonial essa que impõe e coloca o dominado em uma verdadeira situação física e psíquica neurótica que se traduz em opressão, insensibilidade, pavor e medo. A fim de escapar dessa situação, Fanon faz uma provocação ao sustentar que a solução não está em um discurso moral ou aquilo que se refira ao campo das ideias dessa forma não é suficiente eu afirmar que o colonialismo, o racismo e seus efeitos são ruins.

É necessária mobilização e ativismo como corrobora MV Bill no rap “O Preto em movimento”, ao sinalizar na letra da canção “Não sou o Movimento Negro, sou o Preto em movimento/ todos os lamentos (me fazem refletir) ... Seduzido pela paixão combativa/ busquei alternativa (E não posso mais fugir)/ Da militância sou refém/ quem conhece vem/ sabe que não tem vitória sem suor / se liga só, tem que ser duas vezes melhor...” ou mesmo quando Mano



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Brown corrobora no interlúdio no rap: A vida é um desafio: “Tem que acreditar. Desde cedo a mãe da gente fala assim: “Filho! Por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor”.

Desse modo se depreende nesse contexto que se requer uma operação muito mais profunda que tem para Fanon, uma relação com seu compromisso, sua militância de conhecimento e causa. Para ele, a desalienação passa pela militância.

Mas, como explica Fanon, as motivações para se desalienar são essencialmente diferentes se compararmos situações econômicas ou status social como, por exemplo, o negro doutor em medicina e o negro que trabalha na construção do porto. O primeiro está alienado porque “concebe a cultura europeia como um meio para se desligar de sua raça”, o outro está alienado porque é “vítima de um regime baseado na exploração de uma raça por outra, no desprezo de uma parte da humanidade por uma civilização tida por superior” (2008, p. 185).

A solução para que o negro escape de seu complexo de inferioridade é ativar sua mente e conscientizar seu inconsciente. A tomada de consciência é um primeiro passo que é fundamental e que significa muitas vezes para o negro deixar cair as máscaras que são as diferentes máscaras de imagens impostas pelo branco ou as máscaras da falsa imagem do branco que se dá o negro imitador. Deixar cair as máscaras e lutar.

Assim pude denotar através das leituras realizadas da obra do autor que o primeiro passo para a liberdade é admitir a escravidão o que me torna não completamente livre mas consciente da minha escravidão o que me dá o primeiro poder de libertação porque o indivíduo é completamente escravo quando ele não reconhece que o seja, que o é. Quando ele diz: eu sou escravo, a cabeça dele começa a se libertar. A verdade liberta mesmo que seja a verdade que constata.

O indivíduo ou o sujeito não é liberto apenas quando fica livre de, ele começa a ser liberto quando constata o quê, antes de ficar livre do processo de libertação é necessário ficar livre num processo de constatação, pois se o sujeito não se constatar escravo e nem identificar as variedades de escravidões que o dominam não há possibilidade nem por onde começar.

Na alienação não existe libertação, por isso deve se recorrer ao conhecimento, pois a liberdade pressupõe um conhecimento, portanto, um o auto- conhecimento de si mesmo de que eu sou escravo, a partir disso abre-se os olhos e vive-se a libertação como tal mas é preciso num



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



segundo passo eu reconhecer minha libertação da escravidão, não tenho mais dívida, alguém pagou minha alforria

Não levamos a ingenuidade até o ponto de acreditar que os apelos à razão ou ao respeito pelo homem possam mudar a realidade. Para o negro que trabalha nas carvoarias, plantações, construções, etc só há uma solução, a luta. E essa luta, ele a empreenderá e a conduzirá não após uma análise marxista ou idealista, mas porque, simplesmente, ele só poderá conceber sua existência através de um combate contra a exploração, a miséria e a fome (Fanon, 2008, p. 185 – 186).

A verdadeira desalienação do negro, como anuncia Fanon desde a introdução de *Pele negra, máscaras brancas*, “implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais” (Fanon, 2008, p. 28) por isso, não basta ao negro dizer que tem orgulho de ser negro. O autor entende que a negritude é um meio necessário para a emancipação do negro, mas não deve ser compreendida como um fim em si mesmo.

Para Fanon, a desalienação e a emancipação se dariam com a conquista da liberdade, uma conquista dura e violenta porque se a “liberdade lhes fosse dada, não haveria emancipação”. A conquista da liberdade não depende apenas de uma inversão de comportamentos identitários e psicológicos como, exemplo, ao afirmar a superioridade do negro sobre o branco.

Fanon o coloca da seguinte maneira: “Para nós, aquele que adora aos negros está tão ‘doente’ quanto àquele que o execra. Inversamente, o negro que quer embranquecer a raça é tão infeliz quanto aquele que prega o ódio ao branco.” (Fanon, 2008, p. 26). A única maneira de sair da dominação é destruir o sistema transformando suas bases, por isso, Fanon insiste, citando Marx, que “O problema não é mais conhecer o mundo, mas transformá-lo” (Fanon, 2008, p. 33).

Referências

CAMARGOS, Roberto. *Rap e política. Percepções da vida social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2015.

Djonga. Álbum: Heresia (O mundo é nosso). Gênero: Hip-Hop/Rap. Gravadora: Ceia Ent. Lançamento: 13 de março de 2017.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



_____ Álbum: O menino que queria ser Deus (Atípico; junho de 94; 1010). Gênero: Hip-Hop/Rap. Gravadora: Ceia Ent. Lançamento: 13 de março de 2018.

_____ Álbum: Ladrão (Hat-Trick). Gênero: Hip-Hop/Rap. Gravadora: Ceia Ent. Lançamento: 13 de março de 2019.

_____ EP: Novos Deuses (Obstinado; Deuses Ateus). Gênero: Hip-Hop/Rap. Gravadora: Pineapple Storm TV. Lançamento: julho de 2019.

FANON, Frantz. ***Pele negra, máscaras brancas***. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: http://kilombagem.org/wordpress/wpcontent/uploads/2015/07/Pele_negra_mascaras_branacas-Frantz-Fanon.pdf. Acesso em: 05 jun. 2019

FAUSTINO, Deivison Mendes. **Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon**. *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. "Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro"*. São Paulo, 10 a 13/09/2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v16_deivison_GI.pdf. Acesso em 10 ago. 2019

_____, Deivison Mendes. **"Por que Fanon? Por que agora?": Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil** / Deivison Mendes Faustino. – São Carlos: UFSCar, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HALL, Stuart; LAURET, Pierre. **La vie posthume de Frantz Fanon. Pourquoi Fanon? Pourquoi maintenant? Pourquoi *Peau noire, masques blancs*?** Réseau Canopé, *Cahiers Philosophiques*, n. 138, 2014, p. 85 – 102.

_____ **Da Diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Carta Maior. UFMG, 2008.

Portal Rap Mais entrevista Djonga - Disponível em <https://portalrapmais.com/djonga-fala-sobre-brancos-no-rap/> Acesso em: 01 ago. 2019



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



DAS EPISTEMOLOGIAS PANTANEIRAS: mulher tocando boiada e mulher coletando iscas

Taynana Martins de Moraes⁴¹

Juliana Cristina Ribeiro da Silva⁴²

Considerações iniciais

Para a iniciarmos um diálogo sobre o cenário pantaneiro, dentro da perspectiva do que se tem produzido nos Estudos Culturais e pós-coloniais, faz-se necessário recorrer ao território em sua natureza geográfica, ao formato geopolítico que traça linhas imaginárias que dividem estados e culturas em números e porcentagens. Dentre toda as perspectivas que abordaremos aqui, cujo eixo desenrola-se de maneira interdisciplinar, o Pantanal, visto como uma parte do território brasileiro, pode operar como uma linguagem auxiliar durante a apresentação dos sujeitos pantaneiros nesta pesquisa.

Primeiramente este território, apresenta-se tanto em sua proporção sul (Mato Grosso do Sul/MS), quanto norte (Mato Grosso/MT), conforme podemos verificar na figura 01. Ressalta-se que estamos falando de duas regiões que até a década de 1990 pertencia a uma só unidade federativa, Mato Grosso, ou seja, toda a memória dos distintos povos que habitavam as terras ao sul, foram vinculadas ao norte. Além disso, é preciso lembrar que este território também serviu como cenário de um dos conflitos mais conhecidos da história brasileira: a Guerra do Paraguai (1864-1870), marcada pelo massacre de povos de ambos os lados da fronteira e pela exclusão das mulheres das suas narrativas “oficiais”.

⁴¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mestranda em Estudos Culturais (UFMS/PPGCULT) Sul, integrante do Grupo de Pesquisa CADEF – Movimento Espacial pela Fronteira, taynara.moraes@ufms.br.

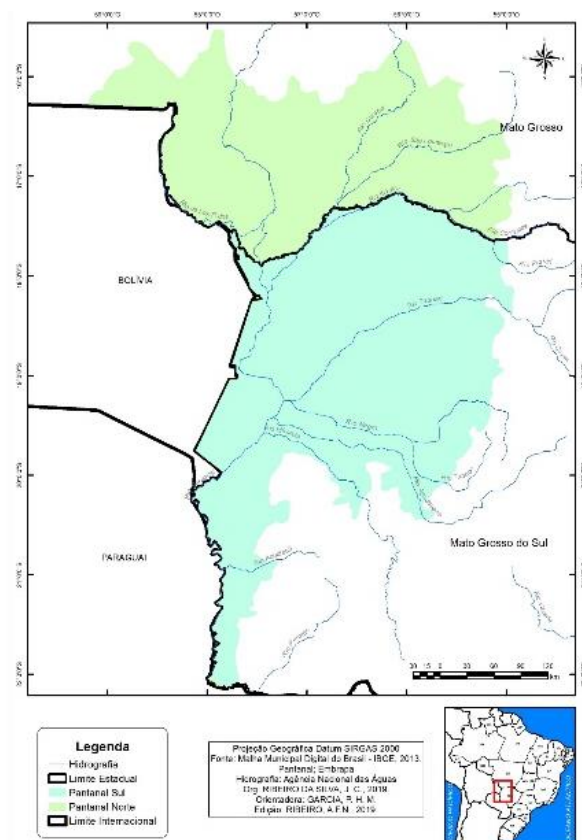
⁴² Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (MS), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (RO), Doutoranda em Ensino de Ciências pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (MS), membra do Grupo de Pesquisa LEA – Laboratório Multidisciplinar de Ensino e Aprendizagem, jujugeografando@gmail.com, Campo Grande, MS.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Figura 1- Mapa enfocando o Pantanal (Norte e Sul)



Fonte: elaborado pela autora

Silva e Abdon (1998) subdividem o pantanal em 11 sub-regiões, sendo elas: Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Paraguai, Paiaguás, Nhecolândia, Abobral, Aquidauana, Miranda, Nabileque e Porto Murtinho. Já a Embrapa⁴³, acrescenta a sub-região do Jacadigo. Ao falarmos de Pantanal, estamos falando de pantanais, suas sub-regiões, pois cada uma delas representa um Pantanal com suas peculiaridades. Além deste bioma se encontrar no MS e MT conforme

⁴³ Empresa brasileira de pesquisa agropecuária.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I

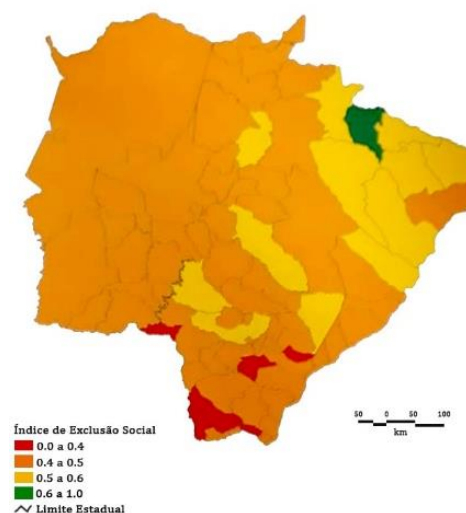


verificamos na figura 01, há uma pequena porção na Bolívia e no Paraguai, conhecidos como *Chaco*⁴⁴. Lugar de beleza cênica, fartura e ao mesmo tempo, local de exclusão e exploração.

No primeiro volume da obra *Atlas da Exclusão Social No Brasil* organizado por Pochmann e Amorim (2004) são expostos números que denunciam a violência da desigualdade em zonas periféricas em regiões distantes dos grandes centros brasileiros, são dados que não encontram-se nos temas prioritários exibidos pelos meios de comunicação para a massa nacional e internacional, apontando-se usualmente somente informações que soam úteis para o mercado.

De acordo com os dados, em uma tabela vertical do Índice de Exclusão Social de 0.0 a 1.0, a região pantaneira enquadra-se no grupo que transita entre 0.4 e 0.5, conforme podemos verificar na figura 02. A gravidade dessa exclusão, nesse material específico, é representada em cores, sendo os casos mais extremos os municípios colorizados em vermelho (0.0 – 0.4), na sequência a cor laranja (0.4 – 0.5), amarela (0.5 – 0.6) e por fim as zonas verdes (0.6 – 1.0) representadas em sua maioria por cidades do sudeste brasileiro, sobretudo, São Paulo.

Figura 2 - Atlas da Exclusão Social de MS



Fonte: Pochmann e Amorim, 2004

⁴⁴ A região do Chaco é apresentada pelos estudiosos das epistemologias geográficas e biológicas como um floresta tropical rica em biodiversidade, resistente ao calor e aos intensos períodos de seca.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A literatura ainda apresenta, mais detalhadamente, os números referentes aos municípios sul mato-grossense de Aquidauana, Anastácio, Miranda, Porto Murtinho e Corumbá e revela que dentre estes, o último município citado é o mais próximo da margem de qualidade de vida com 0.5. Todos esses dados, até aqui, nos leva a tensionar o que há nos discursos produzidos e reproduzidos sobre a região pantaneira que por poucas vezes nos fizeram questionar sobre a qualidade de vida dos sujeitos que abrigam as zonas mais isoladas deste imenso território.

O terceiro volume do referido material traz para esta discussão alguns dados ainda mais singulares e marcantes, como o fato de que “as famílias ricas da região centro-oeste estão localizadas, predominantemente, nas áreas urbanas” (POCHMANN e AMORIM, 2004, p. 98) e estão concentradas nas capitais dos estados dessa região. Isso significa que em Mato Grosso do Sul, a maior concentração de famílias bem estruturadas socialmente estão concentradas no município de Campo Grande, com um pouco mais de 1.000 km de distância do Pantanal.

Outra informação interessante levantada pelos dados das famílias ricas no terceiro volume, é o fato das riquezas nacionais estarem concentradas nas grandes capitais do Brasil, sobretudo na cidade de São Paulo e em parte do Rio de Janeiro, o que nos leva a questionar a persistência dos agentes do mercado em extrair a riqueza de uma terra e levar para outra. Sobretudo, os estudos reunidos pelos autores do Atlas posicionam o leitor diante de áreas negligenciadas pela exclusão social, no entanto é preciso considerar também que os números falam pelas regiões urbanizadas e estes dados foram publicados na primeira década do século XXI.

Cabe ressaltar que atualmente um outro elemento tem ocupado as discussões dentro das epistemologias globais contemporâneas: a tecnologia. Pensando pelas perspectivas daquilo que pode ou não ser efeito da Era Tecnológica, as sociedades analisadas no Atlas já não são as mesmas. Se antes da década de 2000 a televisão era uma ferramenta de informação restrita a um determinado nicho de indivíduos, hoje somente 2,8% da população brasileira não faz o uso desse recurso⁴⁵. Isso implica em pensar um Pantanal que estando incluso nessa porcentagem,

⁴⁵ Segundo Gandra (2018), a população brasileira não apenas passou a ter mais acesso ao recurso televisivo, como também passou a consumir a *internet* inclusive em celulares móveis.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



está sujeito às transformações proporcionadas por essa nova era, ou seja, se antes era comum pensar a mulher dentro da cozinha, dada aos afazeres domésticos enquanto o homem era o responsável pelo trabalho assalariado, hoje esta mesma mulher já tem ocupado outros espaços como protagonistas da própria renda familiar.

Dentre os sujeitos, as mulheres

Falar dos sujeitos pantaneiros requer desmistificações iniciais e para tal, utilizamos o conteúdo retirado de materiais bibliográficos disponíveis em banco de dados científicos nacionais com descritores “mulheres pantaneiras” e “pantanal”. No entanto, os resultados das buscas do primeiro descritor ficaram ínfimos perto do conteúdo produzido no segundo, com destaque para as áreas de estudos geomorfológicos, de biodiversidade e agrotecnologias. Compreende-se então, o solo pantaneiro, como um recurso rentável, mas para quem?

Como menciona o antropólogo Banducci Júnior (2007, p. 9), a região pantaneira é midiaticamente reconhecida “como exemplo de convívio harmônico entre homem e natureza”, além desse interesse da mídia na “harmonia” dos povos pantaneiros, entende-se também que além da natureza, atualmente estes sujeitos também estão dentro de uma área que desperta interesses no mercado do turismo e do agronegócio, como de acordo com o próprio conteúdo científico mencionado anteriormente. Em seu trabalho, o autor esclarece que é “relativamente recente a ocupação das terras do pantanal pelas fazendas do gado” (BANDUCCI JÚNIOR, 2007, p. 27) e esse fenômeno de colonização só aconteceu após a chegada dos conquistadores da coroa portuguesa no século XIX no processo das terras ainda não exploradas no Brasil.

Em suma, o agronegócio tem abraçado o pântano sul-mato-grossense como um grande território pastoril e dentro deste espaço, existem famílias compostas por sujeitos que não aparecem no mapa dos ricos mencionado na introdução deste. Banducci Júnior é perspicaz ao explicar para o leitor que a sua pesquisa é direcionada aos homens, aos vaqueiros. Conforme o autor, “os vaqueiros, além de serem os primeiros homens brancos a se fixarem na região, tornaram-se a categoria social predominante no Pantanal” (BANDUCCI JÚNIOR, 2007, p. 20).



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Esses vaqueiros são personagens que compõem uma classe de sujeitos residentes de fazendas que sustentam a elite rural brasileira.

Apesar de não ser com frequência, a figura feminina aparece no trabalho do antropólogo em “harmonia” com os serviços na casa-grande. Essas mulheres trabalhavam de segunda à segunda como faxineiras e cozinheiras, tanto para os peões solteiro (se necessário) quanto para os patrões.

Mulheres não-assalariadas, além de exercerem as tarefas domésticas, o que inclui cozinha e, muitas vezes, racha lenha, lavar a roupa da família, educar os filhos – incluindo a alfabetização – e alimentar animais domésticos, ainda realizam trabalho “por fora”, ou seja, lavam roupas de peões solteiros, cozinham temporariamente para a casa-grande, costuram e fazem doces e queijos para vender (BANDUCCI JÚNIOR, 2007, p. 66).

Assalariadas ou não, estes sujeitos são parte fundamental do cenário pantaneiro e mesmo que não sejam personagens predominantes, elas possuem voz, mas nem sempre são ouvidas. São mulheres distintas em inúmeros sentidos que compartilham de um ambiente fundamentado no modelo patriarcal que tem persistido por séculos em limitar as sociedades globais. São personagens femininas que hoje ocupam outros espaços dentro de grandes propriedades rurais, como por exemplo a vaqueira Mirele Geller, que segundo Ribeiro da Silva (2019), foi a única peoa a passar 131 dias na estrada, viajando a cavalo do pantanal norte ao pantanal sul. Além do manejo do gado dentro das fazendas, ainda é possível pensar a partir das recentes expansões das atividades promovidas pelo avanço do turismo, entre outros papéis que agregam à economia da região.

Portanto, pensando desde o conteúdo divulgado pelo Atlas da Exclusão Social (2004), no qual o território pantaneiro apareceria então como um cenário praticamente estático no que diz respeito ao desenvolvimento social dentre as décadas de 1980 e 2000, até os dias atuais, compostos por sociedades polarizadas por discursos produzidos e disseminados por mediações tecnológicas, por onde falam as mulheres assalariadas ou não? Como estão?

Além do exemplo Mirele Geller, há muitas mulheres isqueiras no Pantanal. Banducci Júnior descreve os isqueiros como aquelas pessoas que coletam peixes menores que são



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



vendidos para atravessadores que por sua vez os vendem para pescadores, conforme podemos verificar nas figuras 04 e 05. Esses peixes menores são coletados nas baías, normalmente a noite com redes, onde essas pessoas enfrentam frio, calor intenso e perigos como onças e jacarés.

Figura 04 - Separação das iscas para serem entregues ao atravessador



Fonte: RIBEIRO DA SILVA, 2019

Figura 05 - Mulheres separando as iscas após mais de 12h de pesca na baía



Fonte: RIBEIRO DA SILVA, 2019

Figura 06 - Criança ajudando os pais na venda de iscas, nesse caso, caramujo



Fonte: RIBEIRO DA SILVA, 2016

Figura 07 - Vilia de isqueiros localizado às margens da BR 262, conhecido como Carandazal



Fonte: RIBEIRO DA SILVA, 2016



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Considerações finais

Enfim, apesar deste texto ser uma produção breve e não conter todas os materiais que gostaríamos de mencionar, reconhecemos os esforços dos pesquisadores que, sobretudo, tem olhado para o pantanal sul (ou norte) não como um recurso de capital dentro de um cenário exuberante, mas como um lar de pessoas sujeitas às resistências e sobrevivências diárias. É preciso atentar-se ao fato das escassas produções que dão voz a estes sujeitos que nascem e crescem dentro dessa região vasta e pensar que a predominância é subjetiva de quem absorve a informação do que é “ser pantaneiro”.

Superficialmente, o que tem predominado conforme os inúmeros conteúdos produzidos sobre este território, é a criação de gado, a exploração de pesquisadores ambientais e do turismo. Estas prioridades dadas à divulgação deste cenário, ignoram principalmente a desigualdade social. Ao imaginarmos um cenário pantaneiro, devemos pensar que assim como em qualquer outro canto do globo, esta é uma região habitada por seres humanos, sobretudo, por mulheres que ocupam espaços sociais que podem ir além do serviço na “casa-grande”. E estas personagens, hoje mais do que nunca, são protagonistas da existência de um Pantanal sul e norte.

Limitar essa gente à imaginação coletiva da cultura tradicional, mesmo diante dos dados que denunciam as negligências sociais nos quatro cantos brasileiros, é aceitar uma ideia vendida de um povo que não precisa ser escutado, no máximo observado e talvez estudado, mas sem compromisso com as políticas públicas destes sujeitos. A história oral dessas mulheres, nos coloca diante de uma realidade que deve ser levada a sério e para além, nos permite pensar em outras inúmeras mulheres que querem ser ouvidas, seja pelas políticas que tecem o desenvolvimento humano, seja pela sociedade em si.

Referências

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. **A natureza do pantaneiro: relações sociais e representação de mundo no “Pantanal da Nhecolândia”**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2007.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



GANDRA, Alana. **Pesquisa diz que, de 69 milhões de casas, só 2,8% não têm TV no Brasil.** Agência Brasil. Rio de Janeiro

POCHMANN, Marcio. AMORIM, Ricardo Machado. **Atlas da exclusão social no Brasil vol. 1.** São Paulo, SP: Cortez Editora, 2004. 221 p.

_____. **Atlas da exclusão social no Brasil vol 3.** São Paulo, SP: Cortez Editora, 2004. 221 p.

_____. **Atlas da exclusão social, volume 3: os ricos no Brasil.** São Paulo, SP: Cortez, 2004. 204 p.

RIBEIRO DA SILVA, Juliana Cristina. A mulher, tal qual o pantanal sobrepõe aos seus limites - Mirele Geller, limites rompidos. In: CASTILHO, Danila Barbosa (org.). **História Diversa.** Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

SILVA. J. S. V. da; ABDON, M. de M. Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões. **Pesq. Agropec. Bras.,** Brasília, v.33, Número Especial, p.1703-1711, out. 1998.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



QUE VOZES ECOAM DO PANTANAL E SUAS CULTURAS?

Taynana Martins de Moraes ⁴⁶

Patrícia Zaczuk Bassinello ⁴⁷

Considerações iniciais

Para a melhor compreensão da crítica berço deste trabalho, devemos recorrer ao documentário exibido no dia 22 de setembro de 2017 no programa da televisão aberta *Globo Reporter*⁴⁸. Na ocasião, o jornalista e, até então, apresentador Sérgio Chapelin, introduz o tema da noite com a seguinte questão: “Vozes do pantanal: cientistas conseguem entender o que dizem os bichos?”. Neste dia, a emissora apresentou para o seu público uma versão do Pantanal já utilizada para ilustrar também os conteúdos dos livros didáticos, sobretudo, de geografia e biologia.

Figura 3 - Globo Repórter sobre o Pantanal



Fonte: Youtube/Globo Repórter

⁴⁶ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mestranda em Estudos Culturais (UFMS/PPGCULT) pela linha sujeitos & linguagens, taynara.moraes@ufms.br.

⁴⁷ Docente do curso de graduação em Turismo na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAq) e do Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais (UFMS/PPGCult), pela linha sujeitos & linguagens, patricia.zaczuk@ufms.br.

⁴⁸ Exibido semanalmente pela Rede Globo de televisão, no Brasil.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A importância de apresentar o Pantanal para as camadas mais subalternas dos trabalhadores brasileiros, cujo recurso de informação predominante é a televisão⁴⁹, deve ser considerada aqui, principalmente pela participação de profissionais pesquisadores de áreas diversas de conhecimento como a medicina veterinária, ciências biológicas, arqueologia e farmácia, cujos projetos certamente atenderam à demanda do roteiro construído para a reportagem sobre a região. De qualquer modo, não há como negar que o território pantaneiro é de fato uma natureza que requer atenção de profissionais das áreas de conservação.

Figura 4- Repórter acompanhando comitiva de gado



Fonte: Youtube/Globo Repórter

Mas afinal, de quem é esse Pantanal, produzido em campos epistemológicos distintos e reproduzido pela mídia, que causa tanta atração em turistas e pesquisadores do globo? Banducci (2007), já abordava a problemática por trás da ausência de estudos sobre a natureza dos homens que habitam estas terras. Porém o autor, formado pela Universidade de São Paulo e muito bem afeiçoado ao território pantaneiro, reconhece que a sua abordagem ali é “bastante específica em termos de território” e de um grupo social específico: os vaqueiros (BANDUCCI, 2007, p. 19).

Cláudia Gaigher, a repórter que esteve na região e acompanhou os pesquisadores, dedica alguns minutos para falar da predominância da agropecuária no território pantaneiro, dentre o

⁴⁹ Pesquisa Nacional de amostra por Domicílios (PNAD/IBGE), publicada no meio de informação online Agência Brasil, pela colunista Alana Gandra (2018).



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



extenso espaço de tempo dedicado à fauna e flora. A comunidade imaginada para o local, pela linguagem da mídia, é baseada na imagem do mercado da carne e do turismo e, em ambos os casos, o maior beneficiado são os donos das terras (grandes proprietários), estes que em sua maioria nem sequer vivem nestas regiões isoladas do Pantanal, utilizando-as apenas como pedaços de terras para cria e recria de bovinos.

Então nos deparamos com o ponto que não deve ser ignorado nesse texto: os indivíduos que “chefiam” estas terras, os ditos fazendeiros, estes que são membros de uma minoria econômica brasileira que ainda costuma dominar inclusive o cenário das ciências acadêmicas: a elite. Isso significa que para pensarmos um Pantanal despidido da imagética produzida e (re)produzida pela televisão (ou pelo conteúdo disponível na mídia digital), precisamos abraçar a descolonização do próprio pensamento e considerar, sobretudo, a existência da diversidade que, indo além das plantas e da fauna exótica, realça os indivíduos humanos que formam a comunidade híbrida desta região.

A partir deste ponto, a proposta aqui é entender o local de origem do discurso que sustenta a redoma em torno do povo pantaneiro e a imagem disseminada de uma cultura fixa em torno do comércio do gado, que tende a ignorar as subjetividades locais, as transformações das sociedades globais e por consequência, o aparecimento da própria figura das personagens femininas que residem no Pantanal, partindo principalmente de uma premissa que diz respeito aos direitos básicos de saúde, educação e das emancipações.

Pensando a partir deste objetivo, buscamos em alguns temas que foram debatidos durante algumas das aulas do programa de pós-graduação⁵⁰ em estudos culturais, discussões que nos auxiliarão primeiramente na compreensão do fenômeno da subalternização do Outro e então da colonização, que se propaga da prática à teoria. Para tal, prosseguiremos com estudos levantados e publicados em tempos e espaços distintos, que deram base à proposta da construção deste trabalho, desenrolando-a do fenômeno visto pelo macro até seus efeitos no micro.

⁵⁰ Programa de mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A começar pela crítica de Gayatri Spivak em *Pode o subalterno falar?* (2010), ao que tem sido produzido pela “elite” intelectual por vezes conduzida por um projeto acadêmico imperialista, pode ser utilizada nessa tentativa de construção da consciência do que é “ser pantaneiro” pelo outro, porque em grande parte desse conteúdo que é produzido e (re)produzido sobre o Pantanal, o sujeito pantaneiro é traduzido como portador de uma identidade concreta, que nesse caso caminha para universo positivo imaginado, ignorando a realidade e a diversidade das subjetividades deste território, incluindo as diferenças entre as mulheres, um fenômeno que Spivak identifica como “subalternização”, ou seja, dentro desse processo a mulher “continuará tão muda como sempre esteve” (SPIVAK, 2010, p. 112).

Reproduzir o gado, os animais silvestres, as inúmeras espécies de plantas medicinais e o peão montado em um cavalo enquanto manuseia o berrante⁵¹, conforme a demanda do mercado capitalista tanto do turismo quanto do setor primário, de longe resume o que é ser pantaneiro e essa visão ignora, sobretudo, as mulheres que habitam esta região, fazendo com que estes sujeitos sejam silenciados na construção de uma suposta epistemologia pantaneira, esta que por sua vez, tende a ser academicamente mais valorizada se tiver apelo mercadológico.

Na obra mencionada, Spivak (2010) pensa a partir da sua realidade como mulher indiana e pesquisadora decolonialista, assim como Asma Lamrabet⁵² em *Feminismos Islâmicos* (2016), obra organizada pelo sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel. Apesar de se tratar de críticas que partem de culturas distintas, sendo uma a partir da mulher hindu e a outra da mulher muçulmana, ambas se interpelam no momento em que evidenciam o poder do discurso sobre a capacidade da mulher de produzir e (re)produzir a própria fala, logo, a própria vontade.

Entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada da “mulher do Terceiro

⁵¹ Instrumento feito com o chifre do boi para a condução sonora do rebanho.

⁵² Médica marroquina muçulmana e pesquisadora dos feminismos islâmicos. Contribuiu para a organização de Grosfoguel com o trabalho intitulado “El velo (hiyab) de las mujeres musulmanas: entre la ideología colonialista y el discurso islámico: una visión decolonial”, pesquisa que questiona a necessidade do ocidente em arrumar argumento para continuar colonizando até mesmo em cima de um acessório usado, sem ser obrigado pelo Alcorão, pelas mulheres muçulmanas.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Mundo”, encurralada entre a tradição e a modernização (SPIVAK, 2010, p. 157).

A tradição, inclusive, aparece na cultura pantaneira com frequência nos discursos reproduzidos por entusiastas “aventureiros” de terras exóticas e até mesmo entre cientistas, mas de qual tradição estamos falando? Daquela importada do modelo norte-americano de *cowboy*, no qual a visão sobre a personalidade pantaneira está diretamente vinculada ao uso do chapéu, da fivela⁵³ presa ao cinto de couro e da bota de alguma marca aleatória usada por montadores famosos de rodeios exibidos na televisão ou daquela em que pessoas trabalham por meses em grandes fazendas situadas em regiões isoladas, em troca de um salário que pode ser comparado ao valor de mercado de um único nelore⁵⁴ ou um único equino⁵⁵ de raça.

De qualquer modo, ao nos referirmos ao gado como um personagem com mais valor no Pantanal do que o homem, logo chegaremos ao fazendeiro. O indivíduo mais favorecido nesse mercado. E é importante ressaltar que atualmente existe uma bancada política “temática” voltada justamente aos interesses desses sujeitos que compõem a classe dominante brasileira: a bancada suprapartidária ruralista, que segundo Semionatto e Costa (2012, p. 219), “é um dos grupos mais antigos e organizados do Congresso Nacional, e vem alcançando grande sucesso em sua atuação em prol dos interesses do agronegócio”

O fato é que os interesses dos barões brasileiros do agronegócio e seus aliados não condizem com os interesses, e mais do que isso, as necessidades dos sujeitos que nascem e crescem no Pantanal, estes que assim como outros trabalhadores do campo, continuam vivendo às margens da renda *per capita* brasileira. Esse modelo de pantaneiro não apaga o fato destas comunidades permanecerem sob a sombra da propriedade privada, ou seja, eles sobrevivem vendendo a força de trabalho para estas terras no qual muitos nasceram, no entanto não poderão usufruir do lucro produzido por ele mesmo porque este, segundo Pochmann e Amorim (2004),

⁵³ Acessório usado para prender o cinto. Geralmente é usado um formato oval com figuras talhadas em sua superfície.

⁵⁴ Raça de gado bovino comumente criada e revendida em fazendas brasileiras.

⁵⁵ Cavalos.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



é aplicado nas regiões onde os donos destas terras habitam, ou seja, nos grandes centros urbanos.

Logo, pensar nos verdadeiros privilegiados desses discursos dominantes que estruturalizam uma sociedade patriarcal, conseqüentemente voltada aos interesses da elite brasileira, e principalmente considerando os barões do agronegócio como membros fundamentais dessa classe, nos possibilita a curiosidade quanto ao nascimento da ideia da “propriedade privada” e como esse projeto chegou até o Brasil para transformar o Pantanal, por exemplo, em um grande quintal de fazendeiro que dominam, além de grandes hectares de terras, os grandes espaços na política brasileira.

Os textos críticos escritos por E.P. Thompson em *Costumes em comum* (1998) nos auxilia a entender essa relação entre fazendeiros e trabalhadores rurais a partir da relação entre os patrícios e os plebeus (a elite x o povo). Conforme o autor:

Ambos os termos são vagos, mas temos alguma noção sobre o que representam. Nas primeiras seis décadas do século XVIII, a tendência era associar a *gentry* com a terra. A terra continuava a ser o índice de influência, o plinto sobre o qual se erigia o poder (THOMPSON, 1998, p. 25).

Se no início do século XVIII já se relacionavam o poder sobre as terras às famílias de classe alta da Inglaterra, atualmente, no século XXI, esse entedimento não aparenta ter passado por grandes transformações. Curiosamente, o historiador traduz uma história do avanço do poder do indivíduo através do uso comunal das terras na Inglaterra. Este uso, conforme Thompson, antes sustentado pela “lei divina”, tornaria-se ilegal perante os olhos da “lei do homem”. É claro que para ser um agente da lei naquele período, precisaria ser, sobretudo, um indivíduo da elite inglesa, ou seja, o interesse em fechar estas terras para o uso privado não surgiria em vão.

O fechamento destas terras provocaria a fome, a fome provocaria então os motins, no qual Thompson destacou o aparecimento das mulheres, até então apagadas por outros historiadores, como protagonistas efetivas junto às crianças e homens. Nesse processo o povo



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



se dividiria entre os que questionavam o uso privado destas terras, sendo assim para manter o direito do seu uso comum, e os sujeitos que trocariam esses direitos comunais por pequenas propriedades de terras (THOMPSON, 1998, p. 136). Após a concretização desse novo meio de capitalização de terras, os sujeitos precisaram se ajustar aos novos “costumes” e para resolver o problema da fome, poderiam trabalhar nessas grandes propriedades rurais.

Com o início das primeiras grandes colonizações, essas ideias do direito à propriedade privada, viajariam com os ingleses pelos oceanos, alcançando povos que viriam a formar novas colônias. Dividiram os continente por territórios e as terras por donos/proprietários. A história do colonizado então passaria a ser a história do colono. No Pantanal, além das primeiras ofensivas dos espanhóis e portugueses, houve também, conforme explica Lima (2015, p. 93), um avanço no projeto nacionalista como estratégia política por trás da “marcha para o oeste” de Getúlio Vargas até os dias atuais.

Esse projeto tinha como objetivo “povoar” terras não habitadas na fronteira, em geral, uma invasão justificada pela “integração nacional”, acompanhada por “interesses de ordem político-militar e econômico-social” (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2010, p. 205). Um projeto marcado pelo discurso do “desenvolvimento do país” no intuito de mascarar a violência da colonização de uma região já habitada por povos nativos, no entanto tomar esse espaço significava a consolidação de uma suposta “soberania nacional”, um modo de fazer o nacionalismo se fixar como identidade nacional.

Em *Os Condenados da Terra* (1968), de Frantz Fanon, havia de mencionar que “a violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados: procura desumanizá-los.” (FANON, 1968, p. 9). Feito o recorte da discussão sobre a violência colonial e colocando-a em paralelo da colonização do saber, nos deparemos com o ponto de partida para o processo da subalternização.

E conforme a realidade do Pantanal, ainda escondido sob a sombra dos discursos oficiais produzidos e (re)produzidos por indivíduos dominantes, podemos nos propor a pensar no rompimento com esse *continuum* de colonização do Outro, questionando, sobretudo, a atuação



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



das mídias (impressas, digitais etc...) e da própria epistemologia que nos deu origem como pesquisadores.

Considerações finais

Pensar na reprodução de um Pantanal exclusivamente “exótico” é pensá-lo através de uma corrente epistêmica lobotomizada por uma classe dominante, cujo único projeto político sustentado de geração para geração é aquele em que continuam dominando e lucrando em cima de todos os cenários: político, cultural, educacional, econômico e etc.

Neste caso, o papel da mulher e as formas de resistência ao patriarcado em suas atividades são isoladas, emudecidas na história que estão produzindo e reproduzindo sobre o Pantanal. No imaginário de quem não se aprofunda nessa comunidade, surgem identidades fixas, únicas e vinculadas ao determinado padrão: homem peão, mulher “do lar”, natureza exótica, um “paraíso”.

A concretização do desenvolvimento do turismo nessa região é fruto do interesse do mercado, nesse caso, o lado bom (na pior das hipóteses) é que para manter a curiosidade dos turistas em conhecer o destino vendido, é preciso manter o cenário em ordem, ou seja, preservá-lo. E o ruim, como não devemos deixar de mencionar, é que o discurso do mercado apaga as enunciações dos povos locais, transformando a comunidade em cenário útil ao produto.

A mídia acadêmica (estamos falando aqui daquelas que existem em função do mercado) vende uma imagem para a mídia de massa (que pode ou não atuar em função do mercado), esta que por sua vez vende essa imagem para o público e estes que juntos formam e consomem em sociedades marcadas pelas dicotomias dentre a base e a superestrutura.

A crítica sugere a reflexão sobre como, no século XXI, ainda reproduzimos uma imagem concreta do que é o Outro, ignorando a capacidade destes em produzir e reproduzir as próprias falas, enunciações, demonstrar suas transformações. Ela se direciona à ciência que conta a história do pantaneiro a partir do colono, ou que preocupa-se com a qualidade de vida dos bovinos ou mesmo com a qualidade da terra em que acontecerá o plantio, mas ignoram a qualidade de vida dos sujeitos de todo esse processo.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Neste ponto, cabe pensar que não são apenas os bichos os únicos que precisam ser entendidos e/ou ouvidos, como menciona Chapellin, mas as pessoas. Os sujeitos que transitam entre a cidade e o campo, com prazo para ir e vir, sem garantias de direitos básicos, como saúde e educação. A voz das mulheres que, como parte destes sujeitos, permanecem sob a sombra dos hábitos patriarcais, dos olhares homogêneos.

Referências

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. **A natureza do pantaneiro: relações sociais e representação de mundo no “Pantanal da Nhecolândia”**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2007.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

GANDRA, Alana. **Pesquisa diz que, de 69 milhões de casas, só 2,8% não têm TV no Brasil**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br>> acesso em 01 jul. 2019.

GROFOGUEL, Ramón. **Feminismos Islâmicos**. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la rana, 2016.

LIMA, Diogo Marcelo Delben. A questão ambiental no pantanal brasileiro sob o ponto de vista jurídico-político: estruturas produtivas regionais da cana- -de-açúcar e pecuária bovina. *In*: ROSSETTO, Onélia Carmem. TOCANTINS, Nely (org.). **Ambiente Agrário do Pantanal Brasileiro: socioeconomia e conservação da biodiversidade**. 1. ed. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2015.

POCHMANN, Marcio. AMORIM, Ricardo Machado. **Atlas da exclusão social, volume 3: os ricos no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez, 2004. 204 p.

PANTANAL. **Globo Repórter**. Programa exibido em 22/09/2017, disponível em: < <http://www.globoreporter.globo.com> > acesso em 01 jul. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chackravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



AS PRINCIPAIS CAUSAS DE AFASTAMENTO DO TRABALHO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE AQUIDAUANA/MS

Valquíria Terezinha Franco⁵⁶

Helen Paola Vieira Bueno⁵⁷

Introdução

O presente artigo foi inspirado na disciplina intitulada “Profissão Docente e Saúde Mental do Professor” do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul ofertada no ano de 2018/1. Nas discussões da disciplina foram apresentadas diferentes situações que os profissionais da educação vêm enfrentando na atualidade, com isso o objetivo deste trabalho consistiu em analisar as principais causas de afastamento de professores da rede municipal de ensino da cidade de Aquidauana, estado de Mato Grosso do Sul.

Para iniciarmos, será apresentado a priori a compreensão da palavra ‘trabalho’, que desde a Antiguidade está ligada a uma atividade profissional. Em todo o tempo o trabalho foi a máquina que impulsionou todo tipo de civilização e todo tipo de sociedade. No decorrer da história houve mudanças em relação ao significado da palavra trabalho, ela foi reformulada conforme época e cultura, porém ela sempre está vinculada a posição social.

Em seguida apresentamos discussões sobre o trabalho do professor na atualidade, suas condições de trabalho, carga horária, pontos positivos e negativos dessa profissão e o que pode estar ocasionando problemas na saúde física e mental do professor e como estacada vez

⁵⁶ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Campus de Aquidauana. valfranco83@gmail.com

⁵⁷ Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Professora na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Campus de Aquidauana. Professora no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Estudos Culturais na UFMS/CPAQ. Tem experiência na área de Psicologia Organizacional, Saúde Mental do Trabalhador e Escolar. Pesquisa as seguintes temáticas: estresse ocupacional, síndrome de *burnout*, *hardiness*, resiliência, qualidade de vida, satisfação no trabalho, fatores de riscos psicossociais, saúde psíquica, transtornos mentais comuns, relações trabalho-família e as relações humanas no trabalho. Pesquisadora do grupo de pesquisa vinculado ao CNPq, Laboratório de Saúde Mental e Qualidade de Vida do Trabalhador. helen.bueno@hotmail.com



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



maior a quantidade de professores que vem pedindo o afastamento dos seus exercícios profissionais. Por fim, apresentamos os resultados de uma pesquisa realizada com professores afastados de sua função laboral, foi elaborado um questionário, com a finalidade de averiguar quais são as principais causas de afastamento de professores de escolas municipais da cidade de Aquidauana, estado de Mato Grosso do Sul.

Origem da palavra trabalho

No decorrer da História ouve-se bastante a palavra “trabalho”, ela muitas vezes é assimilada como um exercício profissional, que pode ser assalariado ou não, executada sempre com uma finalidade. Segundo Albornoz (1994) quando procuramos a origem da palavra trabalho

A palavra trabalho vem do latim *tripalium*, termo formado pela junção dos elementos *tri*, que significa “três”, e *palum*, que quer dizer “madeira”. *Tripalium* era o nome de um instrumento de tortura constituído de três estacas de madeira bastante afiadas e que era comum em tempos remotos na região europeia. Desse modo, originalmente, "trabalhar" significava “ser torturado”. No sentido original, os escravos e os pobres que não podiam pagar os impostos eram os que sofriam as torturas no *tripalium*. Assim, quem "trabalhava", naquele tempo, eram as pessoas destituídas de posses.

Assim sendo, o conceito de trabalhar era como um infortúnio, então, logo se vê que as atividades eram executadas pelos trabalhadores em geral: artesãos, camponeses, agricultores, pedreiros etc. Como também, na Antiguidade a palavra “trabalho” em sua faz parte da ideologia de sua época. Para exemplificar Bock (2006, p. 20) comenta que

[...] se abríssemos, por exemplo, um dicionário da Grécia antiga, possivelmente achar-se-ia o trabalho como [...] atividade exclusivamente física, que se reduzia ao esforço que deviam fazer as pessoas para assegurar seu sustento, satisfazer suas necessidades vitais [...] que não era valorizada socialmente.

Com base nesses princípios, pode-se considerar que o sentido do trabalho é oriundo de uma historicidade, isto é, está em consonância com a época, com a cultura, com o modo de



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



relacionar-se e compreender o mundo de cada sujeito e do grupo do qual fez e faz parte (SACHUK; ARAÚJO, 2007).

Na Bíblia, relatado no Antigo Testamento, o trabalho é mostrado como uma imposição que leva à exaustão e que o resultado é uma maldição: "*Comerás o pão com o suor de teu rosto*" (Bíblia Sagrada, 2007). Sucede desse advento bíblico o sentido de dever, atribuição e responsabilidade. O trabalho, a fadiga não é o de uma simples fraqueza; como também se refere a uma conjunção social.

Os gregos empregavam dois termos para caracterizar a palavra "trabalho: *ponos*, que faz referência a esforço e à penalidade, e *ergon*, que designa criação, obra de arte. Com isso demonstra a diferença entre trabalhar na definição de penar, *ponein*, e trabalhar na definição de criar, *ergazomai*. Parece que a contradição "trabalho-ponos" e "trabalho-ergon" continua central na ideia moderna de trabalho. Pode-se observar em diferentes línguas (grego, latim, francês, alemão, russo, português) que o termo trabalho tem, em sua raiz, dois significados: esforço, fardo, sofrimento e criação, obra de arte, recriação (WOLECK, 2002, p.03).

Ao longo dos séculos a palavra trabalho foi reformulada segundo as imposições de cada período em cada cultura, mas o trabalho continuamente é o motor que movimenta qualquer comunidade e civilização. O trabalho que você executa está ligado à sua classe social.

Segundo Woleck (2002) o trabalho na Antiguidade, tinha civilizações influentes como na Grécia, Romana e Egípcia não havia definição exata de emprego, o que existia era a relação escravo – escravizador, ou seja, o trabalho era dividido em: trabalho escravo e trabalho livre. Os artesãos trabalhavam por conta própria e recebiam pelos seus serviços (comparado com os dias atuais são como os profissionais liberais hoje), mesmo assim não podíamos falar que o artesão tinha emprego. Na Idade Média também não havia a noção de emprego. A relação trabalhista da época era a relação senhor-servo. A diferença entre o servo e o escravo era que 'o servo' tinha mais liberdade, podendo sair das terras do Senhor, desde que não tivesse obrigações a pagar. Neste caso o servo trabalhava para poder residir na terra do senhorio. Não podendo existir qualquer conexão contratual, tendo ciência que os mesmos não eram alfabetizados.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Na Idade Moderna, houve mudanças, os comércios eram familiares, onde todos os membros da família trabalhavam em pequenas produções e vendiam o artefato nos mercados. Também existiam aprendizes que se alimentavam e em troca comiam no trabalho. Vai ser nesse período que se inicia a definição de emprego. Na Idade Contemporânea houve o aparecimento da Revolução Industrial, o êxodo rural, concentração dos meios de produção, dessa forma a quantidade de ferramentas não era o suficiente, ofício de artesão não abrigava mais a quantidade de trabalhadores existentes. Dessa forma, o trabalho era moeda de troca. É nesse período que o emprego ganha definição e é caracterizado (WOLECK, 2002).

Principais problemas de saúde física e mental que afetam os professores no trabalho

Na atualidade o trabalho tem se mostrado por algumas vezes positivamente ‘como melhorar a qualidade de vida’, como também negativamente ‘se pode acarretar inúmeros problemas de saúde’. Diante dessa premissa, a classe pesquisada vem apresentando problemas de excesso de trabalho, bombardeio de informações, esgotamento físico, salário baixo, estresse, ansiedade, depressão, violência com aluno, com pais de alunos, pressão do sistema educacional?

Pesquisando em referenciais teóricos, percebemos que os professores estão passando por diversas formas de dissabor referente a sua profissão. Penteado e Neto (2019) fizeram uma análise em diferentes obras sobre a temática saúde do professor, análises sistemáticas que estão dispostas a seguir.

Um estudo realizado por Codo (1999) que fez uma pesquisa nacional com 52.000 professores e trabalhadores da educação destaca, dentre as questões de saúde, os transtornos mentais e comportamentais (ansiedade, estresse, depressão, exaustão emocional, burnout), os distúrbios da voz e as doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo. A pesquisa aponta que 48% dos educadores têm algum sintoma de *burnout*, que é um síndrome de esgotamento profissional. Porém, 90% dos trabalhadores estão satisfeitos com seu trabalho. Aspectos que merecem atenção: (1) importância das relações sociais no trabalho, da socialização, da rede de apoio e suporte social, na docência, para a subjetividade e melhoria na relação com o trabalho



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



e a satisfação, da ampliação das possibilidades de ajustamentos e das condições de lidar com conflitos e situações estressantes, bem como da qualidade de trabalho e da promoção da saúde e do bem-estar no trabalho; e (2) o trabalho do professor, que é desenvolvido nas tensões entre prazer e sofrimento. Como origem do sofrimento no trabalho docente, o estudo aponta as relações sociais e o conflito afeto/razão, dividido entre a liberdade de controle do seu meio e a imposição cruel desse mesmo controle.

Um relatório de pesquisa com professores da educação básica de vários estados publicado pelo Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação-CNTE (2003) constatou a ocorrência de problemas de saúde em 30,4% dos professores, de cirurgias em 43,7% e de licenças médicas em 22,6%, além disso, registrou 83% da categoria como composta por mulheres.

Lüdke e Boing (2007) publicaram artigo em periódico em Educação & Sociedade. O estudo aponta para as complexidades, os enigmas, as ambivalências e as contradições da profissão docente. As autoras referem que a compreensão do mal-estar docente demanda atenção para o funcionamento das organizações e para os discursos e representações sobre o trabalho que emerge do individualismo contemporâneo.

Zambon e Behlau (2009) realizaram pesquisa epidemiológica com professores da rede básica em 27 estados brasileiros e publicaram no formato de e-book. O estudo constatou a presença elevada de cinco ou mais sintomas vocais em 35% dos professores, ressaltando a severidade dessa condição, e identificou sintomas de problemas vocais relacionados ao trabalho em 80% deles: mostraram-se os males de cansaço vocal (92,8%), desconforto para falar (90,4%), esforço para falar (89,2%), garganta seca (83,4%), dificuldade para projetar a voz (82,8%) e rouquidão (82,2%). Os professores relataram a presença de problemas de voz (63%), sendo 39,9% em situação crônica; no entanto, a procura por ajuda profissional especializada se deu em 34,5% dos casos. O estudo evidenciou uma demanda por ações de promoção da saúde vocal.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Pesquisa de campo com dados dos afastamentos dos professores de Aquidauana

Tipo de estudo, participantes e amostra e instrumento

Foi realizado um estudo exploratório-descritivo, de corte transversal. O estudo transversal é definido por pesquisa observacional, que analisa dados coletados ao longo de um período de tempo.

Participaram dessa pesquisa 8 (oito) professores do município de Aquidauana que estão afastados do trabalho por diversos motivos de saúde. Participaram professores do sexo masculino e feminino com idades entre 43 a 51 anos.

Foi aplicado um questionário aos professores com perguntas sobre dados sociodemográficos, ocupacionais, de formação profissional, de atuação profissional e sobre as causas do seu afastamento do trabalho.

Caracterização dos aspectos sociodemográficos da amostra

As primeiras perguntas realizadas com os professores da pesquisa foi sobre dados sociodemográficos. A maioria dos participantes tem idade entre 45 a 51 anos. A maioria são do sexo feminino (87,5%) e a maioria tem filhos (87,5%).

Caracterização dos aspectos da formação e atuação profissional da amostra

A amostra é composta por professores formados nas seguintes áreas: 1 em Normal Superior, 2 em Pedagogia, 2 em Letras, 2 em Geografia e 1 em Matemática. Nem todos os professores informaram a data em que concluíram seus cursos, mas dos que informaram, tem professores formados desde 1997 até 2017.

Os professores entrevistados atuam na educação de 08 a 29 anos, sendo que a maioria da amostra atua há mais de 20 anos (75%). Ministram aulas para a educação infantil, para o ensino fundamental e um atua também no ensino médio. Quando estavam em período de trabalho (porque no momento da entrevista todos estavam afastados) a maioria (75%) trabalhava dois períodos, correspondendo a 40 h/a.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Todos (100%) afirmaram que a escola onde atuam oferece formação continuada e apenas um professor afirmou não participar de eventos de formação continuada nos últimos doze meses.

Causas do afastamento dos professores ao trabalho

Todos os professores da amostra estão afastados do trabalho por motivos de saúde, sendo que dois estão readaptados, sendo que um é monitor e o outro professor readaptado ajuda na coordenação pedagógica da escola. A readaptação funcional é o reaproveitamento do servidor em outras atribuições e responsabilidades compatíveis com a sua condição de saúde, sem que haja mudança de cargo, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, quando há modificações do seu estado físico ou psíquico, que acarrete limitações da sua capacidade funcional (Brasil, 1960).

Tabela 1 – Causas de afastamento dos professores

Participantes	Já teve que se afastar do serviço em decorrência de doenças?	Quais doenças?
A	Sim	Estresse, Síndrome do Pânico
B	Sim	Depressão e hipertensão
C	Sim	Estresse
D	Sim	Ansiedade, Depressão e Síndrome de <i>Burnout</i>
E	Sim (readaptada)	Artrose e Bico de Papagaio na Coluna
F	Sim	Depressão
G	Sim	Síndrome do Pânico
H	Sim (readaptada)	Doença Autoimune/ Artrite Reumática

Fonte: Dados da pesquisa da autora

Contribuições para o adoecimento do professor, no exercício da função, de acordo com a percepção do docente

De acordo com as entrevistas dos professores da amostra as principais causas de adoecimento, segundo a percepção deles mesmo são as seguintes:



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A – A falta de perspectiva de melhoras na educação. Porque os pais estão deixando a educação de seus filhos para escola.

B – Falta de exercícios para ocupar a mente e Deus.

C- A direção da escola que é parcial nas tomadas de posturas.

D – Muito tempo desempenhando a mesma função, muitas horas de trabalho, falta de conforto no ambiente, chefes ruins.

E – Pegar peso, má postura por falta de mobiliário adaptado, o manejo com as crianças que requer sentar-se no chão, pegar no colo, ficar abaixada.

F – A sobrecarga no serviço, hoje estamos com dificuldades de acompanhar o ritmo das crianças, a falta de estrutura familiar que não faz acompanhamento dessas crianças, não há quase apoio.

G –A escola recebe crianças carentes de envolvimento da família em sua formação de caráter e não tem tempo com seus filhos, eles se sentem culpados e deixam as crianças fazerem o que querem.

H –Há umas séries de fatores que desencadeiam essas doenças. Acredito que o estresse emocional é muito elevado, a preocupação o movimento repetitivo entre outros contribui para o avanço da doença.

Principais sintomas sentidos pelos professores

A – Me senti cansada, desanimada não queria mais ir para o trabalho nem fazer nada

B – Quando a pressão não abaixa a e eu queria matar as pessoas por causa de som alto

C- Não tinha animo e a falta de paciência era enorme

D – Dores de cabeça, dores musculares, náuseas, incomodo na garganta, irritabilidade, descontrole emocional, fadiga, sentia isso constantemente.

E – Um dia de serviço abaixei para colocar um DVD para as crianças e travei, daí fui afastada.

F –Quando percebi que estava tendo dificuldades de lidar com determinadas situações.

G –Quando não suportei a movimentação das crianças, me dava um pânico. Também manifestou no meu sono, não conseguia levantar cedo, dormia muito, outras vezes dormia nada.

H – No meu caso ela apareceu de repente da noite para o dia, após vários exames constatou que não existia um fator exato para a doença se manifestara, pois, cada organismo reage de modo diferente. Mas o estresse emocional tem grande relevância.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Perguntados sobre se procuraram algum tipo de ajuda para tratar deste adoecimento, a maioria respondeu que sim, apenas um falou que demorou um pouco para pedir ajuda. Perguntados sobre a reação dos colegas e direção da escola sobre a doença, algumas respostas chamam a atenção:

A – No começo acharam que era preguiça ou outra coisa assim não levaram muito a sério.

D – Poucos acreditaram, muitos me julgaram estar mentindo sentir tudo isso para não trabalhar.

H – No início foi terrível, pois é uma doença aparente, a dor não é visível. Tive que passar por psicólogo para conviver com a indiferença dos colegas.

Como o adoecimento afeta a vida pessoa e profissional do docente, segundo a percepção deles mesmos

A – Deixei de ir à escola por conta da doença e minha família ficou doente junto comigo pois não tinha vontade de fazer nada nem de conversar somente queria ficar sozinha e chorar.

B – Me afastava das pessoas e me tornava insuportável.

C- Você acaba perdendo o ânimo para preparar aulas diferenciais e muitas vezes não tem vontade de ir para escola.

D – Tive que ser readaptada, não consigo mais desempenhar minha função. Tenho apoio da minha família, mas as doenças me afastaram dos amigos e causou sofrimento nos meus filhos.

E – Sou impossibilitada de usar calçados que não são tênis, não faço diversos exercícios físicos nem serviço de casa profissionalmente faço o que está dentro do meu limite.

F –Na medida que gera dificuldades com a aceitação comportamental, de lidar com os problemas decorrentes tanto da vida pessoal como profissional.

G –No aspecto que precisei me afastar do trabalho para tomar o medicamento muito forte, a minha remuneração caiu pela metade, num momento em que precisávamos gastar com exames e remédios caros.

H – Afeta de modo avassalador, é terrível pois afeta todas as articulações sobretudo mão, punhos, compromete até mesmo a coluna lombar e dorsal, destrói a cartilagem e causa deformidade, o que dificulta a realização de atividades diárias e profissional.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Percepção dos professores sobre as melhorias que poderiam ser feitas para que os docentes se afastem menos do trabalho

A – Melhorar os investimentos para que o professor tenha condições de dar aula em uma sala com recursos adequados, diminuir a quantidade de alunos, segurança nas escolas, e o acompanhamento dos pais para com seus filhos na escola

B – Exercícios e apoio dos colegas no trabalho, mais amor ao próximo

C- Acompanhamento psicológico

D – Menos alunos na sala de aula; responsabilizar mais os pais pelos alunos indisciplinados; Direção e coordenação mais eficiente; Acompanhamento médico para os profissionais que estão doentes; Olhar mais humano para os profissionais que estão a mais de 25 anos na ativa facilitando o acesso desses ao tratamento médico adequado e especializado.

Obs: hoje preciso pagar consulta particular com psiquiatra porque não consigo ser atendida mensalmente pelo médico da rede municipal de saúde.

E – Acredito que um primeiro passo são as atitudes das pessoas, como a pessoa encara as situações, como pode afetá-las, quais seus limites, até onde podem tolerar certas situações...o primeiro passo para a mudança é mudarmos a nós mesmos.

F – Estrutural, reorganização, acompanhamento dos problemas, pois as vezes, ou seja, na maioria das vezes o professor se sente sozinho, sem saber como resolver determinadas situações.

G – Talvez se o professor tivesse condições de ter um atendimento psicológico nos postos perto das escolas, num horário adequado ia ser bem melhor.

H – Das condições básicas, para executar o nosso trabalho com nossos alunos e principalmente dar apoio e compreender as nossas dificuldades.

Considerações finais

Souza; Leite (2011) afirmam que estudos sobre a saúde mental foi o aspecto mais estudado em pesquisas da psicologia e das ciências médicas e biológicas. A análise da organização do trabalho docente emerge como questão central para o tema, assim como a relevância das análises das novas exigências profissionais que recaem sobre os professores, dos novos desafios sociais que a eles se apresentam e das defesas criadas pelos professores, com seus limites e possibilidades de protegê-los(as) das situações mórbidas que os rodeiam, como disfunções vocais, estresse, depressões e outras.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



O presente estudo mostrou que os professores pesquisados e que estão afastados por motivos de saúde, seja física ou mental, percebem que suas doenças são vistas pelos colegas com estranheza ou como uma forma de faltar ao trabalho, percebem que a escola poderia ter mais recursos humanos e materiais para dar conta de todos os aspectos educacionais sem cobrar tanto do professor o exercício de várias funções, que existe uma falta de investimento em ações de saúde que possam ajudar esse grupo ocupacional e que a doença e os afastamentos afetam a vida pessoal e profissional do docente.

O estudo apresentado apontou que os professores da rede municipal de educação de Aquidauana no Mato Grosso do Sul retratam diferentes características nos quesitos saúde mental e saúde física, tais como: estresse, síndrome do pânico, depressão, crise de ansiedade, depressão e síndrome de *burnout*, pneumonia, hipertensão, artrose, bico de papagaio na coluna, doença autoimune e artrite reumática. E, estes são apenas de um pequeno grupo que colaborou com o questionário desenvolvido para este trabalho.

O que ficou evidente é que estes professores vem se tornando cada vez mais sujeitos a altos e baixos dentro do trabalho, a carga horária excede ao que o corpo possa aguentar (físico ou mental), muitos levam trabalho para a casa, as condições de trabalho nem sempre são apropriadas, há muitas vezes alto número de alunos por sala, como também falta de valorização destes profissionais.

De acordo com os estudos realizados podemos ver o quanto esta cada vez mais crescente pesquisar referente a saúde mental e física dos professores, pois é crescente o número de educadores que estão pedindo afastamento das suas atividades escolares, ou seja, é de suma importância as escolas trabalharem a prevenção que vise a saúde destes profissionais.

Por fim, essa temática nos relevou o quão se faz necessário estarmos atento a saúde dos profissionais da educação, pois quando nos deparamos com essas situações, percebemos o quanto ainda é tratado de forma silenciosa, com poucas divulgações, sem muito apoio para lidarmos com um assunto que está atingindo uma classe fundamental para a educação do país.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Referências

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução: Antônio Pereira de Figueiredo e João Ferreira de Almeida. Direção Cultural. Editora LTDA. 2007

BRASIL. **Decreto n. 49.370 de 29 de novembro de 1960**. Dispõe sobre a readaptação de que trata a Lei n. 3.780, de 12 de junho de 1960.

BOCK, S. D. **Orientação profissional**: abordagem sócio-histórica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CNTE - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO.

Retrato da escola: relatório de pesquisa sobre a situação dos trabalhadores(as) da educação básica. Brasília, DF, 2003. v. 3.

CODO, W. (Org.). **Educação**: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999.

JUS.COM.BR. LEAL, Priscila de Oliveira Ribeiro. **A evolução do trabalho humano e o surgimento do direito do trabalho**, 2014.

LÜDKE, M.; BOING, L. A. O trabalho docente nas páginas de Educação e Sociedade em seus (quase) 100 números. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1179-1201, 2007.

PENTEADO, Regina Zanella e NETO Samuel de Souza. **Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor**: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. 2019. Saúde e Sociedade. vol.28. no.1. São Paulo. Jan./Mar.2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902019180304>>. Acesso em 18 de Out de 2019.

SACHUK, M. I.; ARAÚJO, R. R. **Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas**. Revista de Gestão USP, v. 14, n. 1, p. 53-66, 2007.

SOUZA, A. M.; LEITE, M. P. Condições de trabalho e repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1105-1121, 2011.

WOLECK, A. (2002). **O trabalho, a ocupação e o emprego**: Uma perspectiva histórica. Revista de Divulgação Técnico-científica do Instituto Catarinense de Pós-Graduação, 1 (Janeiro), 33-39.

ZAMBON, F.; BEHLAU, M. **A voz do professor**: aspectos do sofrimento vocal profissional. São Paulo: Sindicato dos Professores de São Paulo, 2009



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



O DIÁLOGO INTERIOR NAS INTER (RELAÇÕES) ENTRE AS PALAVRAS FALADAS NAS PALAVRAS ESCRITAS: O PASSADO E O PROBLEMA DA CIRCULARIDADE CULTURAL NA LITERATURA HISTÓRICA DE DUNGA RODRIGUES

Viviane Gonçalves da Silva⁵⁸

O trabalho que nos propomos tecer baseia-se no estudo sobre a trajetória de vida de uma escritora cuiabana, Dunga Rodrigues e fundamenta-se em uma pesquisa com fontes literárias. Nosso interesse é compreender o fazer literário em Dunga Rodrigues e a partir de seus escritos ressignificar “crônicas sobre fatos, pessoas e eventos de nossa Cuiabá antiga.” (PÓVOAS, 1994: 3).

Uma escrita envolve um híbrido de emoções: ansiedade, apreensão, agitação, angústia e contradição, que por hora se aplica aos escritos de Dunga Rodrigues, mas não os define. Maria de Arruda Müller⁵⁹, os caracteriza afetuosamente como “Pena maliciosa cheia de “humor” [...] aborda cenas pitorescas [...] fotografando a alma bondosa e ingênua de nossa gente.” (MÜLLER, 1994: 5).

Dunga Rodrigues, os diferencia de “um **relato histórico** da cidade, mas um passeio sentimental pelo passado” (RODRIGUES, 1994: 7). Tal afirmação explícita três questões. A primeira, a intensão da autora, em realizar um registro a partir de suas emoções, de suas memórias, trazendo à tona recordações de um passado nostálgico “[...], vamos destacar algumas ruas, povoando-as, à medida do possível, para dar-lhes vida e lembrá-los de um dado momento de suas existências” (RODRIGUES, 1994: 7). A segunda, a concepção de História, entendida como ciência objetiva, que implica um distanciamento do objeto e a aplicação de um método de análise dos documentos, opondo-se à memória afetiva e familiar. E por fim, a

⁵⁸Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGhis), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Orientadora Profa. Dra. Thaís Leão Viera. Atualmente é professora na Faculdade Católica de Mato Grosso (FACC-MT). E-mail: viviane_his@hotmail.com.br.

⁵⁹ Maria de Arruda Müller, professora e membro da Academia Mato-grossense de Letras. Escreveu em vários jornais de Cuiabá. Publicou *Família Arruda*, um esboço genealógico dos ascendentes e descendentes de João Pedro de Arruda, e *Cuiabá ao longo de 100 anos*, em parceria com Dunga Rodrigues, reunindo crônicas sobre fatos históricos e sociais de Mato Grosso. (NADAF, 2004: 100-101).



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



terceira, a opção estética da escritora, representando-se como memorialista e, ao mesmo tempo, construindo uma memória de si.

A trajetória de vida de uma Portenha

Maria Benedita Deschamps Rodrigues, chamada pelo apelido de Dunga⁶⁰, nasceu no dia 15 de julho de 1908, em Cuiabá, capital de Mato Grosso⁶¹. Primogênita do casal Maria Rita Deschamps Rodrigues⁶² e de Firmo José Rodrigues⁶³. “Eram seus irmãos: Francisco José Rodrigues, Newton José Rodrigues, Estella Deschamps Rodrigues, Gonçalo (falecido com 2 meses), Lili (falecida quando criança) e um irmão (morto ao nascer).” (SIQUEIRA, 2005: 3).

Durante a infância, viveu com sua família, próximo a Igreja de São Gonçalo, rua 15 de Novembro, Bairro Porto, “É o antigo Porto Geral, depois Distrito de S. Gonçalo de Pedro II (segundo), em seguida transformado em “Bairro do Porto” (RODRIGUES, 1994; 7), lugar de suas alegrias, descobertas, vivências e de inspiração manifestada na crônica sobre “A Rua Grande” ou “Rua 15”,

Rua madrugadora. Desde as quatro da manhã, o grito de “Peixe” a sua porta...
“**Verduleiro...** Lenha... Bucho e Mocotó”

As charretes de leite, com latões de zinco... “É leite batizado?”

Alguns espertalhões aproveitavam a travessia da barca para aumentar o líquido e sua **féria**.

Depois vinham as carroças de transportes com mercadorias dos navios ancorados. A partir das duas da tarde, passavam os turcos mascates com os seus baús mágicos, onde havia de tudo: fitas, rendas, tecidos. Eles vinham à frente se anunciando com a campainha e atrás o carregador do baú de folha-de-Flandres, um regalo para os olhos, quando a tampa se levantava. [...].

⁶⁰ Dunga, apelido criado por ela, por não ter afeição por seu nome de batismo.

⁶¹ Faleceu em Santos, São Paulo em 6 de janeiro de 2001, aos 92 anos de idade. Suas cinzas foram trazidas à Cuiabá e enterradas no jazigo da família Rodrigues.

⁶² Filha de Polycena e de Francisco Carlos Bueno Deschamps.

⁶³ Firmo José Rodrigues (1871-1944), major, professor, político. Colaborou escrevendo nas revistas “O Mato Grosso”, “Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso”, “Pindorama” e nos jornais “A Cruz”, “O Correio da Semana” e “O Mato Grosso”. Foi sócio efetivo do IHGMT desde 1919, sendo um dos fundadores. Escreveu peças de teatro. Publicou, em 1944, com José de Mesquita *Bibliografia Mato-Grossense* e, post-mortem, *Figuras e coisas de nossa terra* (em dois volumes) e *Anotações de um Diário de Viagem*.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A linha de bonde fazia a curva na mangueira do Zé Antônio e contornava os cajazeiros do Arsenal de Guerra, em demanda da cidade. Os ônibus só vieram mais tarde e, à tardinha, tudo ficava livre para as meninas brincarem de roda e os rapazinhos de **pega-pega**. (RODRIGUES, 1994: 7).

Nesse passeio sentimental por Cuiabá, Dunga Rodrigues apresenta-nos aspectos significativos de uma cidade Portenha, que segue o curso das águas, movimenta-se pela fluência do rio, o Cuiabá, que nos presenteia com o principal alimento da culinária cuiabana, o peixe. Uma vida urbana entrecruzada e codependente do rural, fonte de vida, que abastecia o povoado com o leite, a lenha e a verdura, entre outros produtos.

Uma cidade em constante processo de hibridação⁶⁴, dinâmico e em trânsito, resultado de “[...] processos migratórios, turísticos e de intercâmbio econômico ou comunicacional” (CANCLINI, 2006: XXII). Como um “baú mágico” que ao ser aberto revela-nos uma Cuiabá multifacetada, lugar de encontros e desencontros, de relações interculturais e identitárias, por meio da circulação de mercadorias, de pensamentos e de ideias, da qual podemos ser excluídos, subordinados ou sujeitos. Um processo heterogêneo e dialético reafirmando que o híbrido se constitui nas práticas e nas inter-relações cotidianas.

Nessa cidade, Dunga Rodrigues, conheceu as primeiras letras, aos seis (6) anos de idade. Iniciou os estudos primários no Asilo Santa Rita (escola para meninas), onde também passou a estudar piano, com a *Soeur Marie Vicent*, diplomada pelo Conservatório de Paris. Após, concluiu os estudos primários na Escola Modelo Barão de Melgaço. O ginásial no Liceu Cuiabano e contabilidade na Escola Técnica de Comércio de Cuiabá. Estudiosa da Língua Francesa, Língua Portuguesa e do Latim com o professor Cesário Neto.

Dedicou-se ao magistério, ministrando aulas de Língua Portuguesa e Língua Francesa nos tradicionais colégios de Cuiabá, Liceu Cuiabano e na antiga Escola Técnica Federal de Mato Grosso, atualmente Instituto Federal de Educação (IFMT). Do mesmo modo, foi agente didático na Universidade Federal de Mato Grosso, na década de 1970, atuando como

⁶⁴ Néstor García Canclini reelaborou o estatuto do conceito de hibridação para as Ciências Sociais, “entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separadas, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2006: XIX).



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



pesquisadora do Núcleo de Documentação Histórica e Regional (NDIHR), aposentando-se nessa função.

Diplomou-se em piano e harmonia (1972) pelo Conservatório Brasileiro de Música do Rio de Janeiro. Atuou como professora particular de música e de piano, igualmente lecionou no Conservatório Mato-Grossense de Música, no Conservatório Musical de Mato Grosso e no Conservatório Dunga Rodrigues, este último, anualmente realiza um musical em homenagem à pianista.

Dunga Rodrigues em “Minha experiência jornalística”, publicado no jornal *Diário de Cuiabá*, constrói uma *memória de si*, apresentando alguns aspectos do seu universo infantil, salientando que escrever sempre ocupou um lugar especial em seu cotidiano, iniciado de forma clandestina,

Ao cursar o quarto ano primário, na Escola Modelo Barão de Melgaço, fundamos um jornalzinho, cujo o nome era “FAÍSCA”. Circulou clandestinamente, pois a nossa professora, [...], uma excelente mestra, classificava o jornalismo como artimanha ou coisa indecorosa para meninas educadas. [...]. Este conceito veio a chocar com o que aprendera com as irmãs no Asilo Santa Rita e também com meu pai, que acatava os órgãos da imprensa, atribuindo-lhes função nobre e utilitária. [...] e o “FAÍSCA” circulou durante um ano, por baixo das carteiras dos alunos, [...]. A matéria se resumia em composições escolares e mexericos amorosos. Mas foi aí que comecei a tomar pulso do prestígio da imprensa. (RODRIGUES, s/d: s/p.)

Na condição de cronista revela as contradições em relação a essa atividade quando desempenhada por uma mulher “indecorosa para meninas educadas” ou “função nobre e utilitária”. Um aspecto, importante, desse trecho de o *Faísca* é a educação destinada às meninas, o lugar do (a) professor (a) e o papel da escola. Além disso, indica aos leitores da crônica que Dunga Rodrigues escreve desde menina. Ou ainda, sinaliza que a escritora defrontou-se com as pressões normativas que o contexto impunha às mulheres, porém o desejo pelo domínio da escrita, ou pelo poder que o ato de escrever confere ao autor (a) se deu em um processo dialógico, influenciado pelas relações com o pai, também escritor e pelas religiosas do Asilo Santa Rita. Nesse sentido, podemos afirmar que contexto exerceu influência na maneira como ela organizou sua vida.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Mas, a partir desse recordar da infância, Dunga Rodrigues, induz-nos a formulação de um problema, ao longo de sua vida, dedicou-se a escrever sobre Cuiabá, sua gente e seus costumes, na tentativa de forjar uma “cuiabania”. Deste modo, a artista constrói uma “memória de si” e de seu tempo, entremeado pelo campo da produção⁶⁵ de bens culturais onde ela emerge.

Participava ativamente do cenário cultural, literário e social de Cuiabá. Pertenceu ao Grêmio Literário Júlia Lopes (1916-1950), entidade cultural que fomentou a cultura cuiabana com atividades sociais, educativas, filantrópicas, políticas e de saúde, fazendo circular a revista *A Violeta*. Com isso, integrando a mulher à vida pública, corroendo com as barreiras do privado através da escrita e do apreço às artes,

[...] Maria de Arruda Müller foi uma das fundadoras do Grêmio Júlia Lopes, ao lado de Ana Luiza Prado Bastos, Bernardina Rich, Maria Dimpina Lobo Duarte, Amélia de Arruda Alves e outras que compunham o grupo de vanguarda de nossa elite intelectual feminina (PÓVOAS, 1994: 3).

Foi sócia da Liga Feminina Pró-Alistamento Eleitoral, alojada oficialmente no Palácio da Instrução em 1º de maio de 1934. Além disso, membro do IHGMT - Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da AML - Academia Mato-Grossense de Letras, ocupando a cadeira número 39⁶⁶. Colaborou na Revista do IHGMT e na revista da AML. Fato marcante, lembrado por Lenine de Campos Póvoas, ex-presidente da AML, o ingresso das primeiras mulheres na instituição,

Não foi por acaso que a Academia Matogrossense de Letras foi das primeiras instituições, no gênero, - senão a primeira, no Brasil -, a admitir mulheres no seu quadro acadêmico.

⁶⁵ Nesse sentido, Pierre Bourdieu, indica um percurso metodológico a saber, um modelo interpretativo das relações entre o campo literário e o campo do poder e, por vezes, a relação entre eles, uma espécie de laboratório de experimentações sociológicas. In: BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 432p.

⁶⁶O patrono foi Antônio Tolentino de Almeida (1876-1938), poeta, promotor e jornalista.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A ela pertenceram, já nos primeiros anos de sua existência Ana Luiza Prado Bastos e Maria de Arruda Müller, vindo a integrá-la na década de 80, Vera Randazzo e Maria Benedicta Deschamps Rodrigues (professora Dunga Rodrigues). (PÓVOAS, 1994: 3).

Dunga Rodrigues, personagem conhecida do cenário das artes em Cuiabá, nos deixou uma herança em diários de viagem, anotações, fotografias, recortes de jornal, composições, livros, correspondências privadas, uma documentação coesa sobre sua vida e obra localizado na Casa Barão de Melgaço, que abriga o IHGMT e a AML, Acervo da Família Rodrigues intitulado “Memória Viva de Firmo e Dunga Rodrigues”, organizado por Elizabeth Madureira Siqueira, o que tornou possível mapear o seu campo de produção e suas redes de sociabilidades,

[...]. O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. (BOURDIEU, 2005: 190).

Transmitindo à sociedade cuiabana suas impressões sobre Cuiabá, Mato Grosso, Brasil, e sobre o mundo - descoberto - por meios de seus escritos, do geral ao particular⁶⁷ compreendidos mediante o seu estilo estético e na postura diante da vida.

Dunga Rodrigues – cânone da cuiabania – uma autora legitimada

Os lugares em que Dunga Rodrigues foi elegida, interpretada e legitimada, podem ser vislumbrados por meio da obra “Tributo a Dunga Rodrigues: gratidão e saudade”, elaborada pós-morte, nela encontramos interpretações sobre a personagem e ao mesmo tempo críticas a sua produção. Visto que, “Os bens culturais possuem, também, uma economia, [...]. A hierarquia socialmente reconhecida das artes – e, no interior de cada uma delas –, dos gêneros,

⁶⁷ Paul Veyne, discute a escrita da história ligada ao específico (que quer dizer ao mesmo tempo *geral e particular*). “A história não se ocupa dos indivíduos, mas daquilo que oferecem de específico, [...]. É histórico tudo que for específico” (VEYNE, 1998: 57).



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



escolas ou épocas, corresponde a hierarquia social dos consumidores”. (BOURDIEU, 2007: 9).

Jurandir Antônio Francisco descreveu-a como uma mulher autêntica, irreverente e ousada, “[...] rompeu barreiras, mudou conceitos, marcou posições muito fortes enfrentando, com inteligência, os preconceitos e a discriminação impostas à mulher do seu tempo”. (FRANCISCO, 2002: 3).

Tertuliano Amarilha definiu-a como uma mulher fina e de cultura elevada, dotada de inesgotável criatividade para a música e literatura: “[...] mulher de traços aristocráticos, culta e nobre, sempre voltada [...] à arte musical e literária, incansável e obstinada graças a sua fértil imaginação e dom criativo nesse afã de exteriorizar o manancial inesgotável de riqueza artística que trazia guardada dentro da sua [...] alma”. (AMARILHA, 2002: 9).

Elizabeth Madureira de Siqueira representou-a como um dos expressivos símbolos da cuiabania:

Cuiabá, foi o grande mote de sua produção intelectual, pois temia que a riqueza da cultura herdada por mais de dois séculos pudesse ser esquecida, ou melhor, relegada a segundo plano frente ao intenso e vigoroso movimento migratório desencadeado em direção a Mato Grosso, especialmente pós-1970. (SIQUEIRA, 2002: 22).

Dunga Rodrigues ocupava-se dos personagens urbanos e rurais, espaços da cidade, becos, lendas e tradições cuiabanas – centrada na valorização de múltiplos aspectos regionais – entre realidade e ficção; impressões e sensibilidades,

Dunga participa e “vive” a estória que narra, [...], como que tendo uma coparticipação na vida de todos os personagens. É que Dunga é, antes de tudo, uma memorialista. Os feitos e fatos narrados são buscados no baú de suas vivências. (CARVALHO, 2013: 21).



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Iniciou sua trajetória como escritora, na imprensa local, aos 19 anos, escreveu em “A Crysallida”⁶⁸, entre 15 de maio de 1927 a 15 de novembro de 1927, totalizando dez (10) artigos com uma temática variada: “Ruínas”, “Ouvindo-te”, “[Os malefícios do progresso]”, “[Amor ao próximo]”, “A Felicidade”, “Coisas que se vão”, “Mutações”, “Tormentas”, “Renúncia” e “Sorriso”.

Ao longo de 11 anos (1977-1988), entre 69 e 80 anos, escreveu cerca de quarenta e sete (47) crônicas para o “Diário de Cuiabá” – Cantinho Cuiabano – marcando uma fase importante de sua trajetória de vida, muitas dessas crônicas foram compiladas em formato de livro. Por dois anos (1986-1988), entre 78 e 80 anos deixou seus registros no suplemento “Diário Oficial de Mato Grosso” – Cultura – com publicação quinzenal. Por um ano (1984-1985), aos 76 anos de idade, publicou seus escritos no jornal “Estado de Mato Grosso”, totalizando quatro (4) textos. E, no “Jornal do Dia”, dois (2) artigos, versando sobre a publicação de um livro.

Yasmin Jamil Nadaf, manifestou-se sobre sua produção, na imprensa local, sinalizando que o conteúdo estético de suas crônicas buscou fixar costumes e acontecimentos ligados à cuiabania, uma escrita contextualizada, com lembranças e recordações de Cuiabá de outrora, de sua história, de suas tradições culturais,

Tanto na ficção, entremeada de fatos reais, como nas crônicas ou no discurso histórico-científico, o novo temático que cerca a sua escrita atém-se ao resgate e à preservação da cuiabanidade (ou cuiabania), bem como o amor e à valorização pela história sócio-cultural de Mato Grosso. [...], uma cuiabana autêntica, escreveu para fixar para sempre os costumes, hábitos, fatos e pessoas da Cuiabá antiga. (NADAF, 2004: 112).

Consagrou vários dos seus escritos à sua cidade natal, Cuiabá, e publicou aproximadamente quinze (15) livros, que se atém ao cotidiano da cidade por meio de lendas, contos, prosas memorialísticas, movimentos musicais, folclore, agremiações e ligas.

⁶⁸Jornal fundado no ano 1927 por Benjamin Duarte Monteiro e Deocleciano Martins de Oliveira, periódico da mocidade do Lyceu Cuiabano.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Uma parte de sua produção faz referência à história da música em Mato Grosso, a exemplo de *Roteiro Musical da Cuiabania: a arte em Cuiabá* (1978); *Antônio Simarinho: vida e composições* (1978); *José Mamede da Silva Rondon: vida e composições* (1978); *Dr. Antonio Pedro de Figueiredo: vida e composições* (1979); e *Movimento Musical em Cuiabá* (2000).

Acerca dos costumes cuiabanos, escreveu: *Reminiscências nos 250 anos de Cuiabá* (1969), *Os Vizinhos* (1977); *Marphysa: romance de costumes (ou o cotidiano de Cuiabá nos tempos do Candimba, das touradas do Campo d'Ourique e das esmolos do senhor Divino)* (1981); *Cuiabá: roteiro de lendas* (1984); *Lendas de Mato Grosso* (1997).

Com Maria de Arruda Müller publicou *Cuiabá ao longo de 100 anos*, conteúdo temático regado de memórias acerca de Cuiabá e do cuiabano. Cabe registrar que, um de seus livros foi destinado ao público infanto-juvenil, *Uma aventura em Mato Grosso*.

Compôs músicas nas quais assinala uma tendência para o humor, alegria e versatilidade. Suas músicas falam do entusiasmo do cuiabano, das festividades, a exemplo de *Banda do seu Neco e Cuiabá Festiva*⁶⁹. Nessa perspectiva, *Cuiabá Festiva* canta o jeito de ser cuiabano,

Não tem gente mais festeira/
Do que o povo de Cuiabá/
Comemora o ano inteiro/
Até data que não há. Tem peru, leitão assado/
Nos dias de ano bom/
Quem dançava vadiava/
Morena de pés no chão. Requebra meu bem,
requebra/
Levanta poeira do chão/
Do mundo nada se leva/
Eu não estou morto não. (RODRIGUES, 2006: s/p).

Uma das obras de Dunga Rodrigues que apresenta uma abordagem estética diferente é *Lendas de Mato Grosso* (1997). Com uma construção composicional do gênero lendas, a escritora nos envolve pelos caminhos do imaginário e da mentalidade cuiabana trazendo à tona os mais vivos acontecimentos regados de profunda emoção: medos, anseios, convicções, crenças e paixões entrecruzados por uma narrativa cômica abalizada pelo contexto histórico de Mato Grosso. As lendas, *A figueira*, *A procissão das Almas*, *O Lobisomem*, *O Minhocão do*

⁶⁹ Músicas executadas em “Viva Cuiabá, Espetáculo de Homenagens!: 287 anos”. Sesc Arsenal, 2006.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Pari, O Jaú, O porco espinho, Candimba, O passeio noturno e Pai do mato exprimem o olhar da escritora sobre Cuiabá e os costumes da cuiabanidade.

Uma narrativa peculiar identificamos na lenda “A Bruxa 1”, descrição de uma mulher que causava medos e arrepios, permitindo ao leitor, pensar acerca do matrimônio e da vida de mulheres celibatárias, pois: “Mulher, com aquela cara de assombração, alta, magra e trigueira, nem um tico de beleza, achar marido pra casar, só à custa de bruxaria, no duro!” (RODRIGUES, 1997: 17).

Em Lendas de Mato Grosso, identificamos o problema da circularidade cultural das palavras faladas nas palavras escritas: a invenção da cuiabania no diálogo interior e nas inter (relações) entre Dunga Rodrigues e o seu círculo de sociabilidades.

Uma vez que, a palavra, fenômeno ideológico por excelência, possui uma função social e fundamenta-se nas relações humanas, constituindo-se um discurso, um estilo, uma trama, um enunciado. Nesses termos, a palavra, enquanto materialidade, indica as mudanças e as transformações sociais. Um signo ideológico reconhecido, marcado temporalmente e culturalmente, desvelando relações dialógicas e produzindo múltiplos sentidos que refletem e refratam cotidianamente.

Cultura popular e o problema da circularidade cultural

Em nossas análises acerca dos usos da palavra (no sentido bakhtiniano do termo) buscamos compreender o *passado* que permeia o *diálogo interior*⁷⁰ na literatura histórica da referida autora, que preocupava-se em preservar a *cultura popular*, a palavra falada, por meio da palavra escrita, o que nos permitiu aventar por um percurso metodológico a saber, o problema da *circularidade cultural* e a invenção da cuiabania, expressão de um segmento social, entrecruzando saberes entre Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e Academia Mato-grossense de Letras, fazendo uso da palavra escrita como indicador mais sensível das transformações sociais.

⁷⁰ O pensamento de Dunga Rodrigues sobre Cuiabá e sua gente. A palavra própria.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Dunga Rodrigues, conectou-se ao passado de sua infância e juventude à Cuiabá em processo de modernização dos últimos anos de sua vida. Essa problemática nos “conduz à construção da noção de trajetória como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é que ele próprio um devir” (BOURDIEU, 2005: 189). Além disso, como as redes de sociabilidades coparticipam na construção da cuiabania e legitimam as memórias de si e de outrem.

Lendas de Mato Grosso, um mergulho no cotidiano das palavras faladas (tradição oral) que tornou-se para Dunga Rodrigues, ao longo de sua trajetória, fonte de inspiração para a sua produção literária, com uma temática abalizada a partir de um modelo historiográfico “oficial” de Cuiabá, Mato Grosso.

A referida obra, possibilitou-nos ainda um exercício teórico-metodológico de compreensão da cultura popular não mais no viés de cima para baixo; de baixo para cima, ou ainda, do erudito ao popular. Mas numa perspectiva de leitura do popular a partir do conceito de circularidade cultural, formulado por Mikhail Bakhtin e, assentada na micro-história de Carlo Ginzburg, “por trás dos livros que Menocchio ruminava, identificamos um código de leitura e, por trás dele, um estrato sólido de cultura oral” (GINZBURG, 1995: 142).

Diante do exposto acima, passamos a compreensão de que a produção escrita de Dunga Rodrigues e sua aproximação com a história encontra-se exatamente em sua escolha pela cultura popular decodificada na seleção de lendas e mitos. Seus escritos literários seriam um filtro, um crivo entre o erudito e o popular; entre oralidade e escrita. Visto que, para Dunga Rodrigues: “É bom recordar, [...], as gratas recordações, embora fúteis, mas reconfortantes, ao invés de removermos, contrariedades e pesares.” (RODRIGUES, 2000: 17).

Para Bakhtin a importância de uma obra artística não encontra-se apenas no lugar histórico que o autor ocupou na literatura mundial,

[...], sua principal qualidade é de estar ligado mais profunda e estreitamente que os outros às fontes *populares*, fontes específicas [...]; essas fontes determinaram o conjunto de seu sistema de imagens, assim como sua concepção artística. (BAKHTIN, 2013, p. 2).



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Partindo desse ponto, Bakhtin nos fez refletir sobre o lugar histórico que Dunga Rodrigues ocupa no âmbito da literatura em Mato Grosso, mas também principalmente por conectarmos com as fontes populares, com a tradição oral. As opções estéticas de Dunga Rodrigues, isto é, o caráter popular peculiar em suas criações, explicam o não-literário em suas obras, uma chave fundamentalmente para decifrá-la.

De tal maneira, percebemos como os historiadores da cultura alcançam as palavras literárias, concebendo-as como fonte de pesquisa histórica e por meio delas obtendo entendimento do contexto histórico e social de determinadas épocas. Literatos (as) compreendem a importância da história em sua escrita criando profundas representações sobre o passado.

Diante de tais afirmativas, quanto a literatura, ao refletirmos com os escritos de Dunga Rodrigues tencionamos o seu lugar de produção. Ela, atuou como pesquisadora em um lugar de produção de historiadores (as), o Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional (NDIHR) da UFMT, passando a produzir uma literatura entrelaçada por um método historiográfico, por uma prática de levantamento de fontes, feita com base no projeto: Levantamento musical da Cuiabania, sob a influência de duas historiadoras, Elizabeth Madureira Siqueira e Therezinha de Jesus Arruda, à época professoras do Departamento de História da UFMT.

Voltamos a publicação “Lendas de Mato Grosso” para situarmos com mais propriedade nossas análises. A obra reúne um conjunto de narrativas que representam os costumes, os valores, as crenças e as tradições de uma cuiabania, somam-se cento e vinte e oito (128) lendas, que a autora levantou “em Cuiabá e localidades da periferia”. Quatorze (14) delas são atribuídas a Maria Ozébia ou Ozébia e as demais, cento e quatorze são de autoria do padre José Maria de Macerata. O livro foi organizado em parte I – “Estórias de Ozébia”, parte II – “Lendas atribuídas ao padre José Maria de Macerata”. No corpo do texto, as lendas são distribuídas e organizadas por uma sequência numérica, em algumas, ao final da narrativa, consta uma nota explicativa, indicando as fontes de pesquisa.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



O conteúdo temático da primeira parte do livro baseia-se no passado de Cuiabá, expressam medos, anseios e indicam uma perspectiva de futuro. Com o gênero lendas, Dunga Rodrigues, apresenta-nos um panorama dos principais eventos da história de Mato Grosso: descoberta do ouro, guerra do Paraguai, indígenas, doenças, personagens caricatos e credíes.

Com ênfase na performance de Ozébia, filtro e crivo dos olhares de Dunga Rodrigues acerca das mulheres cuiabanas, delineadas como transgressoras, ambiciosas, dotadas de poderes sobrenaturais. Em Ozébia, a oralidade é “palavra viva”, que Dunga Rodrigues, retém e captura tornando-se “autoridade pelos usos da escrita”, incorporando a autoria de uma produção extensa e variada, compilada em livros.

Nas recordações de Dunga Rodrigues, Cuiabá e Ozébia são pensadas como:

Cuiabá era um depósito de lendas e Maria Euzébia ou Ozébia, o “anjo bom”, que se sentada ao batente da janela do meu quarto, pois não havia forças que a fizesse aceitar cadeiras. Contava histórias e mais lendas, das quais muitas vezes ela própria era também personagem, pois repetia convicta: “vi com estes olhos que a terra irá comer”. (RODRIGUES, 1997: 13).

Estreitando nosso olhar sobre Ozébia, parte I - “Estórias de Ozébia” do citado livro, despontam duas performances de Ozébia, ora apresentada como “contadora de história” e guardiã de uma memória, ora, como “a bruxa”, mulher livre voando nas noites de sexta-feira treze.

Sobre a “contadora de história” temos as seguintes informações. Maria Euzébia, negra, parteira, benzedeira, popularmente chamada de Ozébia. Moradora do Barcelo, bairro junto à Várzea Ana Poupina. Era “solitária e misteriosa”; “criativa e bondosa”. Conhecedora de benzeções, feitiços e simpatias, povoando o imaginário das pessoas a seu respeito.

Um pouco mais de Ozébia obtemos por meio da lenda “A bruxa”, narrativa sobre o enlace matrimonial de Ozébia com Zé Monqueba. Um casal de pouca beleza. Ozébia não foi pedida em casamento, tampouco foi cortejada, não se sabe a respeito de trocas de cartas, se houve ou não mediação por parte da família da noiva. Mas, “À boca pequena, todos diziam que



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



foi a peso de coisa-feita, e bem-feita, que Zé Monqüeba caiu nas malhas de Maria Ozébia”. (RODRIGUES, 1997: 17).

Tal façanha deu-se em Várzea Grande, na Capelinha do Piçarrão, num sábado qualquer. Zé Monqüeba vestiu-se de terno de brim e botina rena. “[...] Siá Ozébia casou, de véu e grinalda, como qualquer outra noiva”. (RODRIGUES, 1997: 17). Havia muita gente na porta da igreja, bisbilhotando, “pois todos queriam ver com seus próprios olhos o fato que parecia um sonho” (RODRIGUES, 1997: 17), a união Zé Monqüeba e Ozébia. “Muitos comentavam que na hora de entrar na igreja o santo viraria as costas e a noiva sairia voando pela janelinha lateral, e quando o padre juntasse as mãos dos noivos e fizesse uma cruz sobre eles, aspergindo-os com água benta” (RODRIGUES, 1997: 17). Porém, o casório foi chique e nada de anormal aconteceu.

Com papéis bem definidos socialmente, Zé Monqüeba, todos os dias saía para o trabalho, no espaço da rua. Ozébia, corriqueiramente saía para as benzeções e pontualmente cuidava da casa, preparava os alimentos, lavava as roupas, cuidava das plantas e da limpeza do quintal, realizando quase tudo no espaço doméstico, privado. Uma exímia dona de casa.

Passaram-se os dias. Ele não dizia uma só palavra. Só observava. E, resolveu buscar ajuda da comadre Sidônia, mulher dotada de atributos mágicos, que foi logo dizendo: ela é misteriosa. Nós pensamos que o casamento, quebraria o encanto. Comadre Sidônia recomendou o seguinte: “ponha no terreiro um mocho de pernas viradas para o ar. E, na janela da cozinha, coloque uma tesoura aberta e espere o resultado” (RODRIGUES, 1997: 19).

Ozébia foi violentamente surpreendida! Com as mãos atadas e com o dedo decepado, o encantamento foi quebrado. Ozébia passou o resto da vida envergonhada, constrangida, “escondia o dedo decepado no bolso da saia de chita, não o retirando para nada.” (RODRIGUES, 1997: 20). Zé Monqüeba decepou as virtudes e os talentos mágicos de Ozébia. Ela perdeu o encantamento.

Ozébia imprimia a si mesma um distanciamento da vida privada e uma aproximação com o espaço público, dona de uma profunda determinação. Zé Monqüeba, inseguro e medroso,



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



não soube lidar com as aspirações de liberdade e realização de Ozébia fora do lar. Usou de violência para mantê-la sob o seu jugo, podou suas asas, deixando-a mutilada e ferida.

Enfim, nos deparamos com uma mulher fronteira, que não está totalmente voltada para o mal, nem para o bem, cujos opostos são complementares e antagônicos. Talvez sejam esses os traços próprios da condição humana, e, no caso específico, da condição do “ser mulher”.

Considerações finais

Os escritos de Dunga Rodrigues representam os registros de uma história marcada pelo tempo. Trata-se de um importante legado sobre a cultura cuiabana (oral/escrita). Uma produção escrita que entrecruza dois campos: história e literatura. Saberes entrelaçados entre ficção e realidade.

Dunga Rodrigues evoca-nos, leitores de suas obras a uma investigação dos vestígios do passado no presente, um projeto esteticamente elaborado, uma construção literária que buscou, na cultura popular, a produção de uma narrativa marcadamente pautada sobre a história de Mato Grosso, uma articulação entre os indícios históricos com a finalidade de fazer-se escritora obtendo o devido reconhecimento de seus pares.

Portanto, a partir da trajetória de vida de Dunga Rodrigues e, tomando como referência os relatos de memória da escritora, foi-nos possível um exercício historiográfico, levando em consideração as condições em que se produz uma obra literária, o contexto e a recepção.

Um traço marcante de suas obras, de sua subjetividade encontra-se em sua dedicação em representar a *cultura popular*, nos idos da década de 1970, colaborando para com a perpetuação de uma memória oficial intimamente ligada ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e Academia Matogrossense de Letras (AML) no intuito de forjar uma cultura, uma tradição, um passado – “a cuiabania”.

Em suma, em *Lendas de Mato Grosso*, afirmamos que Dunga Rodrigues, produz sua narrativa pelo viés da história linear de Mato Grosso, rememorando auge, decadência e evolução. Sua Cuiabá – “depositário de lendas” – sobrevive pela graça do Senhor Bom Jesus,



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



o patrono da cidade. Autora e obra – “guardiãs da memória” – projetam-se por meio de uma cultura escrita, fixando representações sobre Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.

Referências

- AMARILHA, Tertuliano. Cinzas Sagradas. In: SIQUEIRA, Elizabeth Madureira de (Org.). *Tributo a Dunga Rodrigues: gratidão e saudade*. Cuiabá: Secretaria de Estado de Cultura; Carrión e Carracedo, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. IN: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos & Abusos da História Oral*. 6º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- CARVALHO, Carlos Gomes de (Coord). *Coleção obras raras da literatura matogrossense*. Cuiabá: KCM Editora, 2013.
- CERTEAU, Michel de . *A escrita da História*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FRANCISCO, Jurandir Antônio. A ousadia de ser Dunga Rodrigues. In: SIQUEIRA, Elizabeth Madureira de (Org.). *Tributo a Dunga Rodrigues: gratidão e saudade*. Cuiabá: Secretaria de Estado de Cultura; Carrión e Carracedo, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- MÜLLER, Maria de Arruda. Introdução. In: MÜLLER, Maria de Arruda; RODRIGUES, Dunga. Cuiabá ao longo de 100. Cuiabá: Edit. Eletrônica Selma Carvalho, 1994.
- NADAF, Yasmim J. *Presença de mulher: ensaios*. Rio de Janeiro: Lidador, 2004.
- PÓVOAS. Lenine de. Apresentação (1889-1991). In: MÜLLER, Maria de Arruda; RODRIGUES, Dunga. Cuiabá ao longo de 100. Cuiabá: Edit. Eletrônica Selma Carvalho, 1994.
- RODRIGUES, Dunga. A Rua Grande. In: MÜLLER, Maria de Arruda; RODRIGUES, Dunga. Cuiabá ao longo de 100 anos. Cuiabá: Edit. Eletrônica Selma Carvalho, 1994.
- RODRIGUES, Dunga. *Minha experiência jornalística. Diário de Cuiabá*. Cuiabá, s/d.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Lendas de Mato Grosso*. Cuiabá, Gráfica Print Express, 1997.

RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). Cuiabá Festiva. In: PEREIRA, Edith (Dir.). *Viva Cuiabá, Espetáculo de Homenagens! 287 anos*. Cuiabá: Conservatório Musical Dunga Rodrigues; Sesc Arsenal, 2006. (musical).

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (Coord.). *Memória Viva de Firmo e Dunga Rodrigues*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. A portentosa e inesquecível Dunga Rodrigues e sua contribuição para o resgate cultural de Mato Grosso. In: SIQUEIRA, Elizabeth Madureira de (Org.). *Tributo a Dunga Rodrigues: gratidão e saudade*. Cuiabá: Secretaria de Estado de Cultura; Carrión e Carracedo, 2002.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 4ª Ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS CULTURAIS PARA A HISTÓRIA INDÍGENA: NOVOS OLHARES E DIFERENTES ENFOQUES - OS PESQUISADORES INDÍGENAS EM MATO GROSSO DO SUL

Amanda Ximenes da Silva⁷¹

Vera Lúcia Ferreira Vargas⁷²

Ao longo do processo de contato entre índios e não índios, principalmente após a colonização das Américas, o conhecimento que foi produzido e divulgado sobre os povos indígenas, para a sociedade envolvente, passou pelo ponto de vista hegemônico ocidental, ou seja, pensamentos, conhecimentos e códigos de linguagens dos colonizadores que sempre os perceberam e os trataram como povos inferiores e incapazes, entre outros termos e conceitos pejorativos. Essas concepções atravessaram os séculos e ainda se fazem presentes no tempo atual. Manuais didáticos, ao longo de sua história, ajudaram a consolidar essa imagem equivocada dos índios no passado.

A partir desse ponto, chama-se a atenção para o preconceito que os povos indígenas ainda vivenciam cotidianamente na sociedade envolvente. São discursos que deslegitimam suas ações e, como consequência, ajudam a desencadear sérias implicações no que diz respeito ao acesso de seus direitos que, inclusive, foram garantidos na Constituição Brasileira de 1988 e que ainda não são respeitados.

A história de contato está sendo revisitada constantemente, através de vários estudos produzidos principalmente no âmbito dos programas de pós-graduações das universidades brasileiras e para além delas, tanto por pesquisadores interessados na temática indígena quanto por pesquisadores indígenas.

Nesse sentido, a perspectiva dessa pesquisa é a de analisar as produções acadêmicas nos programas de pós-graduações nas universidades brasileiras, mapeando e identificando o que os trabalhos produzidos pelos pesquisadores indígenas têm em comum, como se dão as relações

⁷¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana. Especialista em História da América pela UFMS, Campus de Aquidauana. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais PPGCult/CPAQ.

⁷² Professora de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CPAQ, e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCult/UFMS/CPAQ).



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



entre os pesquisadores indígenas dentro do universo acadêmico, como estabelecem as redes e alianças entre eles e os não índios e por fim contribuir para os estudos indígenas e demonstrar as suas contribuições no processo de formação do Brasil.

Dentro dessa perspectiva, importantes trabalhos foram desenvolvidos e contribuem diretamente para as desconstruções das imagens equivocadas sobre os índios no passado, demonstrando que, ao longo da história, sempre interagiram, ao seu modo, com o “outro”, neste caso, o colonizador. Assim, Maria Regina Celestino de Almeida, tendo como base teórica a consolidação e ampliação da perspectiva da nova história indígena proposta por John Manuel Monteiro, demonstrou e provocou os historiadores e pesquisadores da temática indígena para compreender os povos indígenas como agentes históricos plenos.

Ainda nessa perspectiva, Maria Regina traz uma importante contribuição para o estudo e compreensão de novas abordagens, possibilitando novas reflexões, como evidenciou em seu livro: “O índio na história do Brasil” (2010). Para além dessas contribuições, também evidenciou que os índios compreenderam seu papel político e seu lugar na história através de suas ações (Almeida, 2009). Dessa maneira, John Manuel Monteiro e Maria Regina Celestino de Almeida, a partir do diálogo entre Antropologia e História, ampliaram as percepções sobre a história dos povos indígenas durante o processo de colonização no Brasil, seguindo até o tempo presente.

O estranhamento da cultura hegemônica em relação aos povos indígenas é recorrente, e não poderia ser diferente com aqueles que seguem a carreira acadêmica, sujeitos dessa pesquisa, como já mencionado. Para compreender as ações desenvolvidas pelos pesquisadores indígenas optou-se por se apropriar do conceito de *entre-lugar* (Bhabha, 1998), aqui compreendido como a universidade e a aldeia e *hibridação* (Canclini, 1998), uma vez que se entende que o índio não deixou de ser índio por estar transitando em outros espaços fora da aldeia; nesse caso, se entende que o índio não deixou de ser índio por ingressar na universidade e seguir a carreira acadêmica por meio da pós-graduação. Pelo contrário, entende-se que se os sujeitos que foram, ao longo dos anos, pesquisados pela Antropologia, História, Sociologia e outros campos do conhecimento, nos tempos atuais eles próprios estão pesquisando e buscando o reconhecimento da sua produção acadêmica, demonstrando que a educação é um importante instrumento para a conquista de seus direitos. Neste sentido:



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Os Terena estão construindo e reconstruindo novas relações e alianças com a sociedade envolvente, que têm servido para respaldar e legitimar as reivindicações por direitos, sobretudo junto aos órgãos oficiais do Estado brasileiro. (Castro & Vargas, 2013, p. 2)

E é nessa perspectiva que os Estudos Culturais se constituem no campo teórico que respalda esse estudo, sendo os povos indígenas marcados pela diferença e alteridade. Segundo Bhabha (1998), o discurso colonial opera as relações de poder, ser e saber como estratégia de controle e em decorrência desse olhar colonizador os povos indígenas, neste caso, são vistos como os “outros” pela cultura ocidental. Os estudos culturais então possibilitam desconstruir discursos coloniais que inferiorizam os grupos, então categorizados como “subalternos”, os quais são alvo de estereótipos, como se houvesse, de fato, sociedades com saberes superiores. Bergamaschi, em sua pesquisa, traz uma contribuição que discute os saberes, relacionando o que também se considera como o *entre-lugar*: o conhecimento acadêmico e o conhecimento indígena.

O encontro da academia e da ciência moderna com o conhecimento indígena é pautado por muitas incompreensões e até por muitas arrogâncias, pois predomina na universidade a crença num saber único, resultado da ciência moderna e que tem como base a experimentação e a comprovação. (Bergamaschi, 2014, p. 12)

A educação para eles é observada nesta pesquisa como uma das estratégias de resistência no cenário político da sociedade envolvente. Os pesquisadores indígenas, que em geral fazem parte do movimento indígena, se apropriam dos códigos da sociedade envolvente para atender suas demandas societárias. Portanto, o pesquisador indígena transita nesse *entre-lugar* (Bhabha, 1998, p. 14), que nesta pesquisa se refere à vivência desses sujeitos nos espaços da sua comunidade e da universidade.

O conceito de *entre-lugar* proposto por Homi Bhabha contribui para discutir ou relacionar os espaços da sociedade envolvente onde os indígenas reconstróem estratégias de sobrevivência, onde culturas diferentes se encontram e reconstituem suas identidades. Nesta pesquisa, o *entre-lugar* se constitui entre a aldeia e a universidade, a fronteira está estabelecida



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



entre aldeia e universidade, entendendo que os pesquisadores terenos extrapolam esses espaços na medida em que estão na universidade, e através dela denunciam situações, buscam legitimações de direitos (saúde, educação, terra etc) junto ao Estado brasileiro.

Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (Bhabha, 1998, p. 20)

É nessa perspectiva que seguimos com o desenvolvimento da pesquisa; para continuar o diálogo no campo dos estudos culturais, Néstor García Canclini (1998), que trabalha a discussão sobre interculturalidade a partir do ponto de vista latino-americano, também comporá este estudo com seu conceito de *hibridação* para a compreensão do que é ser indígena na contemporaneidade, ocupando outros espaços fora da aldeia, se articulando e se tencionando dentro das universidades, construindo uma interculturalidade. Esse conceito nos auxilia a pensar as identidades e as práticas culturais indígenas sob uma concepção diferente à das abordagens essencialistas e isso é importante, pois se sabe que abordagens essencialistas conduzem à prática da valorização dos índios no passado, o que gera uma série de retrocessos para os povos indígenas. Assim:

la idea de culturas híbridas, porque permite imaginar morfologias sociales, campos de regularidad singularizados, designaciones de la catástrofe, pero una catástrofe que no es un borde limítrofe, un mero punto de singularidad, el espacio de una fractura. La cultura híbrida no designa un vacío, una grieta en el proceso de transición, sino la materia misma de una cultura, de su vitalidad y su fuerza de invención singularizada y en disipación. (Canclini, 1998, p. 361-362)

Canclini trabalha com o termo “hibridação” porque abarca diversas mesclas interculturais. Para ele:

La hibridez tiene un largo trayecto en las culturas latinoamericanas. Recordamos antes las formas sincréticas creadas por las matrices españolas y portuguesas con la figuración indígena. En los proyectos de independencia y desarrollo nacional vimos la lucha por compatibilizar el modernismo cultural



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



com la semimodernización económica, y ambos con las tradiciones persistentes. (Canclini, 1998, p. 14-15)

É importante evidenciar que suas práticas e os discursos indígenas só são legitimados a partir da aldeia, que para os Terena é lugar de reconhecimento e por isso de legitimação das lideranças que os representam.

A *aldeia* deve ser entendida como um adensamento de relações parentais, políticas e religiosas entre um determinado número de *troncos* que ocupam uma área contínua de terras. A idéia de adensamento é importante porque os *troncos* de uma aldeia também se relacionam com os *troncos* de outras aldeias, [...] mas estas relações tendem a ser mais diluídas e menos frequentes, uma vez considerada a distância espacial e social aí instaurada. De todo modo, as redes ampliadas também são muito valorizadas por ampliarem o horizonte social, principalmente no caso das lideranças e das pessoas que buscam melhores condições de vida. [...] É importante ainda que a aldeia está sempre inserida numa rede que extrapola os seus limites, sendo esta inserção imprescindível para o seu reconhecimento. (Pereira, 2009)

A partir dessa compreensão do que é a aldeia para os Terena, reconhece-se que o *entre-lugar* só existe a partir da aldeia; a aldeia é um lugar de ressignificação, é a partir dela que tudo está vinculado; o discurso ao qual os indígenas se apropriam se legitima na aldeia, a aldeia é o primeiro lugar de fala. A legitimação de toda posição, fala ou ação está ligeiramente associada ao reconhecimento da liderança da comunidade em questão; também aqueles que não são reconhecidos pela comunidade não se constituem em liderança.

A *hibridação* está na vivência com culturas outras, a transição entre a sociedade envolvente e sua comunidade, onde uma constitui a identidade da outra num processo de interculturalidade. Sujeitos *híbridos* num *entre-lugar*.

(...) a formação de intelectuais indígenas não ocorre somente na academia: o intelectual indígena que chega à universidade, em geral emerge e atua nos movimentos, na organização e na afirmação étnica, na luta pelo reconhecimento social, político e cultural, pelos direitos básicos de viver na terra e ter respeitado suas territorialidades, por saúde e por educação. (Bergamaschi, 2014, p. 12)



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Essa afirmação corrobora com a importância das aldeias para os Terena, pelas várias funções que ela exerce. A presença indígena na universidade é cada vez mais notória. No Campus de Aquidauana/CPAQ/UFMS, cerca de 450 acadêmicos indígenas ali estão inseridos nos diferentes cursos oferecidos pela instituição.

A presença Terena na universidade não é algo novo; eles sempre estiveram lá, em números muito menores que hoje, porém sempre estiveram presentes na universidade, como muitos professores indígenas nos informam por meio dos diálogos estabelecidos, porém a sua presença não era registrada porque não se identificam como índios, na perspectiva de não viverem os preconceitos, entre outras situações que ainda serão melhores compreendidas.

Atualmente, temos um considerável número de acadêmicos indígenas dentro das diversas universidades brasileiras para atenderem os mais diversos objetivos individuais e coletivos, uma vez que muitos deles estão diretamente vinculados ao movimento indígena.

A hibridação se inicia nesse encontro de sociedades com modos de viver completamente diferentes, com concepções, signos e organizações distintas. Os Terena, assim como todos os povos indígenas, são sujeitos da história e sendo assim, ao longo dos séculos, se articularam com a sociedade envolvente buscando a garantia de seus direitos.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **O índio na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca. (Orgs) **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2009.

BHABHA. Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1998.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



CASTRO, Iara Quelho de. VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **Os pesquisadores de índios e os índios pesquisadores.** Outros tempos, v.10, n.16, 2013 p. 2.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação.** Tellus, ano 14, n. 26, p. 11-29, jan./jul. 2014, Campo Grande, MS

PEREIRA, Levi Marques. **Os Terena de Buriti:** formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2009.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



AS FRONTEIRAS DA ACESSIBILIDADE CULTURAL PARA OS SURDOS: DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS À VISIBILIDADE

Katicilayne Roberta de Alcântara⁷³
Antônio Firmino de Oliveira Neto⁷⁴

Introdução

Diversas discussões perpassam sobre a temática das fronteiras, seja de maneira polêmica ou não. Martin (1997, p. 11) menciona que fazer a “menção à palavra fronteira provoca uma reação negativa, [...] conflitos e muitos sofrimentos em torno do seu estabelecimento, manutenção ou destruição”. O autor argumenta ainda que ideia é discutida pelo menos desde o início da Revolução Francesa com suas transformações. Nesse sentido, a relação entre fronteira/civilização discutido por Steiman e Machado (2002) se compreende por concepções políticas que regem as relações sociais e culturais. Uma vez que, a ideia de fronteira se cristalizada, há a separação entre povos, não diferente do que ocorre nos dias atuais, como exemplo a possível ampliação do muro existente entre os Estados Unidos e o México, proposta pelo governo americano.

Para grande parte dos geógrafos a fronteira geralmente é discutida com relações físicas e espaciais, entendidas ainda por múltiplos sentidos. Contudo, para esta discussão, será adotado um significado que transcende os aspectos meramente geográficos. Martin (1997) esclarece que a fronteira trás no seu interior o descontentamento, a mudança, o desejo do grupo de ser diferente do resto do mundo, como “parte distinta, como elemento de um todo maior”. Corroborando com os argumentos de Souza (2014), pressupõe-se a fronteira como um espaço cultural e social, de sujeitos que se constroem em suas relações.

Ao analisar a realidade dos surdos discutida nesse artigo, observa-se suas lutas frente as inúmeras fronteiras que encontram. Nesse sentido, as fronteiras “antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas” (PESAVENTO, 2002, p. 35). A história revela diferentes

⁷³ Mestranda em Estudos Culturais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS - Campus de Aquidauana). E-mail: katyroberta@gmail.com

⁷⁴ Professor do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e docente permanente dos programas de pós-graduação em Estudos Fronteiriços (Campus do Pantanal/UFMS) e Estudos Culturais (Campus de Aquidauana/UFMS). E-mail: firmينو.oliveiraneto@gmail.com



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



realidades conflitantes no processo de compreensão da surdez que, por décadas, foi considerada como maldição, loucura ou patologia. Sob a ótica da sociedade ouvinte produziu-se o audismo:

O audismo é um conceito surgido na França que busca definir o olhar preconceituoso sobre o sujeito surdo, enxergando-o na condição de sujeito incapaz, digno de pena e eterna dependência para a execução de suas atividades psicofísicas diárias. (SILVA; CAMPELO; NOVENA, 2012, p. 4).

Assim, os movimentos em favor dos sujeitos surdos foram apoiados por suas famílias, pesquisadores e até mesmo instituições, e se iniciou uma árdua luta contra as práticas audistas e em busca de efetivar seus direitos.

Com o objetivo de fomentar novas pesquisas e identificar como os surdos lidam com as fronteiras da acessibilidade cultural e conquistam sua visibilidade no meio social, esse trabalho investiga essas questões por meio de uma pesquisa qualitativa exploratória, preocupada com os aspectos reais das proposições expostas aqui.

Fronteiras históricas a respeito do sujeito surdo e suas (in)visibilidades

Santana (2007) afirma que na historicidade da educação de surdos houve o predomínio da oralização, como única forma de possível aprendizagem e integração social. A discussão aqui proposta terá como ponto de partida a educação dos surdos no Brasil, desde o século XIX. Neste período, a maioria dos surdos demonstravam inúmeras dificuldades na aquisição da fala, segundo Lacerda (1998) quando conseguiam algum sucesso, era parcial e tardio em relação à fala do ouvinte, mesmo com o incremento do uso de próteses, o chamado aparelho auditivo. Com o método aplicado, os surdos não aprendiam a falar, ocasionando marcas negativas para suas vidas e acarretando dificuldades no convívio sociocultural.

Os fracassos na utilização desse método possibilitaram o surgimento da abordagem da comunicação total, que se acreditava na possibilidade de desenvolver a comunicação, a interação e a sociabilidade dos surdos com as demais pessoas na sociedade utilizando a linguagem oral/escrita com gestos/sinais. Santana (2007) esclarece que:



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



A comunicação total não exclui recursos e técnicas para a estimulação auditiva – abrange a adaptação de aparelho de amplificação sonora individual, a leitura labial, a oralização, a leitura e a escrita. [...] Seja por meio da linguagem oral, seja pela língua de sinais, seja pela datilologia, seja pela combinação desses modos, deve-se priorizar a comunicação (SANTANA, 2007, p. 180).

Essa forma de comunicação buscava facilitar o aprendizado na educação de surdos, com a ideia de readaptação da deficiência ao padrão “normal” dos demais ouvintes. Dessa forma a comunicação oral era ensinada, porém prejudicou mais uma vez na aquisição da linguagem e no desenvolvimento cognitivo. Por esses e outros pontos, a comunicação total foi considerada falha e incapaz de auxiliar no processo de aprendizagem dos surdos.

Em meados dos anos 1990, outra proposta pautada na educação dos surdos era discutida, na perspectiva da inclusão. Segundo o Ministério da Educação (MEC), a proposta visava “(...) uma ação política cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2008). Entendia-se que essa perspectiva garante a ideia de acesso e participação dos surdos nas escolas regulares, levando em consideração sua especificidade linguística, com os mesmos direitos dos demais alunos, mas essa perspectiva apresenta suas dificuldades até hoje.

Já no final dos anos 90, surgiu o bilinguismo, seguindo uma tendência no mundo com políticas e práticas centradas na utilização, tanto da língua de sinais, quanto da língua oficial do país, numa perspectiva de repensar o ensino escolar para pessoas surdas.

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança surda duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita (QUADROS, 1997, p. 27).

Dessa maneira, entre tentativas, erros e acertos, os surdos foram oprimidos e deixados à margem do mundo social, econômico, educacional, cultural e político. Por causa disso, a sociedade reflete a ideia de que eles são incapazes, deficientes, impossibilitados de exercer suas próprias escolhas. Nesse sentido, passa a se ocupar a estereotipagem e a insistência em focar a atenção dos surdos para a sua “deficiência auditiva”, mas é necessário “tirá-los do âmbito das



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



perspectivas médicas, terapêuticas, assistencialistas, caritativas, etc., que, historicamente, tem predominado, para tratá-los como uma questão cultural, social, histórica, política” (Silva, 1997, p. 4).

Essas questões relevantes infelizmente são ignoradas assim como sua cultura em meio a sociedade. Percebe-se o estabelecimento da fronteira na relação entre surdos e ouvintes, como elemento dificultador, quando, na verdade, deveria remeter-se ao inverso, ao facilitador, ao meio da comunicação, assim como Pesavento (2002) compreende as “fronteiras culturais”, como a possibilidade sempre presente de pensar um novo e estabelecer um pensamento sem fronteira.

Entendendo a acessibilidade para surdos e suas ressignificações

Em meio a tantos embates já discutidos, os surdos começaram a produzir novas formas de olhar, interpretar e se ressignificar nos contextos sociais em que estão inseridos. Lopes e Veiga-Neto (2006) definem essa atitude como marcadores culturais, em que as produções surdas por intermédio de suas experiências visual-espacial. Neste sentido, a língua proporciona aos seus usuários pertencentes a comunidade surda, novas formas de ver o mundo, de ter experiências e criar novos significados, como na literatura, nas poesias, teatro, uso de tecnologias, vida social e esportiva. Sobretudo,

Lutar pelo reconhecimento da diferença surda é lutar contra a noção de essência, pois na essência esconde-se aquilo que não podemos manipular, modificar e construir. Acreditar e lutar por uma essência estão na contramão de lutar pela diferença cultural, neste caso, pela diferença cultural surda, que necessita proporcionar condições materiais para a sua existência. Portanto, alguns dos marcadores culturais tais como luta, vida em comunidade, língua de sinais - são invenções surdas pela manutenção de sua própria existência (LOPES; VEIGA-NETO, 2006, p. 91).

No mundo, as línguas de sinais demonstram ser frutos de movimentos históricos e sociais pelas comunidades surdas, servindo como um produto de resistências à dominação. No Brasil, a Libras foi reconhecida pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, como:



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, sic).

Assim, a Libras ganhou status, visibilidade e protagonismo nos processos que envolvem a cultura da comunidade surda. Além disso, após três anos do seu reconhecimento, foi assinado e publicado o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a qual dispõe, de maneira geral, sobre questões de ensino-aprendizagem voltadas ao bilinguismo, aos profissionais envolvidos nesse processo e as potencialidades visuais, identitárias e culturais relacionadas com a pessoa surda.

A Libras apresenta subsídios de resistências aos seus usuários por meio de ações e produções específicas, “a língua é um processo simbólico construído por meio dos processos de significação da atividade, que envolvem o uso da linguagem nos próprios processos discursivos” (Moura, 2015, p. 39).

Para Hall (2005) a representação é a produção de significados por meio da linguagem. As diferentes linguagens são centrais para a cultura, pois são elas que abarcam os valores e os códigos que permitem os diálogos, ou seja, permitem que os sujeitos possam interpretar o mundo, as relações sociais estabelecidas em diferentes momentos, de maneira mais ou menos próxima a se tornarem membros de uma cultura.

Convertendo num espaço estratégico a partir do qual se podem pensar os bloqueios e as contradições que dinamizam essas sociedades-encruzilhada [...] o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais (MARTIN-BARBERO, 2013, p. 261).

As diversas formas de lutar pelo que é necessário e pelos seus desejos, mostram novas e constantes transformações no estabelecimento das identidades e construção da diferença. Ao mesmo tempo, Bhabha (1998) explica que existem diversos dispositivos legais auxiliando na identidade e cultura, no caso dos surdos, as dificuldades na comunicação ainda marcam as



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



diferenças nos espaços sociais, por isso, as novas tecnologias corroboram como na troca de significados e nas suas relações, como:

[...] um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos (CASTELLS, 1999, p. 40).

Dessa maneira, o avanço das novas tecnologias transformou a sociedade de maneira estratégica ao seu consumo, num modo libertário de ser, em que “(...) todo sujeito está sujeito a outro e é ao mesmo tempo sujeito para alguém. É a dimensão viva da sociabilidade atravessando e sustentando a dimensão institucional, a do “pacto social” (MARTIN-BARBERO, 2013, p. 306).

Pode-se considerar que, essas formas de comunicação advindas da internet construíram sistemas interligados e diversificados, sendo assim, meios cada vez mais rápidos e fáceis de acessá-los, são capazes de aproximar os sujeitos no processo comunicativo, como é o caso das redes sociais como *Facebook, Youtube, WhatsApp, Twitter*.

Como afirma Castells (2013), a lógica do funcionamento de redes cujo símbolo é a internet, tornou-se aplicável a todos os tipos de atividades, a todos os contextos e a todos os locais que pudessem ser conectados eletronicamente. Logo, pensar sobre inclusão para pessoas com algum tipo de deficiência, significa pensar em novas estratégias e perspectivas de acessibilidade, oportunizando meios para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento das formas de relações sociais. Castells (2013) ainda esclarece que:

Nosso mundo, e nossa vida, vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede (CASTELLS, 2013, p. 17).

Desse modo, o aumento das produções culturais em nosso país é legitimado por meio das redes de tecnologias e possibilitam diferentes formas de entretenimentos. Embora desde a Declaração Internacional de Direitos Humanos (1948), a garantia do acesso à cultura é discutida na perspectiva de assegurá-lo à todas as pessoas, em seu artigo 27 declara que: “Todo ser



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios” (ONU, 1948).

Logo, independente de classe, condição socioeconômica, deficiência, todas as pessoas têm direito de usufruir do acesso à cultura. Promover essa acessibilidade é garantir o seu direito à vida na comunidade cultural em que está inserido. Além disso, essa temática ainda faz parte das discussões em grande escala, tanto que a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, assinada como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) em seu artigo 42 tem como destaque o acesso à cultura:

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

I - A bens culturais em formato acessível;

II - A programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e

III - A monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos. (BRASIL, 2015).

De certa maneira, verifica-se que a legislação prevê o atendimento das necessidades dessas pessoas terem acesso aos espaços de fomento à cultura. Mas, e no caso das pessoas surdas? Observa-se que é necessário pensar outras formas e, diferentes estratégias no oferecimento da acessibilidade cultural.

Ainda, é possível destacar outro documento que norteia sobre a acessibilidade definindo normativas para a atuação do Tradutores Intérpretes de Libras – Língua portuguesa (TILS) é a NBR 15599 – Norma Brasileira de Acessibilidade: Comunicação na Prestação de Serviços. Nela se definem diretrizes para garantir que a comunicação esteja de maneira acessível, no caso dos surdos:

7.1.1.2 O intérprete de LIBRAS deve estar posicionado em local de destaque que permita a ele movimentar-se com segurança, ser visto e ver o público, ouvir e ver o que está sendo apresentado.

7.1.1.3 A boa visualização dos sinais feitos pelo intérprete de LIBRAS é garantida através de:

a) vestes contrastantes com o fundo e com a pele;

b) posicionamento e iluminação que permitam que o intérprete seja visto pelo público (ABNT, 2008, p. 25).



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Considerando a importância dessa e de outras normativas, os surdos necessitam da presença de profissionais TILS, como principal meio de acessibilidade, ou do recurso de legendas em língua portuguesa. São muitas bases legais que norteiam a acessibilidade dos surdos à cultura, sobretudo, inúmeras são as discussões que asseguraram a profissionalização dos TILS, nas mais diversas áreas.

Ao mesmo passo que a Libras teve o seu reconhecimento e ganhou o status de língua, os surdos passaram a acessar os locais que fomentam a cultura, na luta e anseio de que o seu direito linguístico seja respeitado. Assim, diante de tantos movimentos, algumas instituições buscam a garantia dessa acessibilidade, ou como na maioria das vezes simplesmente ignoram, como se isso não importasse para os administradores, governantes, produtores, grupos, companhias artísticas. Corroborando com a afirmação, Sá e Machado (2017) explicam que:

Atualmente os surdos estão tentando reconstituir a experiência da surdez como um traço cultural, tendo a Língua de Sinais como elemento significativo para esta definição. A sociedade tem sido incentivadora a encarar a pessoa como autora e atora de uma cultura minoritária, como membro de um grupo [...] multicultural, como uma pessoa diferente e de identidade legítima (SÁ; MACHADO, 2017, p. 205).

A mídia tem exercido influências de diversas maneiras, como: formar opiniões, comportamentos, modo de vida, vocabulários, aprender sobre diversos assuntos, entre outros. Sua utilização propicia meios para inserção e participação das diversas realidades comunicacionais híbridas – no caso dos surdos, utilizam tanto vídeos, como escrita em português para se comunicarem.

Diante disso, os referenciais que norteiam os estudos culturais também ajudaram a compreender e explicar os fenômenos que ocorrem nas redes sociais dos surdos, e a sua relação com a acessibilidade. Foram utilizados recortes das redes sociais *Facebook* e *Instagram* que demonstram a participação da comunidade surda em postagens, ainda o texto da postagem, as curtidas, os comentários e os compartilhamentos quando for o caso.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Figura 1 – Palhaço Surdo



“Palavras não são ditas nas apresentações. O que lideram mesmo são as mímicas, linguagem corporal e, é claro, a Língua Brasileira de Sinais (Libras)”. Publicação do dia 10 de outubro de 2019 na página “Intérprete Alexandre Elias”, com 710 curtidas e 19 comentários e 194 compartilhamentos.

Fonte: <https://bit.ly/2WvnKPh>. Acesso em: 20 out. 2019.

A FIGURA 1 foi publicada e extraída da página “Intérprete Alexandre Elias”, que obteve alta aceitação de seus usuários, como mostram os números referentes as curtidas e compartilhamentos. O palhaço “Surddy”, representado por Igor Andrade Rocha, com 31 anos de idade, faz suas apresentações desde os seus 27 anos de idade, em Recife.

Partindo da necessidade de inclusão e acessibilidade, suas apresentações demonstram o protagonismo surdo e seu empoderamento também nos espaços culturais, como é o caso das peças teatrais. Strobel (2016) observa que através da cultura surda é possível estabelecer artefatos culturais que se fomentam em suas experiências visuais

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (STROBEL, 2016, p. 29, grifo da autora).

Destaca-se ainda, que o processo de transmissão cultural se faz por meio da comunicação atrelada à língua, uma vez que o palhaço surdo se apresenta sinalizando em Libras



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



para o seu público. Ele conta ainda, com um profissional TILS promovendo e difundindo a inclusão entre ouvintes e surdos e garantindo a acessibilidade cultural.

Figura 2 – Série Crisálida



“Protagonizada por jovens surdos, a ficção Crisálida vai ao ar a partir do dia 26 de setembro, Dia Nacional do Surdo, em quatro episódios exibidos às quintas-feiras, a partir das 19h15”. Publicação do dia 21 de setembro de 2019 na página “Intérprete Alexandre Elias”, com 2.198 curtidas e 155 comentários e 1.356 compartilhamentos. Fonte: <https://url.gratis/B7Vnl>. Acesso em: 20 out. 2019.

No caso da Figura 2, que também teve publicação na página “Intérprete Alexandre Elias”, existe uma diferença em relação com a Figura 1 que obteve números muito expressivos. Crisálida trata-se da primeira série brasileira com atores surdos e de ficção bilíngue, em Libras e português, facilitando a acessibilidade à todas as pessoas. Sua produção apresenta histórias de jovens que enfrentam os desafios de uma sociedade pensada apenas para ouvintes.

A série teve sua estreia no dia 26 de setembro de 2019, Dia Nacional dos Surdos, todos os capítulos apresentaram questões sociais, familiares e psicológicas do dia a dia dos surdos, apresentando a importância do contato com a língua de sinais para se protagonistas de suas próprias narrativas.

Por utilizar uma língua visoespacial, por ter como referência o corpo e suas expressões, o surdo passava por fronteiras sensíveis entre a aceitação da linguagem gestual, (...) a expressão do corpo é um dos elementos divulgados para caracterizar a cultura surda. (...) Ela dá visibilidade às manifestações do grupo e aos surdos. O que antes era proibido, agora se torna declarado (LOPES, 2011, p. 49-50).



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Como Lopes (2011) destaca acima, a língua de sinais auxilia como um agente de transformação social por meio da mídia, caracterizando corpo e expressões como elementos da cultura surda. Corroborando para que novos profissionais tradutores intérpretes de língua de sinais e atores surdos apareçam em diversos espaços midiáticos ou não, isso ocasiona a difusão da língua e a visibilidade para a comunidade surda em todos os sentidos.

Figura 3 – Literasurda



Perfil do *Instagram* @literasurda tem 1.503 seguidores, contou com 16 comentários e 160 curtidas. Publicação do dia 25 de setembro de 2019. “Divulgar, incentivar e fomentar arte, cultura e literatura feita por pessoas surdas! Setembro Surdo ... Setembro Azul ... mês de lutas, marcos, resistências e vitórias para a comunidade surda!! E o LiteraSurda tem orgulho de poder fazer parte dessa visibilidade e protagonismo desses artistas incríveis que ocuparam nosso palco ao longo desse ano! Continuamos na luta em parceria com esses mestres e mestras que nos ensinam tanto!!! Salve salve e seguimos porque a luta continua sempre, E se preparem pois estamos preparando uma surpresa bombástica pra vocês!!! Em breve mais infos!

Fonte: <https://www.instagram.com/p/B22G5loFnqe/>. Acesso em: 20 out. 2019.

Na Figura 3 o perfil @literasurda fez divulgação do evento na cidade de São Paulo e no mês considerado “Setembro Azul”, fazendo alusão à comemorações pelo Dia Nacional do Surdo. O alcance de curtidas e comentários também foi grande, uma vez que o evento era aberto ao público surdo e também ao público ouvinte. Bhabha (1998) afirma:

[...] a perspectiva pós-colonial resiste à busca de formas holísticas de explicação social. Ela força um reconhecimento das fronteiras culturais e políticas mais complexas que existem no vértice dessas esferas políticas frequentemente opostas. [...] é a partir desse lugar híbrido do valor cultural – que o intelectual pós-colonial tenta elaborar um projeto histórico” (Bhabha, 1998, p. 241-242).



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Por isso, nas imagens postadas pelo perfil, percebe-se a presença da comunidade surda atuando nos movimentos como forma de resistência e em toda a programação proposta. Na legenda do evento também é possível perceber o esforço em dar visibilidade e protagonismo aos surdos nos espaços culturais, caminhando de encontro com os objetivos do evento que foi criado pelos seus organizadores para propagação da cultura e da valorização da Libras.

FIGURA 4 – Slam das mãos



Perfil do instagram @slamdasmaos tem 1.255 seguidores, 25 comentários e 1.504 curtidas. Publicação do dia 21 de agosto de 2019. “Sarau em Libras e movimentos poesia de expressão língua de sinais da cidade de Recife. Somos artistas poetas, professores e produtores culturais. Convidamos a todos para participar do sarau de poesia dueto em Libras e Português. Recife. @slamdasmaos em parceria com @avua.libras e @jardimdabovistafoodpark. Todos estão convidados a se divertir conosco!!! Venham!!!

Fonte: <https://www.instagram.com/p/B1a-c8clcl1/>. Acesso em: 20 out. 2019.

Na Figura 4 o perfil @slamdasmaos apresenta o evento Sarau em Libras e movimentos poesia na cidade de Recife (PE), o evento tem a chamada para surdos e ouvintes participarem, é gratuito e busca a propagação da cultura por meio da Libras. O evento ainda demonstra uma grande quantidade de curtidas e comentários, o que demonstra um engajamento de seus seguidores na promoção do evento. Bhabha auxilia no entendimento desses movimentos e das novas formas de se representar, afirmando que

[...] a cultura se torna uma prática desconfortável, perturbadora, de sobrevivência e complementaridade [...] na mesma medida em que seu ser resplandecente é um momento de prazer, esclarecimento ou libertação. É dessas posições narrativas que a prerrogativa pós-colonial procura afirmar e ampliar uma nova dimensão de colaboração, tanto no interior das margens do



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



espaço-nação como através das fronteiras entre nações e povos (BHABHA, 1998, p. 245).

A comunidade surda tem buscado suas próprias maneiras de participação e promoção de eventos. Desse modo, demonstram que apesar da sociedade majoritariamente ouvinte, são repetidas as vezes em que não promovem a devida acessibilidade cultural para pessoas surdas, eles estão buscando formas de construir suas próprias culturais acessíveis.

Considerações finais

A partir das discussões apresentadas, é possível verificar que ao longo dos anos, os surdos, viveram diante de uma subalternização imposta pela maioria ouvinte, desde a sua escolarização até os meios de participação na sociedade, porém eles demonstram criar suas próprias estratégias de resistência nos meios em que transitam, mudando a suas maneiras de ver e entender o mundo em que está inserido.

Essas resistências, muitas vezes tem sido interpretada como fronteiras entre os surdos e os ouvintes, porém elas mostram que os surdos – entre seus pares – tem buscado suas formas de se movimentar e lutar como protagonistas por acessibilidade no nosso país, mesmo quando não são compreendidos.

Destaca-se, ainda, que os avanços tecnológicos proporcionam formas de difusão e uso da Libras no Brasil, oportunizando uma aproximação maior com seus pares, assim como a ampliação do acesso às informações que, de modo mais rápido, possibilitam uma maior autonomia e a participação social em todos os espaços sociais, e principalmente nos espaços de propagação da cultura.

O reconhecimento das necessidades comunicacionais dessa minoria linguística ainda é algo que apresenta diversas fronteiras, devido aos interesses sociais e econômicos que, por vezes, freiam o desenvolvimento das políticas públicas no atendimento dos direitos e das necessidades do acesso à cultura para os surdos, porém essas manifestações possibilitam que a população de surdos ganhe mais visibilidade e possibilidades para construir uma sociedade mais acessível e igualitária.



ANAIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



Referências bibliográficas

ABNT. NBR 15599. **Acessibilidade – comunicação na prestação de serviços**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://bityli.com/k0k1d1>. Acesso em: 14 set. 2019.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõem sobre a língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 10 set de 2019.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 8ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2013.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10ª edição. Rio de Janeiro, P&A, 2005.

LACERDA, C. B. F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Caderno CEDES, Campinas, v.19, n.46, p. 68-80, 1998.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. **Perspectiva**, v. 24, n. 3, 2006. p. 81-100. Disponível em: <https://bityli.com/mKE8I2>. Acesso em: 10 ago. 2019.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e Nações**. 3ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 7ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

MOURA, D. R. **Libras e Leitura de Língua Portuguesa para Surdos**. Curitiba; Appris, 2015.

ONU. **Declaração de Direitos Humanos**. Paris. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.



ANAIIS DO Congresso Nacional de Estudos Culturais - ano I



PESAVENTO, S. J. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (org.). **Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina**. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2002, p. 35-39.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SÁ, N. R. L. de.; MACHADO, N. C. L. S. B. Para além da tradução. In: BARROS, A. L. de E. C. de; CALIXTO, H. R. da S.; NEGREIROS, K. A. de. (Org.). **Libras em diálogo: interfaces com tradução e interpretação**. 1º ed. Campinas: Pontes Editores, 2017, v. 01, p. 203-214.

SANTANA, A. P. **Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexux Editora, 2007.

SILVA, J. G.; CAMPELO, L. B. B.; NOVENA, N.P. Desejos e afetividades que não querem calar: o grupo LGBT surdos de Pernambuco. Trabalho apresentado no evento: Pesquisa e Educação na Contemporaneidade: Perspectivas Teórico- Metodológicas, Caruaru, 2012.

SILVA, T. T. A política e a epistemologia do corpo normalizado. In: **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 8, 1997. p. 3-15.

SOUZA, M. J. **Fronteiras Simbólicas – Espaço de Hibridismo Cultural, Uma Leitura De Dois Irmãos, De Milton Hatoum**. Letrônica, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 475-489, jan./jun., 2014.

STEIMAN, R; MACHADO, L. O. **Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 1-16, 2002.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.